

UNIVERSIDADE INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCATIVAS.

i H E S

INCLUSIVE HIGHER EDUCATION
SYSTEM FOR STUDENTS WITH
INTELLECTUAL DISABILITIES

(2021-1-ES01-KA220-HED-000032084)



Número de proyecto: 2021-1-ES01-KA220-HED-

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Conteúdo

Introdução	3
Sobre o Manual	7
Ámbito 1: Vida universitária e governação inclusivas.....	9
1.1 Introdução e justificação	9
1.2 Medidas ou recomendações	10
1.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas.....	14
Domínio 2: Acesso a um ensino de qualidade.....	2
2.1 Introdução e justificação	2
2.2 Medidas ou recomendações	3
2.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas.....	12
Domínio 3: Promover a consciência e a responsabilidade cívica e social	52
3.1 Introdução e justificação	52
3.2 Medidas ou recomendações	52
3.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas.....	60
Domínio 4: Cooperação entre as instituições de ensino superior e o terceiro sector	70
4.1 Introdução e justificação	70
4.2 Medidas ou recomendações	71
4.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas.....	75
Domínio 5: Investigação inclusiva	80
5.1 Introdução e justificação	80
5.2 Medidas ou recomendações	82
5.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas.....	88

Introdução

Este livro de Recomendações de Políticas é um dos produtos intelectuais obtidos e desenvolvidos no âmbito do projeto "Sistemas de Ensino Superior Inclusivo para estudantes com deficiência intelectual" (IHES) (2021-1-ES01-KA220-HED-000032084) cofinanciado pelo programa Erasmus+ da União Europeia, na tipologia de Parcerias Estratégicas no setor do Ensino Superior (KA203)¹, implementado de dezembro de 2021 a maio de 2024.

Apesar do aumento substancial do acesso de pessoas com diversidade funcional e deficiência intelectual ao ensino superior e do facto de a atenção à diversidade estar regulamentada na legislação universitária para a sua aplicação, as universidades não oferecem as mesmas oportunidades a todos os estudantes. As pessoas com deficiência intelectual são excluídas do domínio do ensino superior (Díaz-Jiménez, 2019).

O objetivo é mostrar como o sistema universitário pode tornar-se um importante agente de inclusão social para os estudantes com deficiência intelectual. Para o efeito, foi formado um consórcio de seis parceiros de quatro países europeus: Universidad Pablo de Olavide (coordenador), Asociación Paz y Bien Sevilla (Espanha), Università Degli Studi di Firenze (Itália) (até 28 de fevereiro de 2024), Universidade de Siena (Itália) (a partir de 28 de fevereiro de 2024); Pixel-Associazione Culturale (Itália), Universal Learning Systems (Irlanda) e Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

Os objectivos específicos do projeto IHES são: 1) Desenvolver e implementar um programa de formação online sobre inclusão e vida autónoma para pessoas com deficiência intelectual nas universidades; 2) Conceber e testar uma metodologia para apoiar a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nos sistemas de ensino superior; 3) Elaborar recomendações para as políticas universitárias e para os decisores no domínio do ensino superior sobre a forma de promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual. 3) Elaborar recomendações para as políticas universitárias e para os decisores no domínio do ensino superior sobre a forma de promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

Para atingir estes objectivos, estas instituições de ensino superior criaram espaços de formação, socialização, aprendizagem e crescimento entre os diferentes actores, especialmente entre os estudantes sem deficiência e os estudantes com deficiência intelectual. Assim, os resultados incluem a transferência e a implementação de práticas inovadoras em relação aos estudantes universitários, ao pessoal docente, ao pessoal administrativo e de serviços e aos decisores do ensino superior.

O projeto destina-se principalmente a estudantes universitários com deficiências intelectuais, procurando melhorar o seu acesso e participação na vida universitária, bem como melhorar as taxas de conclusão. Destina-se igualmente a estudantes universitários de cursos relacionados com as ciências sociais, a economia, a educação, o desporto, as humanidades e o direito, com o objetivo de formar pessoas que, no futuro, apoiarão pessoas com deficiência intelectual. Dirigiu-se igualmente ao pessoal docente universitário e ao pessoal administrativo e dos serviços, na medida em que sensibilizou para as necessidades específicas dos estudantes com deficiência intelectual. Por último, para os decisores, reitores e responsáveis políticos do ensino superior, este livro fornece informações sobre como construir sistemas de ensino superior inclusivos e como aumentar as taxas de acesso, participação e conclusão dos estudantes com deficiência intelectual.

Três resultados principais emergiram da implementação do projeto:

- **IO1. Programa de formação online sobre vida autónoma na universidade para pessoas com deficiência intelectual.**

Foi concebido um programa de formação online sobre vida autónoma na universidade para pessoas com deficiência intelectual. Foram desenvolvidos materiais acessíveis do ponto de vista cognitivo (*Leitura Fácil*) para pessoas com deficiência intelectual, estudantes universitários, pessoal administrativo e dos serviços universitários e pessoal docente universitário, com o objetivo de adquirir competências para a autonomia e a igualdade de oportunidades na vida deste grupo de estudantes. Cada grupo tem um curso específico de acordo com o seu trabalho e perspectivas pessoais, está traduzido em quatro línguas, está disponível em *Leitura Fácil* e tem auto-avaliações no final de cada módulo.

O programa de formação genérica é composto por quatro módulos. O primeiro módulo, sobre o ensino, descreve as abordagens teóricas mais comuns que aparecem tanto na literatura como nos dados empíricos do projeto IHES, que são: a) paradigma social da deficiência; b) vida independente; e c) desenho universal para a aprendizagem. O segundo módulo, sobre a vida no campus, examina as dimensões da inclusão das pessoas com deficiência intelectual no ensino superior. O terceiro módulo trata da investigação e desenvolve assim a produção científica no domínio da deficiência intelectual, muito marcada por perspectivas médicas e de reabilitação, mas na qual se observa uma proliferação da literatura científica sobre a deficiência intelectual e a universidade. Finalmente, o quarto módulo, relativo à gestão, analisa as políticas inclusivas geradas pela cultura inclusiva e que dão conta de práticas inclusivas em que existem espaços para a participação ativa dos estudantes universitários e a promoção de ambientes e processos de participação específicos para os estudantes com deficiência intelectual.

+ informações: https://ihes.pixel-online.org/PR1_OnlineTrainingCourse.php

- **IO2: Um manual digital sobre vida autónoma para estudantes com deficiência intelectual**

O manual destina-se a servir de base para as universidades desenvolverem o seu trabalho em relação aos estudantes com deficiência intelectual e a servir como um recurso de apoio fundamental. É considerado relevante para os estudantes universitários com e sem deficiência, porque o manual é capaz de oferecer estratégias para tornar a universidade mais amigável em várias áreas, tais como os currículos, a convivência universitária, a igualdade de género e as redes de apoio, a mobilidade internacional, o aconselhamento e a inclusão. É também relevante para o pessoal docente porque oferece ferramentas para alargar a visão científica da deficiência e das pessoas com deficiência na ciência, tecnologia e inovação, bem como fornece informações relevantes para tornar o ensino acessível a este grupo populacional. Por último, é considerado relevante para o pessoal administrativo e de serviços, na medida em que constitui uma ferramenta para melhorar a acessibilidade na gestão administrativa do campus e para oferecer ambientes amigáveis no contexto dos serviços universitários.

O conteúdo do relatório baseia-se nos testemunhos das principais partes interessadas: estudantes com e sem deficiência, pessoal docente, especialistas em deficiência, administradores e decisores políticos. A sua experiência permitiu à equipa de parceiros produzir um manual de oito módulos:

- Módulo 1: Igualdade de género e redes de apoio
- Módulo 2: Deficiência na ciência, tecnologia e inovação
- Módulo 3: Orientação e integração profissional
- Módulo 4: Mobilidade universitária internacional
- Módulo 5: Coexistência nas universidades
- Módulo 6: Formação e adaptação curricular
- Módulo 7: Observatório da Deficiência
- Módulo 8: Regulamentação

Este material está traduzido em quatro línguas e as suas respectivas versões no LecturFácil.

+ informações: https://ihes.pixel-online.org/PR2_DigitalHandbook.php

- **IO3: Recomendações para o sector do ensino superior sobre a forma de construir um sistema universitário mais inclusivo**

Este livro constitui o último pacote de trabalho do projeto IHES, que desenvolve uma ferramenta para o planeamento de políticas educativas inclusivas nas universidades, especificamente destinada a reforçar estruturalmente a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas universidades europeias. Apresenta um conjunto de propostas de intervenção dirigidas aos decisores políticos envolvidos em todos os níveis das políticas universitárias, desde os gabinetes dos reitores, faculdades, grupos de investigação até aos que, fora da universidade, contribuem para e desenvolvem políticas de ensino superior.

Estruturadas em cinco áreas, as recomendações para a construção de um sistema universitário mais inclusivo são articuladas.

A primeira área, "Vida Universitária Inclusiva e Governança", entende que a facilitação da vida independente dos estudantes com deficiência intelectual deve estar no centro das decisões dos decisores políticos. Esclarecendo que a inclusão dos estudantes com deficiência intelectual não pode limitar-se à sua mera presença na vida universitária, são apresentadas quatro recomendações para uma potencial participação e progresso: 1) Acessibilidade, 2) Definição e gestão de processos com vista à melhoria contínua, 3) Informação, formação e apoio, e 4) Individualização e personalização dos processos de formação.

A segunda área, intitulada "Educação de Qualidade Acessível", aborda as adaptações curriculares e o apoio aos alunos com deficiência intelectual, propondo uma abordagem inclusiva que tenha em conta todas as necessidades. São formuladas dez recomendações: 1) Formular uma base sólida para o desenvolvimento de políticas inclusivas; 2) Cultivar a aprendizagem inclusiva através de materiais didáticos acessíveis; 3) Abraçar a diversidade através de um ensino centrado na pessoa; 4) Reforçar a comunicação eficaz; 5) Proporcionar formação especializada aos professores; 6) Utilizar a tutoria e a orientação entre pares; 7) Cultivar um ambiente de aprendizagem inclusivo; 8) Tirar partido da tecnologia para melhorar o apoio à aprendizagem; 9) Manter o apoio; e 10) Avaliar e melhorar as práticas pedagógicas.

A terceira área, "Promover a sensibilização e a responsabilidade cívica e social", tem como objetivo sensibilizar e motivar os responsáveis pelo ensino superior a incluir na sua oferta educativa conteúdos curriculares e competências específicas e transversais sobre a inclusão das pessoas com deficiência intelectual. São elaboradas quatro recomendações: 1) Acompanhamento dos estudantes universitários com deficiência intelectual; 2) Promoção da empregabilidade dos estudantes com deficiência intelectual; 3) Visibilização da deficiência intelectual; e 4) Compromisso com actividades sociais e culturais para os estudantes com deficiência intelectual e suas famílias.

A quarta área intitula-se "Cooperação entre as instituições de ensino superior e o terceiro sector", que destaca a necessária coordenação entre o terceiro sector e a universidade. Inclui recomendações sobre 1) a promoção de parcerias intersectoriais, 2) o apoio a programas de reforço de capacidades, 3) a construção de pontes para a continuidade de um percurso que inclua estudantes com deficiência intelectual, 4) a promoção da investigação em colaboração, 5) o incentivo a iniciativas inovadoras de envolvimento da comunidade, e 6) o estabelecimento de mecanismos claros de informação e responsabilização e o reconhecimento das melhores práticas de colaboração.

Por último, a área sobre "Investigação inclusiva" apresenta recomendações sobre a abordagem da investigação que visa envolver e capacitar comunidades ou grupos excluídos e sub-representados no processo de investigação. Tal conduzirá a resultados de investigação mais equitativos, a uma melhor compreensão dos problemas sociais e a intervenções mais eficazes. Para tal, são propostas quatro recomendações: 1) Abordagem holística da investigação inclusiva, 2) Investigação inclusiva com uma abordagem intersectorial, 3) Abordagem internacional da investigação inclusiva e 4) Abordagem transnacional da investigação inclusiva.

Este manual tem um carácter eminentemente prático, uma vez que permite abordar cada um dos domínios através da análise das suas propostas e das acções concretas que neles se desenvolvem. Em cada domínio, são incluídos indicadores para quantificar e corroborar a realização das acções propostas, embora sejam oferecidas algumas considerações transversais úteis para qualquer um dos domínios:

O apoio prestado pelas universidades deve respeitar e promover os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência intelectual, evitando uma possível regressão para modelos médicos e tradicionais. O ponto de partida é o paradigma social da deficiência com abordagens centradas na inclusão, na dignidade e nas pessoas, e as acções a desenvolver necessitarão de vontade política, bem como de metodologias e tecnologias, e de recursos suficientes para promover uma educação inclusiva eficaz.

Neste documento, referimo-nos à categoria de deficiência intelectual e de desenvolvimento, que, tal como proposto pelas organizações e associações deste grupo, é entendida como a limitação do funcionamento intelectual juntamente com a limitação do comportamento adaptativo e que ocorre antes dos 22 anos de idade. No entanto, dada a variedade de contextos em que pode ser aplicada, afirma-se explicitamente que este documento se referirá a "pessoas com deficiência", tendo em conta que na tradução inglesa os adjetivos são frequentemente traduzidos por substantivos.

Seria necessário criar formatos cognitivamente acessíveis no contexto europeu, seguindo estratégias regulamentadas, como a norma UNE 153101:2018 EX sobre "Directrizes e recomendações para a preparação de documentos".

Recomenda-se a integração da inteligência artificial e da realidade aumentada para melhorar a acessibilidade e a experiência educativa dos alunos com deficiência intelectual, com o desenvolvimento de aplicações que adaptem os conteúdos educativos e o plano pessoal de aprendizagem para melhorar a comunicação entre alunos e professores.

Recomenda-se a criação de protocolos e directrizes específicos para orientar e apoiar os percursos, desde o processo de transição para o ensino superior, o apoio durante a formação até ao acompanhamento após a graduação dos estudantes com deficiência intelectual.

A participação das pessoas com deficiência intelectual na vida universitária tem de ser suficientemente estabelecida nas políticas de cada universidade, pois existe um risco real de ser simbólica se não for feita com clareza e com objectivos específicos articulados e em conformidade com os quadros jurídicos e políticos nacionais. As medidas aqui apresentadas serão implementadas em cada universidade e podem servir de exemplo político para a definição e implementação de normas. A vontade política é crucial para a adoção de políticas de inclusão dos estudantes com deficiência intelectual. A obrigação de promover a educação inclusiva das pessoas com deficiência intelectual é recordada em vários mandatos europeus e nacionais.

As universidades devem incluir explicitamente todas estas medidas na legislação universitária (estatal e regional), bem como nos seus estatutos, planos estratégicos e planos directores. As recomendações políticas aqui apresentadas devem ser complementadas por cada universidade, caso a caso. Cada universidade é encorajada a apresentar estudos de casos concretos para que as pessoas com deficiência não sejam tratadas como uma entidade abstrata.

Estas recomendações são caminhos genéricos a seguir e não se pode indicar ou estabelecer uma forma única de as concretizar, uma vez que dependerá do contexto e dos recursos de cada instituição.

Os elementos e recursos para uma universidade inclusiva vão para além do nível universitário e são necessárias outras acções fora da universidade para alcançar um impacto real, holístico e inclusivo. É encorajada uma boa comunicação com os grupos que representam os cidadãos e defendem os direitos das pessoas com deficiência, e os seus pontos de vista devem ser tidos em conta aquando da elaboração de novas regras, regulamentos e leis. O financiamento conjunto de recursos para a inclusão destes estudantes entre as universidades e as organizações do terceiro sector é valioso.

Para que a inclusão seja efectiva, é necessário considerar a adequação do rácio aluno-professor, de modo que possam ser aplicadas as medidas de personalização e individualização necessárias para o progresso dos alunos com deficiência intelectual.

A fim de avaliar as acções de forma transversal, os intervenientes e as partes interessadas são incentivados a participar e a incluir mecanismos de feedback e de avaliação externa para garantir que as medidas estão efetivamente a atingir os seus objectivos e para identificar áreas que possam exigir ajustamentos ou melhorias.

Acerca do Manual

Este documento é um Manual de "Recomendações para o sector do ensino superior sobre como construir um sistema universitário mais inclusivo", criado no âmbito do projeto Sistemas de Ensino Superior Inclusivos para Estudantes com Deficiência Intelectual (IHES) (Erasmus+ 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084), que visa contribuir para a "Construção de um Sistema de Ensino Superior Inclusivo" e foi liderado pela Prof.^a Rosa M. Díaz Jiménez, PhD (Universidad Pablo de Olavide).

Este manual desenvolve ferramentas para o planeamento de políticas educativas inclusivas nas universidades, especificamente destinadas a reforçar estruturalmente a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas universidades europeias.

O utilizador é livre de partilhar - copiar, distribuir e transmitir - a obra nas seguintes condições: deve citar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de uma forma que sugira que estes o apoiem a si ou à sua utilização da obra). Não pode utilizar esta obra para fins comerciais. Não é permitido alterar, transformar ou construir sobre esta obra.

Editoras

Díaz Jiménez, Rosa M^a (UPO)

Yerga Míguez, M^a Dolores(UPO)

Autores

Álvarez-Pérez,Pablo (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Bruce, Alan (ULS)

Carletti, Chiara (Universidade de Florença / Universidade de Siena)

Díaz Jiménez, Rosa M^a (UPO)

Ferreira, Jorge (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Gordillo García, José Luis (Associação Paz e Bem)

Graham, Imelda (ULS)

Granados Martínez, Cristina (UPO)

Mancaniello, Maria Rita (Universidade de Siena)

Pena, Maria João (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Piccioli, Marianna (Universidade de Florença)

Yerga Míguez, M^a Dolores(UPO)

Como citar o manual: Díaz-Jiménez, R. & Yerga-Míguez, M.D. (ed.)(2024): Manual de "Recomendações para o sector do ensino superior sobre como construir um sistema universitário mais inclusivo". Sistemas de

Ensino Superior Inclusivos para Estudantes com Deficiência Intelectual (Erasmus+ 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084 (https://ihes.pixel-online.org/PR3_Recommendations.php)).

Área 1: Vida universitária e governação inclusivas

Maria Rita Mancaniello, Chiara Carletti, Marianna Piccioli

Università degli Studi di Siena e Università degli Studi di Firenze

Siena e Florença; Itália

mariarita.mancaniello@unisi.it; chiara.carletti@unifi.it; marianna.piccioli@unifi.it

Resumo

Facilitar a vida autónoma dos estudantes com deficiência intelectual deve estar no centro das decisões que os decisores políticos devem ter em conta na gestão da vida universitária e do sistema de governação.

A identificação e eliminação de eventuais obstáculos e a adoção de processos, instrumentos e medidas de facilitação devem ir no sentido das adaptações razoáveis referidas na Convenção das Nações Unidas.

A inclusão de estudantes com deficiência não pode limitar-se à mera presença na vida universitária, mas deve ser acompanhada de uma participação plena e de um progresso em relação aos outros estudantes em termos de capacidades e realizações.

A cidadania ativa na vida universitária só pode ser promovida através do envolvimento direto dos estudantes com deficiência intelectual, que actuarão como uma força motriz para a melhoria.

Introdução e justificação

A promoção de uma vida autónoma para os estudantes com deficiência intelectual deveria ser um princípio fundamente intelectual que orientasse todas as decisões políticas relacionadas com a gestão da vida universitária e o sistema de governação, e as universidades deveriam considerar e refletir estas políticas nos seus regulamentos, estatutos, planos estratégicos e planos directores.

A identificação e a eliminação de eventuais obstáculos e a adoção de processos, instrumentos e acções facilitadores devem ir no sentido das adaptações razoáveis mencionadas na Convenção das Nações Unidas.

Esta abordagem foi aplicada através da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que permite ver o indivíduo no seu todo através de uma abordagem holística geralmente designada por bio-psico-social (OMS, 54.21, maio de 2001).

Esta abordagem tem as suas raízes epistemológicas no modelo relacional dos estudos sobre a deficiência, que vê a construção da deficiência como emergindo do fracasso da relação entre as características do funcionamento de um indivíduo e as respostas dadas pelo contexto em que vive, actua e se desenvolve (Shakespeare, 2013). A inclusão de estudantes com deficiência intelectual não pode limitar-se à mera presença na vida universitária, mas deve centrar-se numa abordagem de direitos humanos. Por conseguinte, deve ser acompanhada de uma plena participação e progressão, em pé de igualdade com todos os outros estudantes, em termos de créditos e resultados. Devem, pois, existir mecanismos de acompanhamento e avaliação, ou seja, devem ser criados sistemas de acompanhamento e avaliação para monitorizar a evolução, o impacto e a qualidade dos projectos de investigação em colaboração e para garantir a eficácia, a pertinência e a aplicabilidade dos resultados obtidos.

A assiduidade, a participação e os progressos (baseados na aprendizagem com outros) são três indicadores de inclusão que podem ser úteis para sondar os níveis qualitativos de inclusão durante o ensino ou as actividades diretamente com os alunos.

Os princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade (OMS, 2001) sobre a capacidade e o desempenho mostram a importância do contexto em que a capacidade de um indivíduo pode ser transformada num desempenho superior, desde que o contexto possa remover as barreiras à aprendizagem e adotar os facilitadores necessários.

Os processos para melhorar a vida universitária podem ser orientados pelos princípios e valores do Índice de Inclusão, em que as dimensões cultural, política e prática definem níveis qualitativos de inclusão, tanto a nível micro como macro (Booth, Ainscow, 2002; 2011, 2016).

De acordo com os princípios éticos relativos à participação efectiva das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com deficiência intelectual, a cidadania ativa na vida universitária só pode ser promovida através do envolvimento direto dos estudantes com deficiência intelectual, que servirão de força motriz para a melhoria.

Dito isto, a Área 4 - Vida Universitária Inclusiva e Governação oferece uma série de medidas e recomendações que se dividem em quatro áreas, nomeadamente

- Acessibilidade.
- Definição e gestão de processos com vista à melhoria contínua.
- Informação, formação e apoio.
- Individualização e personalização dos processos de formação.

1.2 Medidas ou recomendações

Medida 1: Acessibilidade

A Convenção das Nações Unidas define acessibilidade como a necessidade de tomar medidas adequadas para garantir que as pessoas com deficiência, tal como todas as outras pessoas, tenham acesso ao ambiente físico, aos transportes, à informação e comunicação, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação, e a outras instalações e serviços abertos ou prestados ao público, tanto em zonas urbanas como rurais. Num ambiente universitário inclusivo, este princípio materializa-se através de acções concretas que garantem a acessibilidade de tudo o que um estudante com deficiência intelectual possa encontrar durante a sua vida universitária.

○ **Ação 1.1: Acessibilidade dos espaços físicos e virtuais.**

Tornar os espaços acessíveis, sejam eles físicos ou virtuais, é viável graças à abordagem do Desenho Universal para Todos, que responde ao princípio de adaptação razoável da Convenção das Nações Unidas. Por "adaptações razoáveis" entende-se as alterações e adaptações necessárias e adequadas que não impõem um encargo desproporcionado ou excessivo. Como, por exemplo, o papel da sinalética nos espaços onde são incorporados pictogramas ou outros sistemas de sinalética. São adoptadas, quando necessário em casos particulares, para garantir que as pessoas com deficiência possam usufruir e exercer todos os direitos humanos e liberdades fundamentais como as outras pessoas. Para além disso, o papel do ambiente também deve ser tido em conta, uma vez que as deficiências intelectuais não se limitam ao indivíduo, mas em ambientes inclusivos as pessoas com deficiência intelectual podem desenvolver muitas competências. Estas abordagens fornecem-nos uma orientação que deve guiar as escolhas a fazer relativamente ao que pode ser modificado (adaptado) para tornar o contexto acessível a todos.

○ **Ação 1.2: Acessibilidade do tempo.**

Na linha da ação anterior, a acessibilidade do tempo é também particularmente relevante. A variável tempo é um elemento que conota a diversidade funcional das pessoas. Desde a já ultrapassada ICIDH - Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, de 1980, que a variável tempo era tida em conta ao considerar-se que a condição de Deficiência englobava qualquer limitação ou perda derivada de uma diminuição da capacidade de realizar uma atividade da forma ou na medida considerada normal para um ser humano. Entre os diferentes elementos tidos em consideração estava precisamente a variável tempo. As pessoas com deficiência são capazes de realizar as mesmas acções que as outras, talvez não respeitando a variável tempo; veja-se, por exemplo, a necessidade de tempos mais longos para as pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas ou a necessidade de tempos curtos mas intensos para as pessoas com TDAH.

○ **Ação 1.3: Acessibilidade no sistema de informação, comunicação e documentação.**

A acessibilidade nos sistemas de informação, comunicação e documentação seria mais fácil de compreender se fosse acompanhada do prefixo "multi". Neste caso, não se trata de substituir sistemas já adoptados, mas de oferecer diferentes versões dos mesmos.¹ Um exemplo poderia ser a utilização de recomendações de acessibilidade, como sítios Web ou aplicações que respondem às recomendações de acessibilidade do W3C. Outro exemplo virtuoso pode

¹ Recomendações de acessibilidade do W3C: <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/es#intro>

ser encontrado em territórios com uma elevada taxa de migração, onde as autoridades locais colocam sinais e fornecem informações multilíngues. No caso dos alunos com deficiências sensoriais, o multilinguismo abrange o Braille e a língua gestual; no caso dos alunos com deficiências intelectuais, o "multi" deve ser alargado a outras formas de co-comunicação e informação, adoptando o vídeo, a CAA, a comunicação facilitada, os mapas, os diagramas e todas as formas de comunicação, informação e documentação possíveis e úteis para os alunos, passando de um sistema monocomunicativo para um sistema de comunicação multimodal.

○ ***Ação 1.4: Acessibilidade dos materiais, instrumentos, ajudas e auxiliares para as actividades de ensino.***

O que é válido para a acessibilidade do sistema universitário nos seus aspectos mais administrativos é igualmente válido para os aspectos puramente pedagógicos. Todos os materiais, instrumentos, meios e suportes úteis para o desenvolvimento das actividades de ensino devem ser tornados acessíveis, em conformidade com as acções acima referidas e com o princípio dos ajustamentos razoáveis. Deverá ser incentivada a inclusão de módulos ou temas específicos sobre deficiência, direitos humanos e inclusão nos programas curriculares dos diferentes cursos superiores. Além disso, as actividades de ensino devem ser tornadas acessíveis nos espaços físicos ou virtuais, no horário e no sistema de comunicação.

○ ***Ação 1.5: Testes de acessibilidade e verificação também com base nos princípios da capacidade e do desempenho***

Diretamente relacionada com a ação anterior, a acessibilidade nos testes também responde aos dois conceitos diferentes de capacidade e desempenho. Enquanto a capacidade de um indivíduo representa o que ele consegue fazer num contexto padrão, o desempenho representa o que o indivíduo consegue fazer num contexto real, com possíveis barreiras ou facilitadores da aprendizagem. Assim, se a avaliação das aprendizagens for dirigida apenas a "indivíduos padrão" num contexto padrão, pode não sofrer adaptações e detetar as capacidades próprias dos indivíduos; se, pelo contrário, for dirigida aos diferentes perfis de funcionamento dos indivíduos, a avaliação terá inevitavelmente de sofrer adaptações coerentes com as adoptadas no decurso das actividades pedagógicas. O objetivo será avaliar o desempenho e não as competências. Neste sentido, são propostas sessões de formação para a preparação de exames, de trabalhos ou de actividades universitárias em que os alunos podem realizar actividades de preparação e de simulação. Além disso, recomenda-se a avaliação qualitativa como complemento da avaliação quantitativa, a fim de avaliar a aquisição de competências e a aprendizagem.

Ação 2: Definição e gestão de processos com vista à melhoria contínua

Através de acções participativas, o sistema de governação deve definir protocolos destinados a gerir todos os processos de inclusão no sistema universitário para a realização de uma liderança generalizada.

○ ***Ação 2.1: Envolvimento e participação.***

Colocando a inclusão no centro, com especial referência à inclusão de alunos com deficiências intelectuais, o sistema de governação deve incluir o estabelecimento de uma série de reuniões, através de auditorias internas, para servir de orientação para identificar as acções necessárias para promover a inclusão física, e atitudinal. Propõe-se que a equipa seja composta tanto por pessoas com deficiência e respetivo apoio como por pessoas sem deficiência. A inclusão deve ser tão ampla quanto possível e abranger o pessoal com responsabilidades de decisão, o pessoal que executa as decisões, o pessoal com funções administrativas, o pessoal docente e de investigação, os estudantes e os estudantes com deficiência intelectual, que representam os verdadeiros especialistas em termos das suas necessidades.

○ ***Ação 2.2: Identificação de processos.***

Através do envolvimento e da participação dos vários intervenientes, já mencionados na ação anterior, é essencial identificar todos os processos para os quais poderia ser funcional definir acções específicas de inclusão. Com efeito, antes de proceder à definição e à gestão dos processos, estes devem ser identificados no âmbito das múltiplas acções que uma instituição universitária é chamada a gerir.

○ ***Ação 2.3: Definição do processo.***

Através de uma ação participativa, os processos devem ser definidos tendo em conta a variabilidade dos perfis de funcionamento dos alunos. A definição dos processos deve ser efectuada com vários níveis de profundidade e pontos de vista para a sua implementação. Falar e ser eficaz para os alunos não pode ser o mesmo que falar e ser funcional para o pessoal administrativo ou para o corpo docente. Para além disso, as diferentes responsabilidades e

necessidades também tornam a multimodalidade funcional para a compreensão dos próprios processos. A definição dos processos, até à definição dos procedimentos, pode ser feita tendo em conta diferentes níveis de pormenor, o que é mais funcional para diferentes actores e diferentes características individuais do funcionamento dos alunos.

○ **Ação 2.4: Gestão de processos.**

A gestão dos processos e a adoção de procedimentos específicos serão mais bem asseguradas se forem alcançadas através de uma liderança distribuída e da participação ativa de todos os intervenientes que, se forem responsabilizados pelas suas acções, tenderão a sentir-se parte do sistema e não irão em busca de uma contrapartida potencial mas inexistente. A perspectiva participativa da liderança distribuída favorece a aquisição espontânea de um certo grau de responsabilidade direta dos actores individuais nos próprios processos. Para tal, a adoção de um sistema de gestão intermédia pode favorecer o envolvimento real dos diferentes actores e a definição de papéis e responsabilidades de todas as partes envolvidas.. Isto pode ser conseguido através da criação de um órgão consultivo para a inclusão, cuja principal função é aconselhar e orientar a universidade no sentido da implementação de políticas inclusivas e rever periodicamente as práticas existentes à luz das experiências anteriores e das necessidades específicas. O órgão consultivo envolverá todas as partes interessadas do sistema, tais como os estudantes com deficiência intelectual, os profissionais de apoio, o corpo docente e a PTGAS, em todas as acções acima descritas.

○ **Ação 2.5: Melhoria contínua**

Nos sistemas complexos, haverá sempre espaço para melhorias. A perspectiva da melhoria contínua é particularmente relevante para os processos inclusivos, tal como sugerido pelo Índice de Inclusão. Não existe um único ponto de partida para a melhoria, uma vez que todos podem ser funcionais, tal como não existe um único processo que deva ser seguido, uma vez que todos os processos adoptados, se forem no sentido da inclusão, são legais e dependem do contexto que os pretende alcançar. O simples facto de se querer colocar na perspectiva inclusiva é uma acção de melhoria. Assim, uma instituição universitária, ao colocar-se nesta perspectiva, pode assumir, a partir de auditorias internas de acessibilidade em todas as instalações e serviços da universidade, a identificação de processos de monitorização periódica, seguidos de ideias para a conceção e implementação de acções de melhoria, para chegar a uma nova monitorização que verifique o ciclo anterior de acções de melhoria e ao mesmo tempo sirva de base para novas acções, idealmente com a participação ativa de pessoas com deficiência nestas auditorias. Esta melhoria contínua dos processos deve também ser acompanhada por um sistema de avaliação externa da qualidade.

Medida 3 Informação, formação e apoio

A adoção de uma visão inclusiva como prioridade para uma instituição universitária exige o máximo envolvimento possível de todas as partes interessadas através de acções de informação e formação orientadas para o pessoal.

○ **Ação 3.1: Cultura de inclusão.**

A cultura da inclusão deve ser objeto de uma campanha de divulgação específica destinada ao pessoal dos serviços, ao pessoal administrativo, aos professores, ao pessoal de investigação e aos estudantes.. Esta campanha deve adotar uma variedade de línguas e de meios de comunicação. A comunicação deve ser apoiada por dados de investigação que fundamentem as opções da instituição universitária a favor da inclusão. A IES deve também considerar a cultura e a implementação da inclusão como dados gratificantes para o seu pessoal.

○ **Ação 3.2: Formação especializada**

O pessoal recebe formação específica especializada relacionada com a sua competência profissional no que respeita às deficiências intelectuais e às questões relacionadas com a deficiência. Essa formação abrange cada uma das acções identificadas no presente documento, adaptadas ao nível de funcionamento da competência profissional individual. Em particular, os professores devem receber formação especializada sobre práticas de ensino inclusivas, estratégias de comunicação acessíveis, sensibilização para a deficiência, preparação de materiais acessíveis e processos de verificação da aprendizagem inclusiva.

○ **Ação 3.3: Acompanhamento.**

O pessoal dispõe de directrizes para a adoção de práticas inclusivas, bem como do apoio de professores com mais experiência em processos inclusivos e de estudantes com deficiências intelectuais . Os professores devem ser apoiados por directrizes para práticas de ensino inclusivas e por grupos de ensino inclusivo mais experientes, que também actuam como conselheiros interpares para os seus colegas através de tutoria e orientação interpares

intencionais e especialmente estruturadas. Do mesmo modo, recorrer-se-á a estudantes experientes para promover acções de tutoria entre pares para estudantes com deficiência intelectual.

Ação 4: Individualização e personalização do processo de formação

A adoção das estratégias constantes do presente documento pressupõe uma conceção e execução diferentes das actividades educativas que poderão ser acessíveis a todos os beneficiários em função das características individuais. Embora seja possível assumir que uma determinada ação será mais inclusiva do que outra, tal deve estar sempre relacionado com a situação concreta, uma vez que cada indivíduo tem as suas próprias características de funcionamento.

- **Ação 4.1: Plano de formação personalizado.**

Ao associar as características de desempenho individual do aprendente ao curso de estudo efectuado, os planos de formação personalizados ou individualizados e, conseqüentemente, opções de aprendizagem flexíveis devem ser adoptadas e co-construídas através do envolvimento direto dos aprendentes com deficiência intelectual e com o apoio de todas as figuras envolvidas. Nestes planos de formação, serão destacadas as medidas necessárias para que o indivíduo favoreça a acessibilidade, tal como referido neste documento e no decurso do estudo.

- **Ação 4.2: Percursos de estudo inclusivos.**

Com base no conteúdo dos diferentes planos educativos, os professores, com o apoio do sistema de tutoria e orientação entre pares, prepararão as adaptações necessárias do e no seu ensino. Vamos supor que estas adaptações se destinam a satisfazer as necessidades reais dos alunos. Nesse caso, estas podem ser assumidas à partida apenas como variáveis potenciais, mas, em relação aos planos de aprendizagem individuais, serão definidas posteriormente de forma a responder concreta e diretamente às necessidades reais do grupo de alunos. Isto inclui opções de aprendizagem flexíveis.

1.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas

Área 1: Vida universitária e governação inclusivas				
MEDIDA	INDICADOR	DEFINIÇÃO DO INDICADOR	NÍVEL A ATINGIR	FONTE DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA MEDIR O INDICADOR
Acompanhar estudantes universitários com deficiências intelectuais.	Ação 1.1 Acessibilidade dos espaços físicos e virtuais.	Número e qualidade das adaptações físicas e virtuais ambientes utilizados .	Permanente, como ação de acompanhamento e melhoria.	Documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 1.2. Acessibilidade dos horários.	Número e qualidade das adaptações ao longo do tempo.	Permanente, como ação de acompanhamento e melhoria	Documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 1.3 Acessibilidade no sistema de informação, comunicação e documentação.	Número e qualidade das propostas de informação, comunicação e documentação multimodais.	Permanente, como ação de acompanhamento e melhoria	Informação, comunicação e documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 1.4. Acessibilidade dos materiais, instrumentos, ajudas e suportes para as actividades pedagógicas.	Número e qualidade das adaptações de materiais, instrumentos, ajudas e auxiliares de ensino.	No final de cada ensino.	Diário de bordo do professor.
	Ação 1.5 Acessibilidade dos e nos ensaios de verificação.	Número e qualidade dos ensaios de verificação do desempenho	No final de cada ensino.	Diário de bordo do professor.
Definição e gestão de processos com vista à	Ação 2.1 Envolvimento e participação.	Número e grau de divulgação da ações de envolvimento e participação da auditoria interna .	Periódico, permanente.	Documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 2.2 Identificação do processo.	Número e nível de divulgação dos processos	Periódico,	Documentação oficial e

melhoria contínua.		identificados.	permanente.	acções do sistema.
	Ação 2.3 Definição do processo.	Número, grau de difusão e multimodalidade na definição dos processos.	Periódico, permanente.	Documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 2.4 Gestão de processos.	O número de gestores intermédios.	Periódico, permanente.	Documentação oficial e acções do sistema.
	Ação 2.5. Melhoria contínua.	Número e qualidade das acções de acompanhamento e melhoria de auditorias internas	Periódico, permanente.	Documentação oficial e acções do sistema.
Medida 3: Informação, formação e acompanhamento.	Ação 3.1 Cultura de inclusão.	Número e público-alvo das acções de informação sobre a cultura da inclusão.	Pelo menos uma campanha por ano.	Todos os temas-alvo.
	Ação 3.2 Formação especializada	Número e grupo-alvo das acções de formação especializada.	Pelo menos uma campanha por ano.	Todos os temas-alvo.
	Ação 3.3 Acompanhamento (do pessoal, dos professores e dos alunos)	Número e tipo de acções de acompanhamento realizadas.	Permanente.	Todos os temas-alvo.
Ação 4: Individualização e personalização do processo de formação	Ação 4.1. Plano de formação personalizado.	Número de planos de formação flexíveis e e individualizados ou personalizados definidos	Permanente.	Diário de bordo do professor.
	Ação 4.2 Percursos de estudo inclusivos.	Número e qualidade das acções de adaptação de cursos de formação concebidas e realizadas.	No final de cada ensino.	Diário de bordo do professor.

Referências

- [1] Ainscow, Mel (2003). *Developing Inclusive Education Systems (Desenvolver Sistemas de Educação Inclusiva)*. Universidade de Manchester.
- [2] Barton L. (2011). Investigação em educação inclusiva e divulgação da investigação. sobre a deficiência. *Revista Inter-Universitária de Formação de Professores*, 25(1), 63-.
- [3] Barton L. (2013). Deficiência, *luta e a política da esperança*. Em L. Barton (Ed.), Deficiência, política e a luta pela mudança (pp. 1-10). Londres: Routledge.
- [4] Booth, T., e Ainscow, M. (2002). Índice para a inclusão. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Bristol: CSIE.
- [5] Booth, T., e Ainscow, M. (2011). Índice para a inclusão. Desenvolver a aprendizagem e a participação nas escolas. Bristol: CSIE.
- [6] Booth, T., Ainscow, M. (2016). O Índice para a Inclusão: Um guia para o desenvolvimento escolar. *liderado por valores inclusivos* (Quarta edição). Cambridge: Index for Inclusion
- [7] (IfIN).
- [8] ONU, 2006. *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*: https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf
- [9] Shakespeare, T. (2013). *Disability Rights and Wrongs Revisited* (2ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315887456>
- [10] OMS, (2001). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Domínio 2: Acesso a um ensino de qualidade

Álvarez-Pérez, Pablo; Pena, Maria João; Ferreira, Jorge

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Lisboa; Portugal

Pablo.Alvarez@iscte-iul.pt; Maria_Joao_Pena@iscte-iul.pt ; Jorge.Manuel.Ferreira@iscte-iul.pt

Resumo

As pessoas com deficiências intelectuais enfrentam barreiras significativas no acesso ao ensino superior e, mesmo quando o conseguem, muitas vezes têm dificuldade em ser bem sucedidas. Um ensino acessível e de elevada qualidade é crucial para ultrapassar estas barreiras e garantir que as pessoas com deficiência intelectual sejam incluídas no ensino superior em igualdade de circunstâncias com os seus pares.

No entanto, é importante notar que quando os alunos com diferenças de aprendizagem, incluindo a DI, são colocados num currículo tradicional e rígido, o resultado pode ser o oposto da inclusão. Isto porque, quando as adaptações são combinadas com esses currículos e limitadas por eles, os alunos com DI podem não receber o apoio de que necessitam para serem bem sucedidos. O resultado pode ser uma experiência universitária negativa para eles. Por conseguinte, todas as partes interessadas devem adotar uma abordagem inclusiva no seu ensino, tendo em conta as necessidades de todos os estudantes.

Apesar da importância de uma oferta acessível e de alta qualidade, existe uma falta de orientação e de recursos para os decisores políticos envolvidos na política do ensino superior e na inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Este resumo apresenta um conjunto de 10 recomendações-chave para um protocolo de intervenção que pode ser utilizado pelos decisores políticos para promover uma oferta acessível e de qualidade no ensino superior para pessoas com deficiência intelectual.

2.1 Introdução e justificação

As pessoas com deficiência intelectual (DI) enfrentam inúmeras barreiras quando tentam aceder ao ensino superior. Mesmo quando conseguem ultrapassar essas barreiras, o sucesso continua a ser difícil de alcançar. A chave para atenuar estes desafios e promover uma verdadeira inclusão reside na oferta de um ensino acessível e de alto nível, adaptado às suas necessidades específicas. É imperativo sublinhar que a mera inscrição num currículo convencional e inflexível é frequentemente contraproducente e conduz à exclusão e não à inclusão.

A justaposição de adaptações dentro dos limites de currículos rígidos pode, inadvertidamente, minar o apoio essencial para o sucesso dos estudantes com DI. A consequência é um impacto negativo na sua trajetória universitária, gerando uma experiência desfavorável. As partes interessadas na educação devem, por conseguinte, adotar uma abordagem pedagógica inclusiva que tenha em conta as diversas necessidades de cada estudante.

Apesar do papel fundamental de uma educação acessível e de qualidade, os decisores políticos que supervisionam a política de ensino superior e a inclusão de pessoas com deficiência intelectual enfrentam uma escassez de orientações e recursos. Em resposta a esta lacuna, este capítulo oferece um conjunto abrangente de dez recomendações fundamentais que constituem um protocolo de intervenção. Concebidas para os decisores políticos, estas directrizes



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

visam impulsionar a promoção de um ensino superior acessível e de elevada qualidade para as pessoas com deficiência intelectual. Estas recomendações servem de bússola, orientando os decisores políticos no sentido de promoverem um ambiente que transcenda as barreiras e defenda a inclusão. As medidas propostas e as respectivas acções são apresentadas a seguir.

2.2 Medidas ou recomendações

Ação 1: Formular uma base sólida para o desenvolvimento de políticas inclusivas. Na procura de um quadro político sólido para defender o ensino superior inclusivo para as pessoas com deficiência intelectual, é imperativo reconhecer o papel fundamental que esta iniciativa desempenha na garantia da igualdade de oportunidades educativas. As políticas devem ser flexíveis e adaptadas aos apoios necessários a cada pessoa com deficiência. A ação 1.1 sublinha a importância da colaboração com grupos de representação das pessoas com deficiência, baseando a abordagem na experiência vivida. O diálogo permanente com estes grupos transforma o enquadramento numa entidade dinâmica, capaz de se adaptar aos diferentes desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência intelectual.

A ação 1.2 impulsiona o discurso ao defender a participação ativa de educadores, estudantes e pais no processo de elaboração de políticas. Este envolvimento tripartido actua como catalisador de uma abordagem mais holística, incorporando diversas perspectivas através de workshops, inquéritos e conselhos consultivos. Estas iniciativas tecem uma rica tapeçaria de contributos, promovendo um ambiente em que a política se torna uma manifestação colectiva das necessidades das partes interessadas.

A adaptabilidade contínua, uma pedra angular destacada na ação 1.3, surge como a marca de uma política virada para o futuro. Reconhecendo o dinamismo da educação e da tecnologia, as revisões e actualizações regulares tornam-se a força vital de uma política que antecipa as novas tendências, reflectindo um compromisso firme com o panorama educativo em evolução.

Objetivo: Estabelecer um quadro político dinâmico e abrangente que promova um ensino de qualidade acessível às pessoas com deficiência intelectual no ensino superior.

- ***Ação 1.1 Formar parcerias com grupos de defesa das pessoas com deficiência para obter perspectivas diversas.***

Para tal, será necessário: um diálogo sustentado, a criação de conselhos consultivos e a disponibilização dos recursos necessários; e o início de um ciclo de feedback em tempo real, garantindo uma melhoria contínua com base na evolução das necessidades.

- ***Ação 1.2 Incentivar a participação ativa de educadores, estudantes (com e sem deficiência) e pais no desenvolvimento de políticas.***

Para tal, será necessário implementar workshops inclusivos, promover diálogos abertos e criar conselhos consultivos; e implementar um mecanismo estruturado de feedback que inclua inquéritos regulares, fóruns e canais de comunicação eficazes.

- ***Propor revisões e actualizações regulares do quadro político.***

Para tal, será necessário: criar um comité de revisão específico; avaliar as políticas existentes e colaborar com peritos na matéria; e criar um mecanismo de feedback abrangente que envolva ativamente educadores, alunos (com e sem deficiência), pais, peritos em tecnologia e peritos na matéria, a fim de garantir uma comunicação transparente sobre as alterações às políticas. A participação ativa sob a forma de feedback dos alunos com deficiência intelectual incentivará a defesa e avaliará a eficácia da implementação destas políticas.

Ação 2: Cultivar a aprendizagem inclusiva através de materiais didácticos acessíveis. Reconhecendo a importância fundamental de materiais didácticos acessíveis do ponto de vista cognitivo (leitura fácil ou apoio visual) no ensino superior para as pessoas com deficiência intelectual, o apelo à ação torna-se ainda mais acentuado. A ação 2.1 desenvolve a criação de orientações para uma linguagem simples e formatos acessíveis, incorporando princípios de



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

conceção universal que abordam a simplicidade linguística, as nuances de formatação e os elementos visuais, respondendo a diversas necessidades de aprendizagem.

Além disso, a Ação 2.2, que defende a utilização competente das tecnologias de apoio através da formação de professores, reconhece o poder transformador da tecnologia para colmatar as lacunas de acessibilidade. Este esforço de colaboração estabelece uma relação simbiótica entre os professores e os especialistas em tecnologia, assegurando a implementação sem descontinuidades de tecnologias de apoio optimizadas para o percurso educativo das pessoas com deficiência intelectual.

O compromisso de avaliação e melhoria contínuas, destacado na Ação 2.3, reflecte o compromisso institucional de manter os mais elevados padrões de acessibilidade. Ao integrar as normas de acessibilidade nos processos de desenvolvimento e revisão, as instituições de ensino superior podem esforçar-se continuamente por obter melhorias com base no feedback dos educadores e dos estudantes, promovendo assim uma cultura de adaptabilidade.

Objetivo: Assegurar que os materiais didácticos sejam não só acessíveis como também adaptados às pessoas com deficiências intelectuais.

○ ***Ação 2.1. Elaborar orientações exaustivas sobre formatos de fácil leitura e acessíveis.***

Será necessário: Reunir uma equipa diversificada, promovendo a participação ativa de alunos com e sem deficiências e de pessoal docente culturalmente diversificado; realizar formação de professores e integrar as directrizes na conceção do currículo; e estabelecer um ciclo de feedback em tempo real para uma melhoria contínua, alinhando as directrizes com as necessidades específicas dos alunos.

○ ***Ação 2.2 Promover a utilização competente das tecnologias de apoio e proporcionar uma formação abrangente aos professores.***

A promoção da tecnologia inclusiva aproveitaria o potencial transformador da informação e da tecnologia na vida quotidiana, especialmente para as pessoas com deficiência. Para tal, será necessário: identificar as necessidades em termos de tecnologias de apoio através de avaliações exaustivas; conceber programas de formação exaustivos e criar um centro de recursos centralizado; e integrar a formação no desenvolvimento profissional contínuo, realizando auditorias de acessibilidade regulares e capacitando os alunos através de formação específica em tecnologias de apoio. Como desenvolver programas que facilitem o acesso e a formação para utilização adaptativa, tais como leitores de ecrã, software de reconhecimento de voz e aplicações de acessibilidade e aplicações de acessibilidade.

Além disso, pretende estreitar os laços e as parcerias com empresas que oferecem soluções inovadoras que respondem às necessidades específicas das pessoas com deficiência intelectual.

○ ***Ação 2.3 Implementar uma abordagem sistemática da avaliação e melhoria contínuas.***

Para tal, será necessário: incorporar as normas de acessibilidade nos processos de desenvolvimento e revisão; equilibrar as provas de verificação com os princípios de capacidade e desempenho; realizar auditorias regulares e estabelecer mecanismos sólidos de feedback; e desenvolver e implementar planos de melhoria contínua, promovendo a colaboração com os serviços de acessibilidade e comunicando de forma transparente as melhorias às partes interessadas. Pode ser adequado criar comités de peritos com base na experiência.

Ação 3: Abraçar a diversidade através de um ensino centrado na pessoa. Na tentativa de criar um ambiente de ensino superior inclusivo para as pessoas com deficiências intelectuais (DI), nunca é demais sublinhar o imperativo das abordagens de ensino centradas na pessoa. Serão promovidas e desenvolvidas estratégias metodológicas participativas e activas. A ação 3.1, o desenvolvimento de planos de apoio individualizados, representa uma mudança de paradigma de uma abordagem normalizada para uma abordagem que reconhece e celebra os pontos fortes, as preferências e os desafios únicos de cada aluno. A implementação efectiva destes planos deve ser totalmente personalizada.

Além disso, a Ação 3.2 visa dotar os educadores de estratégias de ensino multissensoriais, transformando o panorama



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

pedagógico. Ao envolverem múltiplos sentidos, os educadores podem atender a uma variedade de estilos de aprendizagem, particularmente os dos alunos com deficiência intelectual. A integração destas estratégias no currículo, complementada por materiais de aprendizagem acessíveis, cria um ambiente em que a inclusão não é apenas uma aspiração, mas uma realidade tangível.

A flexibilidade torna-se uma pedra angular da Ação 3.3, promovendo métodos de avaliação adaptados às diversas capacidades de aprendizagem. Este afastamento dos sistemas de avaliação rígidos reconhece a variabilidade dos alunos, assegurando que as avaliações são não só justas mas também sensíveis aos pontos fortes individuais. O empenhamento em considerações de acessibilidade e em revisões contínuas consolida ainda mais o compromisso de promover uma experiência educativa inclusiva.

Objetivo: Aplicar métodos de ensino que celebrem e respondam às necessidades específicas das pessoas com deficiências intelectuais.

○ ***Ação 3.1. Elaborar planos globais de apoio individualizado para os alunos.***

Para tal, será essencial: realizar avaliações exaustivas; facilitar o planeamento colaborativo e a afetação de recursos com base em planos de apoio adaptados; e estabelecer canais de comunicação transparentes para garantir a eficácia e a relevância contínuas.

○ ***Ação 3.2 Proporcionar aos educadores uma formação aprofundada sobre estratégias de ensino multissensoriais.***

Para tal, será necessário conceber programas sólidos de desenvolvimento profissional em metodologias de ensino específicas, como o currículo multinível e o desenho universal para a aprendizagem, integrar estratégias no currículo e estabelecer mecanismos sólidos de feedback e reflexão; e considerar a conceção de salas de aula inclusivas para melhorar a experiência de aprendizagem multissensorial.

○ ***Promover métodos de avaliação flexíveis e adaptados às diferentes capacidades de aprendizagem.***

Para a tarefa em questão, será essencial: desenvolver orientações completas e formação sobre métodos de avaliação flexíveis; criar planos de avaliação individualizados e alargar os formatos de avaliação; e garantir considerações de acessibilidade e rever e adaptar periodicamente com base no feedback, criando um sistema de avaliação justo e inclusivo.

Ação 4: Melhorar a comunicação eficaz. A melhoria da comunicação efectiva é uma pedra angular do esforço multifacetado para promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual no ensino superior. Sublinha a importância primordial de uma comunicação clara, sucinta e facilmente compreensível para cultivar um ambiente propício à participação ativa e a experiências educativas benéficas para as pessoas com DI. É necessário assegurar planos de apoio personalizados que envolvam uma avaliação exaustiva das necessidades de cada estudante, um planeamento colaborativo entre a comunidade educativa, a família e os profissionais que prestam apoio e uma atribuição adequada de recursos. Além disso, é necessário um feedback contínuo do indivíduo.

As pessoas com deficiência intelectual enfrentam frequentemente barreiras no processamento da informação, o que exige abordagens de comunicação adaptadas para facilitar uma aprendizagem acessível. A chave para eliminar estas barreiras reside numa comunicação lúcida e simples, que permita às pessoas com deficiência intelectual compreender os materiais de aprendizagem, as tarefas e a informação relevante, encorajando assim a participação ativa, o empenho e resultados de aprendizagem favoráveis.

No ensino superior, a comunicação eficaz vai para além dos limites da sala de aula. Exige políticas cuidadosamente elaboradas para garantir que os materiais escritos, as instruções verbais e os conteúdos digitais satisfaçam as diversas necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual. Isto pode implicar a utilização de linguagem simples, recursos visuais ou formatos alternativos para melhorar a compreensão.

Além disso, os professores e o pessoal devem ser formados para comunicar de forma inclusiva, adaptando estratégias para acomodar os estilos de aprendizagem únicos dos alunos com DI. Estas iniciativas de formação permitem que os educadores contribuam para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo.

O objetivo é cultivar uma comunicação clara, concisa e facilmente compreensível em todas as facetas do ensino superior. Para o efeito, são propostas várias acções:



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

- **Ação 4.1 Promover orientações para uma comunicação inclusiva com os alunos com deficiência intelectual.**

Para isso, será importante: Reunir uma equipa diversificada de especialistas e estudantes para desenvolver as directrizes, incorporando diversos estilos e necessidades de comunicação; Introduzir as directrizes através de aplicações práticas em iniciativas de desenvolvimento de professores; Integrar as directrizes nos esforços de desenvolvimento profissional em curso, distribuindo-as amplamente entre educadores, pessoal de apoio e partes interessadas; e Colaborar com os Serviços de Acessibilidade para adaptar as directrizes às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, recolhendo ideias sobre a eficácia através de mecanismos de feedback.

- **Ação 4.2 Proporcionar uma formação sólida em comunicação aos professores e ao pessoal.**

Para implementar esta ação, será necessário: identificar áreas específicas de melhoria na comunicação através da avaliação das necessidades, desenvolvendo módulos sobre comunicação eficaz, escuta ativa e adaptação dos estilos de comunicação; assegurar actualizações regulares sobre a evolução das melhores práticas, incorporando sessões para que os participantes partilhem experiências e discutam os desafios da comunicação no ensino superior; e integrar a formação em comunicação nos processos de indução de novos docentes e funcionários, considerando a criação de incentivos ou prémios para os indivíduos que promovam um ambiente inclusivo e comunicativamente acessível. Será de particular interesse incluir professores de diferentes origens culturais, pois isso permitir-lhes-á sugerir diferentes perspectivas neste domínio.

- **Ação 4.3. Estabelecer canais de comunicação regulares para recolher as reacções das partes interessadas.**

A execução desta tarefa exigirá: a implementação de inquéritos online, caixas de sugestões ou fóruns regulares para partilhar perspectivas, encorajando a comunicação aberta ao permitir a expressão anónima de preocupações ou sugestões; e o estabelecimento de um processo sistemático para analisar o feedback e desenvolver planos de ação com base nas áreas identificadas para melhoria, assegurando que o feedback contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas e práticas que afectam os alunos com deficiência intelectual. Esta ação deve considerar a forma de salvaguardar a potencial fratura digital das famílias e dos alunos no acesso e utilização das tecnologias.

Ação 5: Fornecer formação especializada ao corpo docente e ao pessoal. Olhando para o futuro, a formação especializada para o corpo docente e o pessoal universitário surge como uma componente crítica para moldar as experiências de aprendizagem de todos os estudantes, com ênfase em práticas de ensino inclusivas, estratégias de comunicação e sensibilização para a deficiência. Deve aceitar-se que o envolvimento do corpo docente exigirá tempo e recursos significativos em termos de sensibilização, relevância demonstrada, ligação à política universitária e aos requisitos legais nacionais, bem como formação específica sobre a deficiência intelectual nas suas dimensões social, médica e psicológica. Será necessária uma formação suplementar para esclarecer as outras partes interessadas sobre a razão da presença de estudantes com deficiência intelectual no campus e qual o objetivo e os resultados esperados. Tudo isto exige recursos significativos e tem de ser consagrado nas políticas universitárias. A investigação internacional mostra que as responsabilidades docentes e administrativas estão a aumentar drasticamente. O stress e o esgotamento são questões que têm de ser tidas em conta, juntamente com o aumento da carga de trabalho e as fracas perspectivas de emprego de muitos académicos nos campus de diferentes países.

O objetivo é dotar os professores e o pessoal universitário das competências necessárias para ensinar eficazmente os alunos com deficiência intelectual, o que implica as seguintes acções

- **Ação 5.1. Desenvolver e implementar programas de formação em práticas de ensino inclusivas para o corpo docente e o pessoal universitário.**

Abordam temas como o desenho universal para a aprendizagem, a instrução diferenciada e estratégias para acomodar diversos estilos de aprendizagem, e oferecem workshops e fóruns regulares para os educadores partilharem experiências e colaborarem em práticas de ensino inclusivas.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

- **Ação 5.2. Incluir módulos sobre sensibilização para a deficiência e estratégias de comunicação para o corpo docente e o pessoal.**

Fornecer informações sobre a comunicação eficaz do ponto de vista do aluno, introduzindo princípios de comunicação eficaz e de sensibilização para a deficiência nas fases iniciais das carreiras dos novos professores e funcionários.

- **Ação 5.3. Incentivar parcerias com organizações de serviços para pessoas com deficiência para apoio e formação contínuos.**

Trabalhar com as organizações de serviços de apoio às pessoas com deficiência para desenvolver programas de formação centrados na criação de um ambiente inclusivo e de apoio, reforçar e assegurar uma coordenação e comunicação eficazes entre as iniciativas de formação internas e a colaboração externa com associações e peritos por experiência.

Ação 6. Utilizar a orientação e a tutoria entre pares. Além disso, os programas de orientação e tutoria entre pares têm um potencial transformador para melhorar o sucesso académico e a experiência global dos estudantes com deficiência intelectual. Estes programas promovem uma comunidade de aprendizagem atenciosa e inclusiva, proporcionando assistência personalizada, apoio emocional e ligações sociais. O objetivo é promover sistemas de apoio entre pares que apoiem o sucesso académico dos estudantes com deficiência intelectual, o que envolve as seguintes acções

- **Ação 6.1. Criar programas de tutoria e de acompanhamento acessíveis a todos os estudantes.**

A execução desta tarefa exigirá: o desenvolvimento de programas centrados na inclusão, o fornecimento de materiais de formação acessíveis, orientações e ferramentas de apoio para mentores e tutores de pares; e o controlo da eficácia dos programas através de feedback regular, garantindo que os espaços físicos são acessíveis e propícios a uma comunicação eficaz para os estudantes com deficiência intelectual. Este acompanhamento será promovido em todas as fases, começando pela orientação na escolha dos estudos universitários. Em seguida, será desenvolvida uma gestão individualizada de casos, gerida por uma pessoa ou grupo, que garantirá a trajetória das pessoas com deficiência intelectual na universidade, em colaboração com as Unidades de Atenção às Pessoas com Deficiência. Será aconselhável que os mentores e tutores sejam reconhecidos por este trabalho.

- **Ação 6.2: Assegurar que a formação dos mentores de pares e dos professores mentores inclua estratégias de apoio aos alunos com deficiências intelectuais.**

Incluir cenários que simulem situações da vida real para aprender fazendo, encorajando a comunicação aberta e a troca de ideias e estratégias de sucesso entre tutores e mentores. Esta ação envolverá ativamente os mentorandos e os tutores e mentores que geriram o caso.

Ação 7 - Promover um ambiente de aprendizagem inclusivo. Na procura de um ambiente propício ao sucesso académico dos alunos com deficiência intelectual, a nossa atenção centra-se na Ação 7, que engloba o cultivo de uma cultura de sala de aula caracterizada pela inclusão, sensibilização e diálogo aberto. Os decisores políticos surgem como arquitectos-chave que conduzem as instituições de ensino no sentido de abraçarem a diversidade, cultivarem a compreensão e respeitem os contributos únicos de cada aluno.

O início deste percurso transformador exige uma ênfase primária na promoção da sensibilização para as questões da deficiência. Isto inclui a implementação de uma compreensão profunda e de uma sensibilidade às diversas necessidades das pessoas que lutam com a deficiência intelectual. O ambiente de aprendizagem deve refletir um forte empenho em valorizar e respeitar os contributos distintivos de cada aluno. Para disseminar eficazmente esta sensibilização, está prevista uma abordagem complexa que envolve workshops, eventos e campanhas.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

No centro deste esforço está a promoção do diálogo aberto, um elemento-chave na construção de uma tapeçaria educativa inclusiva. Os diálogos, que envolvem a tríade de estudantes, professores e pessoal administrativo, funcionam como plataformas de colaboração para a troca de ideias, experiências e boas práticas em matéria de pedagogia inclusiva. Estes debates servem não só para dissipar ideias erradas e estereótipos, mas também para promover um ambiente académico que acolhe a diversidade de braços abertos.

Os decisores políticos são chamados a defender iniciativas que facilitem interações positivas entre os alunos, independentemente das suas capacidades cognitivas. Estas iniciativas, que se manifestam em campanhas de sensibilização, workshops e eventos, cristalizam-se em celebrações da diversidade, forjando um espírito de comunidade nos redutos educativos. Ao promoverem ardentemente um espírito de inclusão e aceitação, os decisores políticos contribuem substancialmente para a criação de um panorama educativo em que a diversidade é não só reconhecida, mas também exuberantemente celebrada.

○ **Ação 7.1 Sensibilizar para as questões da deficiência.**

A implementação desta ação requer uma avaliação exaustiva das necessidades das instituições de ensino superior, definindo áreas específicas relacionadas com a sensibilização para a deficiência. A colaboração com as organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência é essencial para desenvolver um conteúdo sólido para os seminários, planear eventos e conceber campanhas. A integração de várias iniciativas de sensibilização no currículo académico, juntamente com o envolvimento dos estudantes através de projectos e apresentações, garante um impacto mais profundo. A adição de medidas de acessibilidade, como intérpretes de língua gestual e legendas, a estes esforços reforça o sucesso desta iniciativa.

○ **Ação 7.2. Cultivar diálogos inclusivos.**

Esta ação requer a criação de plataformas de diálogo inclusivo, tais como fóruns e reuniões de câmara, facilitadas por moderadores especializados. Estes diálogos têm lugar num espaço que é simultaneamente seguro e respeitoso, abrangendo tópicos inclusivos, agendas e representação de estudantes, pessoal docente culturalmente diverso, pessoal com deficiência intelectual e tutores e mentores. As sessões programadas regularmente, os mecanismos de feedback, a integração nos processos de tomada de decisão e a participação da comunidade contribuem para catalisar o êxito desta ação.

○ **Ação 7.3. Estabelecimento de políticas anti-discriminação.**

Esta ação é sustentada pelo desenvolvimento de políticas abrangentes que abordem explicitamente a discriminação relacionada com a deficiência. A divulgação, a formação, os mecanismos de apresentação de queixas, os protocolos de investigação, as consequências das violações, o apoio às vítimas, a revisão das políticas e o envolvimento da comunidade são passos essenciais para uma implementação efectiva. A tónica é colocada na criação de um ambiente em que todas as pessoas, incluindo as que têm deficiências intelectuais, possam prosseguir a sua educação sem serem prejudicadas pela discriminação. Nesta ação, será útil manter uma boa comunicação com os grupos representativos dos cidadãos que defendem os direitos das pessoas com deficiência, para garantir que os seus pontos de vista sejam tidos em conta.

○ **Ação 7.4 Promover uma cultura de inclusão e cooperação entre os estudantes.**

Organizar eventos que celebrem a diversidade e incentivem a cooperação, realçando os valores da inclusão e da cooperação através de uma variedade de canais e procurando obter reacções dos estudantes para avaliar o impacto das iniciativas de inclusão e cooperação.

Ação 8. Tirar partido da tecnologia para aumentar o apoio à aprendizagem. A ação 8 sublinha a capacidade transformadora da tecnologia para aumentar a acessibilidade dos materiais de aprendizagem e responder a diversas necessidades de aprendizagem. Os decisores políticos são chamados a defender a adoção de tecnologias acessíveis e inclusivas, sublinhando a importância de uma formação abrangente para uma inclusão efectiva e a necessária coordenação entre diferentes acções.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

○ **Ação 8.1. Garantir a acessibilidade da tecnologia.**

Isto implica uma avaliação exaustiva e a adaptação das tecnologias existentes ou desenvolvidas internamente para cumprir normas de acessibilidade rigorosas, a fim de tornar a tecnologia verdadeiramente acessível a professores e alunos. Para garantir que as tecnologias de apoio são acessíveis a toda a comunidade, pode ser criado um repositório centralizado para catalogar as diferentes tecnologias e reservar a sua utilização. A integração de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a realidade aumentada, são ferramentas que melhoram a acessibilidade e a experiência educativa dos alunos com deficiência intelectual. Por outro lado, a colaboração com os fornecedores de tecnologia, a formulação de orientações em matéria de acessibilidade, a formação do pessoal de TI, os mecanismos de feedback dos utilizadores, a disponibilização de formatos alternativos (com formatação áudio e vídeo), os testes de acessibilidade de rotina e uma documentação meticulosa são passos pormenorizados para uma implementação eficaz.

Neste sentido, a acessibilidade implica também tornar os canais de comunicação formais com a comunidade universitária, tanto horizontais como verticais, acessíveis, eficientes e amigáveis para as pessoas com deficiência intelectual. Por exemplo, o desenvolvimento de aplicações móveis que adaptam os conteúdos educativos está previsto como um plano de apoio pessoal baseado em IA para a aprendizagem e o aperfeiçoamento.

○ **Ação 8.2. Facilitar a formação de professores sobre a integração de tecnologias.**

A implementação exige uma avaliação das necessidades, esforços de colaboração com tecnólogos da educação, workshops interactivos, estudos de casos, conceção de cursos inclusivos, criação de conteúdos acessíveis (formatados em áudio e vídeo), apoio em tempo real, desenvolvimento profissional contínuo, comunidades de aprendizagem colaborativas (tutores-mentores especializados), avaliação e reconhecimento. O objetivo é capacitar os educadores para aproveitarem habilmente a tecnologia, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo.

○ **Ação 8.3. Manter uma avaliação contínua da eficácia da tecnologia.**

Esta ação assegura o alinhamento perpétuo das soluções tecnológicas com os objectivos de inclusão. A implementação inclui o estabelecimento de quadros de avaliação, a colaboração com peritos em acessibilidade, auditorias regulares, mecanismos de feedback dos utilizadores, protocolos de testes de acessibilidade, documentação dos resultados, integração no desenvolvimento profissional, relatórios e transparência, certificações de conformidade de acessibilidade e planos de melhoria contínua.

Ação 9. Manter o apoio. A superação dos desafios específicos enfrentados pelos estudantes com deficiência intelectual exige uma abordagem estratégica por parte dos decisores políticos. A tónica é colocada na necessidade indispensável de uma assistência inabalável através de planos de apoio personalizados, de tutoria entre pares e de tutoria. O cerne da questão consiste em conceber meticulosamente planos de apoio individualizados, tendo em conta as necessidades específicas de cada aluno, garantindo assim a adaptabilidade aos seus pontos fortes, barreiras e inclinações de aprendizagem. Estas abordagens personalizadas, longe de serem soluções genéricas, não só fornecem uma ajuda precisa, como também actuam como um farol que guia os estudantes através da intrincada paisagem do ensino superior.

A tutoria e a orientação por pares, enquanto componentes integrais do apoio contínuo, desempenham um papel duplo. Não só servem para reforçar os resultados académicos, como também contribuem significativamente para melhorar o bem-estar geral. Ao promoverem um ciclo de feedback interminável, estes mecanismos de apoio oferecem assistência em tempo real, criando um ambiente em que as pessoas com DI não só se sentem apoiadas, mas genuinamente integradas na trajetória académica. Para reforçar esta abordagem, os decisores políticos têm de dar prioridade à atribuição de recursos e à afetação de pessoal, estabelecendo um quadro de apoio proactivo e reativo que integre sem problemas a assistência contínua no ambiente do ensino superior.

Objetivo: Apoiar sistematicamente o sucesso académico dos estudantes com deficiências intelectuais.



○ **Ação 9.1. Cultivar planos de apoio dinâmicos.**

A pedra angular desta iniciativa reside no cultivo de planos de apoio dinâmicos que vão para além das meras formalidades. As avaliações colaborativas são fundamentais e englobam a identificação exaustiva dos pontos fortes, desafios e preferências de aprendizagem. A articulação dos planos de apoio deve ir além da mera retórica, delineando acomodações académicas tangíveis, integração de tecnologias de apoio, serviços de aconselhamento e outros recursos críticos para a progressão do aluno. O envolvimento ativo do aluno e da família neste processo torna-se central, encorajando a comunicação formal e aberta para desbloquear aspirações e preferências. Dada a natureza dinâmica das necessidades dos alunos com deficiência intelectual, a revisão regular do plano de apoio não só é encorajada como é essencial. A implementação envolve a constituição de uma equipa de apoio composta por conselheiros académicos, profissionais de serviços para pessoas com deficiência e membros do corpo docente. As revisões e avaliações regulares tornam-se a norma, permitindo que sejam feitos ajustamentos de acordo com a evolução das necessidades do aluno e capacitando-o para defender o seu percurso educativo.

○ **Ação 9.2. Criação de um ecossistema de apoio holístico.**

A fim de satisfazer as necessidades holísticas de cada estudante, uma forte rede de apoio não é negociável. Isto inclui serviços de aconselhamento, acessibilidade e orientação académica. Para tal, é essencial uma avaliação exaustiva das necessidades, a colaboração com agências externas e a criação de um centro de apoio centralizado. A inclusão de serviços de aconselhamento abrangentes, de disposições coordenadas em matéria de acessibilidade e de apoio ao aconselhamento académico constitui a espinha dorsal desta iniciativa. A facilitação da colaboração interdisciplinar, a implementação de programas de participação dos estudantes e a instituição de mecanismos eficazes de feedback contribuem coletivamente para a criação de uma rede de apoio que não só responde como se adapta à evolução das necessidades dos estudantes.

○ **Ação 9.3. Cultivar uma cultura de colaboração e compreensão.**

O principal objetivo neste caso não é apenas satisfazer as necessidades básicas, mas promover um ambiente em que todas as partes interessadas contribuam ativamente para o sucesso dos alunos com deficiência intelectual. Isto implica não só esforços simbólicos, mas também uma estratégia global que inclua campanhas de sensibilização, programas de formação e iniciativas que envolvam ativamente os alunos. Todos estes esforços têm como objetivo não só a eliminação de barreiras, mas também a promoção de um verdadeiro sentido de comunidade. Os eventos inclusivos, as políticas e os mecanismos de reconhecimento não são meros gestos, mas componentes integrais da promoção da inclusão. Reforçar a colaboração entre professores e alunos, implementar iniciativas de construção de comunidade e estabelecer canais regulares de feedback não são meras ações, mas pilares que solidificam um sentimento de pertença entre alunos, professores e funcionários.

Ação 10. Avaliar e melhorar as práticas pedagógicas. Esta medida sublinha o empenho dos decisores políticos em criar um ambiente de aprendizagem adaptável e reativo para todos os alunos, incluindo os que têm deficiências intelectuais. Reconhecendo a natureza dinâmica da educação, os decisores políticos sublinham a necessidade de uma avaliação contínua das práticas pedagógicas para garantir a acessibilidade e a eficácia. É importante que as ferramentas não se limitem a workshops superficiais, mas que respondam de forma abrangente às necessidades dos professores. Isto significa não só proporcionar sessões de formação sobre tópicos específicos, mas também apoio especializado na aplicação do que foi aprendido.

Objetivo: Avaliar e melhorar regularmente as práticas de ensino.

○ **Ação 10.1 Implementar um processo de avaliação sistemático.**

Trata-se de estabelecer uma abordagem sistemática para avaliar as práticas de ensino. Trata-se de adotar um processo de avaliação estruturado que tenha em conta não só os denominadores comuns, mas também as diversas



necessidades dos aprendentes, a fim de determinar se o processo de aprendizagem está a ser adequado em cada caso.

○ **Ação 10.2 Proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional.**

Esta iniciativa visa não só colmatar lacunas, mas também dotar os professores dos conhecimentos e competências necessários para criar ambientes de aprendizagem que sejam não só acessíveis, mas também atractivos e eficazes. Isto inclui não apenas avaliações superficiais das necessidades de desenvolvimento profissional, mas uma colaboração genuína com especialistas e a diversificação dos formatos de desenvolvimento profissional. Oferecer não só workshops de ensino inclusivo, sessões de formação sobre acessibilidade e actualizações sobre tecnologias educativas, mas também uma abordagem holística contribui não só para o desenvolvimento profissional, mas também para o desenvolvimento holístico dos membros do corpo docente. As comunidades de aprendizagem entre pares, os planos de desenvolvimento profissional personalizados e a integração nos processos de avaliação dos professores não são apenas estratégias, mas componentes integrais que promovem não só a melhoria, mas a melhoria contínua.

○ **Ação 10.3 Promover uma cultura de melhoria contínua.**

Revisões regulares e melhorias das práticas de ensino, incorporando não só o feedback dos alunos mas também dos professores, e baseando-se não só nos desenvolvimentos mas também nos progressos da investigação educacional, são componentes vitais desta iniciativa. A criação de comités de melhoria contínua, a realização de revisões periódicas, mas também de revisões criteriosas, e a tomada de decisões baseadas em dados, , garantem uma abordagem não só sistemática, mas também dinâmica. A integração não só das novas tecnologias, mas também da colaboração não só com investigadores no domínio da educação, mas também com comunidades de aprendizagem de professores, contribui não só para criar um ambiente de ensino dinâmico, mas também próspero. As oportunidades de desenvolvimento profissional para o corpo docente, o reconhecimento não só das práticas, mas também das práticas inovadoras, e o alinhamento não só com os objectivos institucionais, mas também com os objectivos educativos mais amplos, garantem não só que as práticas de ensino evoluam, mas também que evoluam em harmonia com as diversas necessidades da população estudantil.



2.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas

Domínio 2: Acesso a um ensino de qualidade					
MEDIDA	INDICADOR		DEFINIÇÃO DO INDICADOR	NÍVEL A ATINGIR	FONTE DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA MEDIR O INDICADOR
Ação 1: Desenvolver um quadro político inclusivo	Ação 1.1 Colaborar com grupos de defesa das pessoas com deficiência	Número de grupos de defesa envolvidos	Um conjunto de grupos de defesa da deficiência ativamente envolvidos no processo de elaboração de políticas.	Representação substancial, idealmente abrangendo um leque de perspectivas e experiências. Pelo menos uma vez por ano	Actas das reuniões ordinárias, acordos de colaboração e relatórios oficiais.
		Inclusão de mecanismos de feedback	A medida em que os mecanismos de feedback facilitam um diálogo aberto, captam percepções diversas e asseguram uma melhoria contínua.	Elevado envolvimento com os grupos de defesa, evidenciado por um feedback regular e construtivo. Pelo menos uma vez por ano	Resultados de inquéritos, discussões em grupos de reflexão e registos de feedback.
	Ação 1.2	Taxa de participação em workshops e	Percentagem de educadores, alunos e pais	Taxas de	Registos de presenças,

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Envolver educadores, estudantes e pais	grupos de discussão inclusivos	que participam ativamente em workshops e debates.	participação elevadas, indicando uma ampla representação de perspectivas. Pelo menos uma vez por ano, com uma taxa de participação de 10%.	inquéritos de participação e avaliações de workshops.
		Eficácia do Conselho Consultivo	Impacto do Conselho Consultivo nos projectos de políticas, incorporação de comentários e propostas de alteração.	Eficácia demonstrada através de contribuições tangíveis e de melhorias políticas. Pelo menos uma revisão anual	Actas das reuniões, resumos das reacções e projectos de políticas com as alterações atribuídas.
	Ação 1.3 Rever e atualizar regularmente o quadro político	Frequência das reuniões do comité de revisão	A regularidade das reuniões do comité de revisão para avaliar a eficácia das políticas.	Reuniões regulares e programadas, reflectindo um compromisso de melhoria contínua.	Calendário das reuniões, actas e relatórios do comité de revisão.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				Pelo menos duas reuniões por ano	
		Integração dos desenvolvimentos tecnológicos	Integrar com êxito os desenvolvimentos tecnológicos nas actualizações das políticas.	Número de políticas que incorporam as tecnologias mais recentes para melhorar a educação das pessoas com deficiência intelectual.	Documentação sobre parcerias tecnológicas, relatórios sobre integração tecnológica e feedback de educadores e alunos.
Ação 2: Disponibilizar materiais didácticos acessíveis	Ação 2.1. Elaborar directrizes para a criação de materiais em linguagem clara.	Aplicação de directrizes de linguagem clara	A medida em que as directrizes de linguagem clara são aplicadas nos materiais didácticos.	Integração total das directrizes na criação de materiais didácticos, evidenciada pelo cumprimento das mesmas numa parte significativa dos materiais. Pelo menos 60% dos materiais	Registos da aplicação das orientações, amostras de materiais didácticos e comentários dos professores.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				adaptados no prazo de dois anos	
		Variedade de formatos acessíveis utilizados	A diversidade de formatos acessíveis utilizados, incluindo versões áudio, em letras grandes e electrónicas.	Adoção generalizada de vários formatos, para responder a diferentes necessidades e preferências de aprendizagem. Avaliação semestral	Estatísticas sobre a utilização dos diferentes formatos, feedback dos alunos e registos da disponibilidade dos formatos.
	Ação 2.2 Promover a utilização de tecnologias de apoio	Competências dos professores em matéria de tecnologias de apoio	Nível de competência dos professores na utilização de tecnologias de apoio para criar conteúdos acessíveis.	Os professores demonstraram um elevado nível de competência na incorporação de tecnologias de apoio nos materiais didácticos. Pelo menos 2 acções de formação por ano	Registos de formação de professores, avaliações e feedback de professores e peritos em acessibilidade.
		Auditorias e melhorias da acessibilidade	A frequência e eficácia das auditorias de	Auditorias	Registos de auditorias de



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			<p>acessibilidade e consequentes melhorias nos materiais didácticos.</p>	<p>regulares para detetar e resolver rapidamente problemas de acessibilidade.</p> <p>Auditorias semestrais</p>	<p>acessibilidade, planos de melhoria e feedback de alunos e educadores.</p>
	<p>Ação 2.3. Estabelecer um sistema de avaliação e melhoria contínua.</p>	<p>Integração das normas de acessibilidade</p>	<p>A incorporação de normas de acessibilidade no desenvolvimento e revisão de materiais didácticos.</p>	<p>Integração total, garantindo a conformidade com as directrizes nacionais e internacionais em matéria de acessibilidade.</p> <p>Pelo menos 60% dos materiais adaptados no prazo de dois anos</p>	<p>Documentação da integração de normas, processos de revisão e actualizações com base em normas em evolução.</p>
		<p>Eficácia dos planos de melhoria contínua</p>	<p>O êxito dos planos na resolução das deficiências de acessibilidade identificadas e na garantia de actualizações atempadas.</p>	<p>Melhorias demonstradas com base no feedback e nos resultados das auditorias.</p>	<p>Relatórios sobre planos de melhoria, feedback dos alunos e educadores e registos das actualizações efectuadas.</p>



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				Auditorias semestrais	
Ação 3: Utilizar abordagens pedagógicas centradas na pessoa	Ação 3.1. Elaborar planos de apoio individualizado para os alunos.	Desenvolvimento de planos de apoio individualizados	A criação bem sucedida de planos de apoio individualizados e abrangentes que tenham em conta os pontos fortes e os desafios cognitivos, as preferências sensoriais, os estilos de comunicação e as necessidades de apoio adicionais.	Planos de apoio individualizados , completos e bem documentados, para alunos com deficiências intelectuais. Número de planos anuais em relação à população total com deficiência intelectual	Registos dos planos de apoio individualizado, notas de reuniões de colaboração e feedback dos educadores e do pessoal de apoio.
		Afetação de recursos de acordo com os planos de apoio	Atribuição adequada de recursos, incluindo pessoal de apoio adicional, tecnologias de apoio e materiais didáticos especializados, conforme indicado nos planos de apoio individualizado.	Recursos alinhados com planos de apoio individualizados para melhorar efetivamente a experiência de aprendizagem dos alunos. Montante do orçamento atribuído	Documentação da afetação de recursos, planos de apoio e avaliações periódicas da adequação dos recursos.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Formar os educadores em estratégias de ensino multissensoriais.	Participação em programas de desenvolvimento profissional	O nível de participação em programas de desenvolvimento profissional centrados em estratégias de ensino multissensoriais.	Elevadas taxas de participação dos educadores em programas de formação. Pelo menos dois cursos de formação por ano	Registos de participação, registos de presença e feedback dos educadores.
		Integração de abordagens multissensoriais no currículo	Integração bem sucedida de abordagens multi-sensoriais no currículo de várias disciplinas.	Planeamento curricular inclusivo que incorpora estratégias multissensoriais para melhorar as experiências de aprendizagem. Número de planos curriculares anuais em relação ao total da população com deficiência intelectual.	Documentos curriculares, comentários dos educadores e provas de elementos multissensoriais nos materiais didácticos.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 3.3 Promover métodos de avaliação flexíveis	Disponibilidade de orientações e formação	A existência de directrizes claras sobre a aplicação de métodos de avaliação flexíveis e o grau de formação ministrado aos educadores.	Orientações abrangentes e programas de formação para garantir que os educadores compreendam e possam aplicar métodos de avaliação flexíveis. Pelo menos um guia com uma revisão de dois em dois anos.	Documentação de directrizes, programas de formação e feedback dos educadores.
		Aplicação de planos de avaliação individualizados	Criação e aplicação bem sucedida de planos de avaliação individualizados para estudantes com deficiências intelectuais.	Planos de avaliação personalizados que reflectem as necessidades e preferências únicas de cada aluno. Número de planos de avaliação personalizados em relação à população total com deficiência	Registos de planos de avaliação, notas de reuniões de colaboração e feedback de educadores e alunos.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				intelectual.	
		Vários formatos de avaliação	A expansão dos formatos de avaliação para acomodar uma variedade de competências de aprendizagem, incluindo projectos, apresentações, portefólios e demonstrações práticas.	Disponibilidade e utilização de uma variedade de formatos de avaliação que respondam a diferentes pontos fortes e preferências. Avaliação semestral do tema	Registos de avaliação, feedback dos alunos e documentação de várias opções de avaliação.
Ação 4: Assegurar uma comunicação eficaz	Ação 4.1. Fornecer orientações para os educadores comunicar em eficazmente	Elaboração de directrizes de comunicação	Criação bem sucedida de directrizes abrangentes que cobrem vários aspectos da comunicação, como a clareza, a empatia, a adaptabilidade e a utilização de recursos visuais.	Orientações exaustivas e documentadas acessíveis a todos os educadores. Número de documentos gerados num ano	Documentação das orientações, registos de participação na formação e feedback dos educadores.
		Inclusão no desenvolvimento profissional	Inclusão bem sucedida de directrizes de comunicação em iniciativas de desenvolvimento profissional contínuo para educadores.	Orientações integradas nos programas de desenvolvimento	Calendários de desenvolvimento profissional, documentação de directrizes integradas e



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				o profissional existentes. Número de documentos gerados num ano	feedback dos educadores.
		Colaboração com os serviços de acessibilidade	Colaboração com os serviços de acessibilidade para adaptar as directrizes de comunicação às necessidades específicas dos alunos com deficiências intelectuais.	Orientações alinhadas com as ideias dos profissionais de educação especial e práticas de ensino inclusivas. Número de documentos gerados num ano	Documentação dos esforços de colaboração, directrizes adaptadas às necessidades específicas e feedback dos serviços de acessibilidade.
	Ação 4.2. Proporcionar formação em comunicação aos professores e ao	Participação na avaliação das necessidades	Elevadas taxas de participação na avaliação das necessidades para identificar áreas específicas da comunicação que exigem melhorias.	Avaliação exaustiva das necessidades para identificar desafios e áreas de crescimento. Pelo menos dois por ano	Registos da participação na avaliação das necessidades, dos resultados dos inquéritos e das reacções dos participantes.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	pessoal.	Inclusão nos processos de mainstreaming	Inclusão bem sucedida da formação em comunicação nos processos de indução de novos professores e membros do pessoal.	Formação em comunicação incluída no programa de iniciação de todos os novos funcionários. Pelo menos duas ofertas por ano	Documentação de integração, programas de formação e feedback dos novos professores e funcionários.
		Actualizações regulares	Actualizações regulares e sessões de reciclagem para manter o corpo docente e o pessoal informados sobre a evolução das melhores práticas de comunicação.	Iniciativas de formação contínua para garantir a melhoria contínua das estratégias de comunicação. Pelo menos duas ofertas por ano	Documentação dos programas de formação, participação em sessões de atualização e feedback do corpo docente e do pessoal.
	Ação 4.3. Estabelecer canais de comunicação regulares para recolher	Criação de plataformas de informação	Criação bem sucedida de plataformas de informação acessíveis e de fácil utilização para estudantes, pais e educadores.	Plataformas de informação operacionais e acessíveis com a participação de várias partes interessadas.	Documentação sobre plataformas de feedback, avaliações de acessibilidade e comentários dos utilizadores.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	reacções.			Criação da plataforma em dois anos	
		Opções de resposta anónima	Possibilidade de apresentar comentários anónimos para incentivar uma comunicação honesta e aberta.	Opções para as partes interessadas expressarem as suas preocupações ou sugestões de forma anónima. Opções sim/não	Documentação dos mecanismos de feedback anónimo e do feedback recebido através destes canais.
		Relatórios periódicos sobre os resultados	Apresentação regular de relatórios sobre os resultados das iniciativas de feedback e das medidas tomadas em resposta.	Comunicação transparente dos esforços da instituição em resposta às reacções. Um relatório anual	Relatórios sobre os resultados, campanhas de comunicação e reacções das partes interessadas às acções comunicadas.
		Inclusão no planeamento estratégico	Contribuição direta do feedback para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e práticas.	Comentários que influenciam o planeamento estratégico e a elaboração de políticas. Número de	Documentação dos processos de planeamento estratégico, políticas influenciadas pelo feedback e opiniões das partes interessadas sobre a eficácia da inclusão.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HEd-000032084

				contribuições nos documentos específicos	
Ação 5: Proporcionar formação especializada aos professores	Ação 5.1. Desenvolver e implementar programas de formação sobre práticas pedagógicas inclusivas.	Avaliação das necessidades	Identificação de áreas específicas de práticas de ensino inclusivas que requerem ênfase.	Avaliação exaustiva das necessidades para identificar desafios e áreas a melhorar nas práticas de ensino inclusivas. Pelo menos uma vez por ano	Registos da participação na avaliação das necessidades, resultados de inquéritos e reacções de professores, peritos em acessibilidade e estudantes com deficiências intelectuais.
		Conceção do currículo	Inclusão de questões como o desenho universal para a aprendizagem, instrução diferenciada e estratégias para acomodar diversos estilos de aprendizagem no currículo.	Currículo que abrange matérias fundamentais adaptáveis a uma variedade de disciplinas. Número de acções desenvolvidas para integração	Documentação do currículo, feedback dos educadores e avaliação da cobertura do currículo.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Comunidades de aprendizagem entre pares	Criação de comunidades onde os educadores possam partilhar experiências, trocar ideias e colaborar na implementação de práticas de ensino inclusivas.	Comunidades activas e colaborativas que promovem a aprendizagem e a melhoria contínuas. Criação sim ou não	Documentação das actividades da comunidade de aprendizagem entre pares, taxas de participação e feedback dos educadores.
	Ação 5.2. Incluir módulos sobre sensibilização para a deficiência e estratégias de comunicação.	Desenvolvimento de módulos	Colaboração com especialistas em educação especial, comunicação e deficiência para garantir que o conteúdo dos módulos é exato, relevante e inclusivo.	Módulos desenvolvidos com o contributo de peritos e partes interessadas. Número de módulos desenvolvidos	Documentação dos esforços de colaboração, conteúdo do módulo e comentários de peritos.
		Inclusão nos programas de formação existentes	Inclusão bem sucedida de estratégias de comunicação e de módulos de sensibilização para a deficiência em programas de formação mais alargados sobre práticas de ensino inclusivas.	Inclusão e ligação sem descontinuidades entre diferentes módulos de formação. Pelo menos uma avaliação anual	Documentação dos programas de formação sobre inclusão, feedback dos participantes e avaliação da eficácia da inclusão.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Formação de facilitadores	Formação adequada dos formadores responsáveis pela apresentação dos módulos, garantindo uma compreensão aprofundada, competências de facilitação e a capacidade de responder eficazmente às perguntas dos participantes.	Facilitadores bem formados, capazes de ministrar os módulos de forma eficaz. Número de facilitadores formados e activos	Registos da formação dos facilitadores, do feedback dos participantes e da avaliação da competência dos facilitadores.
	Ação 5.3. Incentivar a criação de parcerias com organizações de serviços para pessoas com deficiência .	Identificação de potenciais parceiros	Identificação de organizações de serviços para deficientes com experiência no apoio a pessoas com deficiências intelectuais.	Identificação clara de potenciais parceiros em conformidade com os valores, a missão e as necessidades específicas da instituição. Identificação sim ou não	Documentação da identificação de parceiros, alinhamento com a missão e avaliação da contribuição potencial.
		Desenvolvimento de programas de formação personalizados	Desenvolvimento em colaboração de programas de formação que respondam às necessidades específicas do corpo docente, do pessoal e dos estudantes no contexto do ensino superior.	Programas personalizados desenvolvidos em parceria para responder a necessidades específicas.	Documentação sobre o desenvolvimento de programas em colaboração, conteúdo dos programas e reacções das partes interessadas.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				Número de programas	
		Inclusão nos programas existentes	Coordenação e comunicação harmoniosas entre as iniciativas de formação internas e os conhecimentos externos das organizações de serviços para pessoas com deficiência.	Inclusão efectiva, garantindo a coerência e o alinhamento dos esforços de formação. Avaliação anual	Documentação dos esforços de coordenação, canais de comunicação e feedback das partes interessadas internas e externas.
		Partilhar recursos	Partilha de recursos entre a instituição e as organizações de serviços para pessoas com deficiência, incluindo o acesso a materiais de formação, orientações e boas práticas.	Partilha eficaz de recursos para reforçar as iniciativas de inclusão. Número de troca	Documentação dos recursos partilhados, acessibilidade e comentários sobre a utilidade dos materiais partilhados.
		Comentários e avaliação	Recolha e utilização de informações para avaliar a eficácia da parceria e efetuar os ajustamentos necessários.	Avaliação periódica do feedback para melhoria contínua. Avaliação anual	Documentação dos mecanismos de feedback, resultados da avaliação e ajustamentos efectuados com base no feedback.
		Planos de parceria a longo prazo	Exploração de oportunidades de investigação conjuntas, projectos de	Estabelecimento de planos de	Documentação de iniciativas de colaboração, projectos



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			colaboração e iniciativas de melhoria contínua para garantir um apoio e uma formação sustentados.	parceria a longo prazo para apoio contínuo. Número de acordos de planeamento por ano (pelo menos quatro)	conjuntos e planos de melhoria contínua.
Ação 6. Utilizar a tutoria e o aconselhamento entre pares.	Ação 6.1 Criar programas de tutoria e orientação entre pares que sejam acessíveis a todos os estudantes .	Conceção do programa	Desenvolvimento de programas inclusivos de tutoria e orientação entre pares que tenham em conta as necessidades específicas dos estudantes com deficiência intelectual em todas as fases.	Programas bem concebidos, acessíveis e adaptáveis a diversas necessidades. Avaliação anual	Documentação sobre a conceção do programa, considerações de inclusão e características de acessibilidade.
		Recrutamento de tutores e mentores de pares	Implementação de um processo de seleção que incentive a diversidade entre os mentores e tutores, com qualidades como a empatia, a paciência e o empenho em apoiar os alunos com capacidades diversas.	Grupo diversificado e qualificado de mentores e tutores de pares. Número de pessoas formalmente envolvidas e crescimento anual positivo	Registos do processo de recrutamento, estatísticas sobre diversidade e feedback dos mentores/tutores.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Revisões e avaliações regulares	Monitorizar a eficácia dos programas de tutoria e de tutoria entre pares através do feedback dos tutores/tutores e dos tutorandos.	Avaliação periódica e recolha de informações para identificar áreas a melhorar. Avaliação anual	Documentação dos mecanismos de feedback, resultados da avaliação e melhorias efectuadas com base no feedback.
Ação 6.2 Assegurar que a formação dos mentores e tutores de pares inclua estratégias de apoio aos estudantes com deficiências intelectuais.	Colaboração com pessoas com deficiência Serviços	Desenvolvimento colaborativo de conteúdos de formação com profissionais de serviços para pessoas com deficiência, garantindo a sua exatidão e relevância.	Esforços de colaboração para produzir conteúdos de formação exactos e relevantes. Pelo menos uma reunião trimestral	Documentação de processos de colaboração, conteúdos de formação e feedback de peritos.	
	Acessibilidade	Assegurar que os materiais e recursos de formação são acessíveis a todos os participantes, disponibilizando formatos alternativos.	Elementos de acessibilidade incorporados nos materiais de formação. Avaliação anual	Documentação sobre recursos acessíveis, formatos alternativos e conformidade com os princípios da conceção inclusiva.	
	Mecanismos de feedback	Criar uma cultura que incentive a comunicação aberta, permitindo que os participantes partilhem as suas	Uma cultura de comunicação aberta que	Registos de mecanismos de feedback, canais de comunicação e melhorias	



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			experiências, façam perguntas e procurem orientação sobre o apoio aos alunos com deficiência intelectual.	encoraja o feedback e a colaboração entre os participantes. Avaliação anual	com base no feedback.
Ação 7: Promover uma cultura de apoio na sala de aula	Ação 7.1 Sensibilizar para as questões da deficiência através de workshops, eventos e campanhas	Avaliação das necessidades	Identificação de lacunas de conhecimento relacionadas com questões de deficiência entre estudantes, professores e funcionários.	Compreensão global das necessidades de sensibilização. Revisão anual	Registos dos resultados da avaliação das necessidades, identificação das lacunas de conhecimento e dos domínios que exigem iniciativas de sensibilização.
		Participação dos estudantes	Incentivo a projectos, apresentações e eventos liderados por estudantes que realcem as experiências das pessoas com deficiência intelectual.	Participação ativa e responsabilização dos estudantes em iniciativas de sensibilização. Número de participantes	Documentação de projectos liderados por estudantes, participação em eventos e feedback dos participantes.
		Campanhas regulares de sensibilização	Campanhas de sensibilização constantes e contínuas ao longo do ano letivo.	Empenho e envolvimento contínuos na sensibilização para a deficiência.	Registos dos temas das campanhas de sensibilização, abordagens e comentários dos participantes.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				Número de campanhas, pelo menos duas	
Ação 7.2 Incentivar o diálogo aberto entre estudantes, professores e funcionários sobre a criação de um campus inclusivo	Criar plataformas para um diálogo inclusivo	Criação de fóruns, reuniões municipais e grupos de discussão para facilitar conversas abertas sobre a inclusão.	Criação de plataformas de diálogo inclusivas. Criação sim ou não	Documentação das plataformas, registos de participação e feedback dos participantes.	
	Inclusão nos processos de tomada de decisão	Incorporação de ideias e sugestões dos diálogos abertos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e práticas.	Inclusão ativa dos resultados do diálogo na tomada de decisões. Revisões anuais	Registos de comentários sobre a inclusão, alterações de políticas e melhorias com base nos resultados do diálogo.	
	Documentação e planos de ação	Desenvolvimento de planos de ação com base nas prioridades identificadas nos diálogos abertos.	Mudanças tangíveis resultantes das prioridades identificadas. Pelo menos uma avaliação anual	Planos de ação, documentação de iniciativas e resultados com base nos debates de diálogo.	
Ação 7.3 Implement	Formação política	Educação da comunidade universitária sobre políticas e procedimentos anti-	Compreensão dos princípios	Registos das sessões de formação, avaliações da	



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	ar políticas e procedimentos anti-discriminação		discriminação.	de não-discriminação e dos papéis individuais. Número de formações, pelo menos duas	compreensão dos participantes e feedback.
		Mecanismos de notificação	Disponibilização de múltiplos canais para a denúncia de casos de discriminação.	Acessibilidade e variedade dos canais de informação. Revisões anuais	Registos dos mecanismos de comunicação, estatísticas de utilização e reacções dos utilizadores.
		Protocolos de investigação	Investigações imparciais, rápidas e processuais das queixas de discriminação.	Conformidade com os princípios e procedimentos de investigação estabelecidos. Número de casos tratados	Registos de protocolos de investigação, resultados e comentários das partes interessadas.
Ação 7.4 Promover uma cultura de inclusão e cooperação	Eventos Campus Inclusivos	Organizar eventos que celebrem a diversidade e incentivem a cooperação.	Eventos inclusivos que promovem a diversidade e a cooperação. Número de	Documentação do evento, registos de participação e comentários dos participantes.	



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	o entre os estudantes			eventos, pelo menos um por ano	
		Organizações estudantis inclusivas	Incentivar a formação de organizações de estudantes centradas na inclusão e na cooperação.	Organizações estudantis activas e diversificadas que promovem a inclusão. Número de acções de formação, pelo menos duas por ano	Registos da formação de organizações, actividades e iniciativas de inclusão.
Ação 8. Utilizar a tecnologia para apoiar a aprendizagem.	Ação 8.1 Garantir que todas as tecnologias educativas utilizadas sejam acessíveis e inclusivas	Repositório centralizado de tecnologias acessíveis	Criação, desenvolvimento e coordenação de um repositório centralizado	Especialistas em tecnologia e acessibilidade Criação sim ou não	Registo de acções e resultados no repositório
		Auditorias de acessibilidade	Avaliação das tecnologias existentes em termos de acessibilidade e compatibilidade com várias necessidades de aprendizagem, incluindo as associadas a deficiências intelectuais.	Avaliação exaustiva das tecnologias, abordando as deficiências de acessibilidade identificadas. Auditoria	Registos dos resultados das auditorias, planos de modificação e colaboração com peritos em acessibilidade.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				satisfatória de, pelo menos, 60 por cento e crescimento anual positivo	
		Formação do pessoal informático	Competência do pessoal informático para compreender e cumprir os requisitos de acessibilidade, nomeadamente os que beneficiam os alunos com deficiências intelectuais.	Competência para responder aos requisitos de acessibilidade da tecnologia. Número de acções de formação, pelo menos duas por ano	Registos dos programas de formação do pessoal de TI, avaliações de competências e feedback.
		Testes periódicos de acessibilidade	Teste e avaliação sistemáticos das características de acessibilidade das plataformas e ferramentas, assegurando a rápida resolução dos problemas identificados.	Testes sistemáticos e proactivos das características de acessibilidade. Avaliação anual	Registos dos calendários dos testes, dos resultados das avaliações e dos planos de acção para a resolução de problemas.
	Ação 8.2 Fornecer formação aos professore	Avaliação das necessidades	Adaptar os programas de formação às diversas experiências e níveis de competência dos educadores.	Programas de formação personalizados que respondem a uma	Registos dos resultados da avaliação das necessidades, da conceção do programa de formação e do feedback dos participantes.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	s sobre a integração da tecnologia nas suas práticas de ensino.			variedade de necessidades. Número de acções de formação, pelo menos duas por ano	
		Desenvolvimento profissional contínuo	Actualizações regulares e sessões de formação avançada para educadores sobre as tecnologias mais recentes e as melhores práticas na integração de tecnologias inclusivas.	Melhoria contínua das competências dos educadores em matéria de integração de tecnologias. Número de acções de formação, pelo menos duas por ano	Registos de sessões de formação em serviço, programas avançados e avaliações da competência dos educadores.
		Avaliação e reconhecimento	Implementação de um sistema para avaliar a competência dos professores na integração da tecnologia inclusiva e reconhecer a excelência.	Reconhecer e celebrar os educadores que demonstram excelência na integração da tecnologia. Pelo menos um por ano	Registos dos resultados da avaliação, programas de reconhecimento e feedback dos educadores reconhecidos.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 8.3 Estabelece r um sistema de avaliação contínua da eficácia e acessibilid ade da tecnologia educativa.	Estabelecimento de quadros de avaliação	Definição de critérios-chave para avaliar a eficácia e a acessibilidade das tecnologias educativas.	Critérios claros para orientar a avaliação das tecnologias. Sim/Não	Documentação dos quadros de avaliação, critérios e colaboração com peritos em acessibilidade.
		Auditorias e avaliações regulares	Avaliações periódicas que tenham em conta factores como actualizações de software, alterações nas necessidades dos utilizadores e evolução das normas de acessibilidade.	Avaliação sistemática e regular das tecnologias. Pelo menos um por ano	Registos dos calendários de auditoria, resultados da avaliação e planos de adaptação com base na evolução das necessidades.
		Mecanismos de feedback do utilizador	Incentivar o feedback sobre as experiências, com especial atenção para a adaptação às necessidades das pessoas com deficiência intelectual.	Participação ativa e feedback de uma série de utilizadores, incluindo pessoas com deficiências intelectuais. Números de reação e descrição das acções associadas	Registos dos mecanismos de feedback, das percepções dos utilizadores e das adaptações baseadas no feedback.
		Relatórios e transparência	Partilhar os resultados com as partes interessadas, aumentando a sensibilização e a compreensão do compromisso da	Informar as partes interessadas	Documentação das conclusões partilhadas, estratégias de comunicação



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			instituição para com a acessibilidade.	sobre o empenhamento da instituição em matéria de acessibilidade. Em pelo menos 90% dos casos tratados	e respostas das partes interessadas.
		Planos de melhoria contínua	Desenvolvimento de planos de ação com base nos resultados da avaliação, abordando os desafios identificados, melhorando as características de acessibilidade e assegurando uma melhoria contínua.	Medidas concretas adoptadas para melhorar a acessibilidade da tecnologia. Número de acções, que aumenta todos os anos	Registos dos planos de melhoria, das medidas tomadas e da adaptação contínua de acordo com a evolução das necessidades.
		Certificações de conformidade de acessibilidade	Incentivar os fornecedores de tecnologia a obterem certificações de conformidade de acessibilidade. Dar prioridade às tecnologias com avaliações e certificações externas.	Preferência por tecnologias que cumpram as normas de acessibilidade reconhecidas. Revisão anual	Registos de certificação, colaboração com fornecedores de tecnologias certificadas e políticas de atribuição de prioridades.
Ação 9. Prestar apoio contínuo	Ação 9.1 Desenvolv	Avaliação colaborativa	Identificação dos pontos fortes e fracos do aluno, das suas preferências de	Compreensão global das	Registos dos protocolos de avaliação, colaboração com



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	er e aplicar planos de apoio individualizados que evoluam de acordo com as necessidades do aluno.		aprendizagem e de quaisquer adaptações específicas necessárias devido à sua deficiência intelectual.	necessidades individualizadas dos alunos com deficiência intelectual. Número de casos tratados em relação ao número total de estudantes	os intervenientes relevantes e feedback dos alunos e das famílias.
		Flexibilidade e adaptabilidade	Reconhecimento de que as necessidades dos alunos com deficiência intelectual podem mudar ao longo do tempo e que o plano de apoio deve evoluir em conformidade.	Estabeleciment o de processos de revisão periódica e de adaptação dos planos de apoio individualizado. Guia de transparência com revisão semestral	Registos dos processos de revisão, das adaptações efectuadas e do feedback dos alunos e das equipas de apoio.
		Protocolo de comunicação	Partilhar o plano de apoio com os intervenientes relevantes, incluindo professores, funcionários e prestadores de serviços de apoio. Assegurar que todas as pessoas envolvidas têm conhecimento das adaptações e estratégias descritas no plano.	Comunicação e sensibilização eficazes entre as partes interessadas. Protocolo de transparência	Registos de protocolos de comunicação, divulgação de planos de apoio e feedback das partes interessadas.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				com revisão semestral	
		Equipa de apoio à implementação	Uma equipa responsável pela implementação do plano de apoio individualizado, incluindo conselheiros académicos, profissionais de serviços para deficientes, conselheiros e membros do corpo docente.	Uma equipa bem coordenada para garantir a inclusão sem problemas de adaptações e serviços de apoio. Número de reuniões, pelo menos uma vez por trimestre	Documentação sobre a composição da equipa de apoio, programas de formação e esforços de colaboração.
		Revisões e avaliações regulares	Utilização de controlos regulares para se adaptar à evolução das necessidades e experiências do aprendente.	Ajustes coerentes e proactivos dos planos de apoio. Pelo menos uma avaliação por trimestre	Registos dos controlos regulares, dos resultados das avaliações e das adaptações efectuadas em função da evolução das necessidades.
		Formação de estudantes	Disponibilização de recursos e orientação para ajudar os alunos a defenderem as suas necessidades e a assumirem a responsabilidade pelo seu percurso educativo.	Os alunos participam ativamente nos seus planos de apoio e defendem-nos.	Documentação das iniciativas de formação, recursos fornecidos e feedback dos alunos formados.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				Pelo menos uma avaliação por ano	
		Integração tecnológica	Utilização da tecnologia para facilitar a comunicação e a coordenação entre os membros da equipa de apoio.	Integração perfeita da tecnologia nos processos de apoio, assegurando actualizações e colaboração em tempo real. Número de plataformas acessíveis utilizadas. Revisão anual e melhoria todos os anos.	Registos das plataformas tecnológicas utilizadas, da formação ministrada e do feedback das equipas de apoio.
		Medidas de confidencialidade	Comunicar a importância da privacidade e estabelecer protocolos para a proteção de informações sensíveis, assegurando simultaneamente que as partes interessadas tenham acesso aos pormenores necessários.	Cumprimento dos protocolos de privacidade e tratamento seguro de informações sensíveis. Revisão em curso	Documentação das medidas de confidencialidade, protocolos em vigor e comentários sobre questões de privacidade.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Afetação de recursos	Investimento em tecnologias de apoio, formação do pessoal de apoio e desenvolvimento profissional contínuo dos professores.	Atribuição de recursos adequados para melhorar os serviços de apoio aos estudantes com deficiências intelectuais. Orçamento previsto, com melhorias anuais	Registos da atribuição de recursos, programas de formação e iniciativas de desenvolvimento dos professores.
	Ação 9.2 Estabelecer uma rede de serviços de apoio, incluindo aconselhamento, serviços de acessibilidade e orientação académica.	Avaliação das necessidades	Identificação dos serviços de apoio específicos necessários aos estudantes, incluindo os que têm deficiências intelectuais.	Compreender as diversas necessidades de apoio dos alunos através de uma avaliação exhaustiva. Revisão em curso	Registos dos protocolos de avaliação das necessidades, colaboração com agências externas e feedback dos alunos e prestadores de serviços.
		Colaboração com organismos externos	Colaboração com agências e organizações externas especializadas em apoio a deficientes, serviços de saúde intelectual e aconselhamento académico.	Estabelecimento de parcerias que recorram a competências e recursos externos para	Documentação dos acordos de colaboração, das parcerias constituídas e dos recursos obtidos junto de organismos externos.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				melhorar os serviços de apoio.	
				Número de acordos anuais (pelo menos 4)	
		Centro de assistência centralizado	Criação de um núcleo centralizado que sirva de ponto focal para a coordenação e a prestação de serviços de apoio.	Criação de um sistema de apoio centralizado e acessível aos estudantes.	Registos do desenvolvimento de um centro de apoio, dos serviços prestados e das reacções dos estudantes e dos prestadores de serviços.
		Serviços de consultoria abrangentes	Prestação de serviços de aconselhamento para a saúde intelectual e o bem-estar dos estudantes com deficiências intelectuais.	Serviços de orientação abrangentes adaptados aos desafios específicos dos alunos com deficiências intelectuais.	Documentação de programas de aconselhamento, formação de profissionais e feedback de estudantes e conselheiros.
		Coordenação dos serviços de acessibilidade	Coordenação com profissionais dos serviços para deficientes para alinhar as adaptações académicas com os planos de	Esforços coordenados para garantir a	Registos dos esforços de coordenação, alinhamento dos serviços e feedback dos



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			apoio individualizados.	inclusão sem descontinuidades das adaptações académicas e dos serviços de apoio. Pelo menos duas reuniões por ano	estudantes e do pessoal dos serviços para deficientes.
		Apoio de aconselhamento académico	Conselheiros académicos com formação para compreender os desafios e objectivos académicos específicos dos alunos com deficiências intelectuais.	Conselheiros equipados para orientar a seleção de cursos, estratégias de estudo e definição de objectivos. Pelo menos dois cursos de formação por ano.	Documentação dos programas de formação, avaliações da competência dos avaliadores e feedback dos estudantes e dos conselheiros académicos.
		Colaboração em equipas interdisciplinares	Colaboração entre os profissionais de aconselhamento, o pessoal dos serviços de acessibilidade e os conselheiros académicos. Facilitação de reuniões regulares e canais de comunicação para	Colaboração interdisciplinar para compreender as necessidades	Registos de iniciativas de colaboração, calendários de reuniões e feedback dos membros da equipa.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

			assegurar uma compreensão holística das necessidades de cada estudante.	dos alunos. Número de parcerias acordadas. Pelo menos cinco grupos envolvidos anualmente	
		Programas de participação dos estudantes	Realização de workshops, programas de tutoria entre pares e actividades sociais que promovam um sentido de comunidade e de pertença.	Participação ativa e envolvimento dos alunos em programas inclusivos. Pelo menos dois seminários por ano	Registos da execução do programa, da participação dos estudantes e do feedback dos participantes.
		Mecanismos de feedback	Utilizar o feedback para identificar áreas de melhoria, melhorar a prestação de serviços e garantir que a rede de apoio continua a responder à evolução das necessidades.	Melhoria contínua dos serviços de apoio com base nas reacções das partes interessadas. Revisão contínua	Registos dos mecanismos de feedback, análise do feedback e adaptações feitas em resposta.
	Ação 9.3	Campanhas de sensibilização	Utilização de vários canais de	Divulgação	Registos das campanhas de



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

<p>Promover uma cultura de compreensão e colaboração entre os estudantes, o corpo docente e o pessoal.</p>		<p>comunicação para aumentar a sensibilização e desfazer mitos e ideias erradas.</p>	<p>efectiva de informação para promover a compreensão e desfazer mitos.</p> <p>Pelo menos uma campanha por ano</p>	<p>sensibilização, dos canais de comunicação utilizados e das reacções da comunidade.</p>
	<p>Programas de formação de professores e de pessoal</p>	<p>Fornecer informações sobre os desafios específicos enfrentados por estes alunos e orientações sobre a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e acessíveis.</p>	<p>O corpo docente e o pessoal receberam formação para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e solidário.</p> <p>Pelo menos duas acções de formação por ano</p>	<p>Registos dos programas de formação, da participação dos professores e do pessoal e do feedback dos participantes.</p>
	<p>Participação dos estudantes</p>	<p>Criar oportunidades para os alunos partilharem as suas experiências, perspectivas e pontos de vista. Promover um sentido de comunidade e derrubar barreiras.</p>	<p>Participação ativa dos estudantes na troca de experiências e na criação de uma</p>	<p>Registos das iniciativas de participação dos estudantes, taxas de participação e feedback dos estudantes participantes.</p>



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				comunidade de apoio. Pelo menos um evento por ano	
		Programas de educação pelos pares	Incentivar debates abertos, apresentações e colaborações que promovam a empatia, a compreensão e um compromisso partilhado para com a inclusão.	Participação ativa dos estudantes em programas de educação pelos pares que promovam a compreensão e a colaboração. Pelo menos dois cursos de formação por ano e uma avaliação anual	Registos de programas de educação pelos pares, taxas de participação e feedback dos participantes.
Ação 10. Avaliar e melhorar as práticas de ensino	Ação 10.1 Implementar um processo de avaliação sistemática das práticas de ensino, incluindo o	Desenvolvimento de quadros de avaliação	Criação de quadros que abranjam vários aspectos das práticas de ensino, como a acessibilidade, a inclusão e a capacidade de resposta a diversas necessidades de aprendizagem.	Quadros abrangentes que abordam todos os aspectos fundamentais das práticas de ensino. Criação sim ou não	Documentação dos quadros desenvolvidos, colaboração com peritos e feedback de educadores e estudantes.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	feedback dos estudantes e dos educadores.	Ciclos de avaliação regulares	Implementação de ciclos regulares que coincidam com os períodos ou semestres lectivos, a fim de obter informações e proceder a ajustamentos atempados.	Ciclos de avaliação coerentes e ajustamentos atempados dos métodos de ensino. Sim / Não	Registos dos ciclos aplicados, recolha de feedback e ajustamentos efectuados durante o ano letivo.
		Reconhecimento de práticas eficazes	Estabelecimento de programas de reconhecimento ou prémios para os professores que se destacam na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e acessíveis.	Reconhecimento e celebração de práticas de ensino eficazes. Pelo menos um evento por ano	Registos de programas de reconhecimento estabelecidos, nomeações de docentes e prémios concedidos.
	Ação 10.2 Proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional aos professores para que se	Avaliação das necessidades de desenvolvimento profissional	Realização de avaliações sobre questões como práticas de ensino inclusivas, acessibilidade e estratégias de apoio a estudantes com deficiências intelectuais.	Identificação das necessidades específicas de desenvolvimento profissional dos professores. Pelo menos uma reunião por ano	Registos das avaliações das necessidades, das questões identificadas e do alinhamento com os planos de desenvolvimento dos professores.
		Diversidade de formatos de	Oferecer oportunidades de	Disponibilidade	Registos dos formatos



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	mantenha m a par das melhores práticas.	desenvolvimento profissional	desenvolvimento profissional numa variedade de formatos para se adequar a diferentes preferências de aprendizagem.	de uma variedade de formatos para se adaptar a diferentes estilos de aprendizagem. Aumento progressivo do número de propostas. Pelo menos duas novas adições por ano.	oferecidos, taxas de participação e feedback dos professores.
		Integração com a avaliação dos professores	Alinhar os esforços de desenvolvimento profissional com os processos de avaliação dos professores.	Integração do desenvolvimento profissional nas avaliações de desempenho dos professores. Integração sim ou não	Registos de alinhamento, reconhecimento de práticas inclusivas nas avaliações e feedback dos professores.
	Ação 10.3 Promover uma cultura de melhoria contínua através de	Criação de comités de melhoria contínua	Formação de comités ou grupos de trabalho dedicados à melhoria contínua das metodologias de ensino.	Existência de comités que representam várias partes interessadas para uma melhoria	Registos da formação, representação e actividades em curso dos comités.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

revisões e actualizações regulares das metodologias de ensino.			contínua. Criação sim ou não	
	Revisões periódicas da metodologia de ensino	Realização de revisões sistemáticas tendo em conta ciclos semestrais ou anuais.	Implementação de um processo sistemático de avaliação das práticas pedagógicas. Revisões semestrais ou anuais	Registos dos processos de revisão, ciclos e ajustamentos efectuados com base nas avaliações.
	Tomada de decisões com base em dados	Recolha e análise de dados das avaliações dos alunos, do feedback dos professores e de outras fontes relevantes.	Utilização de dados para tomar decisões sobre ajustamentos das práticas de ensino. Relatórios anuais	Registos da recolha e análise de dados e das decisões tomadas com base nesses dados.
	Integração de tecnologias emergentes	Oferecer aos professores a oportunidade de explorar e adotar novas ferramentas para melhorar o envolvimento, a acessibilidade e a interatividade.	Adoção pelos professores de tecnologias emergentes para melhorar as práticas de	Registos de programas de integração de tecnologias, participação dos professores e feedback.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				ensino. Incorporação de pelo menos uma tecnologia/programa por ano	
		Comunidades de aprendizagem de professores	Criação de plataformas para os professores partilharem ideias, experiências e actualizações sobre práticas de ensino eficazes.	Participação ativa e colaboração em comunidades de aprendizagem de professores. Criação sim ou não	Registos da formação da comunidade, taxas de participação e ideias partilhadas.
		Reconhecimento de práticas inovadoras	Criação de prémios ou programas de reconhecimento que destaquem práticas inovadoras e o seu impacto positivo nos resultados da aprendizagem dos estudantes.	Reconhecimento dos professores que contribuem para práticas pedagógicas inovadoras. Pelo menos um evento por ano	Registos de programas de reconhecimento estabelecidos, nomeações e práticas premiadas.
		Apoio institucional à inovação	Incentivar a experimentação de novas abordagens, tecnologias e metodologias.	Promover um ambiente em que os professores se	Registos de políticas institucionais de apoio à inovação, feedback dos professores e casos de



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

				<p>sintam capacitados para contribuir para a melhoria contínua. Publicação anual de boas práticas</p>	<p>experimentação bem sucedida.</p>
--	--	--	--	---	---



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Domínio de ação 3: Promover a consciência e a responsabilidade cívica e social

M. Dolores Yerga-Míguez, Rosa Díaz-Jiménez & Cristina Granados Martínez

Universidade Pablo de Olavide

Sevilha, Espanha

mdyermiq@upo.es ; rdiajim@upo.es ; cgrammar@upo.es

Resumo

Sensibilizar e motivar os responsáveis pelo ensino superior a incluir na sua oferta educativa conteúdos curriculares e competências específicas e transversais sobre a inclusão das pessoas com deficiência intelectual. O objetivo seria desenvolver estratégias de sensibilização para esta população e fornecer-lhes informação para que compreendam de onde vêm, para onde podem ir e qual o impacto que o ensino superior pode ter nas suas vidas e na sociedade que os rodeia.

Este bloco incluiria também estratégias para a empregabilidade destes estudantes, para tornar visível a importância dos resultados da investigação neste domínio para a sociedade e, finalmente, estratégias para estabelecer pontes entre a vida pessoal deste grupo e a sua vida social e cultural.

Introdução e justificação

Para promover ambientes universitários inclusivos para estudantes com deficiência intelectual, é necessário sensibilizar e responsabilizar cívica e socialmente as diferentes esferas de influência. Desta forma, é oportuno o envolvimento dos atores políticos e das instituições educativas, facto que motiva a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 (Cermi, 2020) através da incorporação de conteúdos e competências curriculares específicos e transversais em relação à inclusão das pessoas com deficiência intelectual. O principal objetivo é formular estratégias que sensibilizem e tornem visível o seu potencial como cidadãos activos e estudantes universitários.

São formulados quatro blocos de medidas que abordam o indivíduo, os estudantes com deficiência intelectual, configurando perfis, itinerários de formação, profissionais e de vida, expondo vulnerabilidades e abordando o impacto da inclusão universitária nas famílias, na sociedade de referência e nas suas vidas. Num segundo nível, meso, aborda-se a empregabilidade, apresentando questões sobre a digitalização e o mundo digital necessariamente acessível, bem como a colaboração com o tecido empresarial e ferramentas de ligação à oferta de trabalho, inovação e empreendedorismo, e questões sobre liderança, empatia e interculturalidade. A terceira área envolve outros actores que compõem as universidades inclusivas e aborda a valorização dos resultados da investigação sobre a deficiência intelectual. Neste sentido, são propostas acções que abordam a co-investigação nas suas diferentes fases e os centros de investigação inclusivos, bem como as dificuldades enfrentadas por este grupo populacional como objeto de estudo em si mesmo. Finalmente, a construção de ambientes inclusivos a nível comunitário é encerrada, abordando a medição do valor das actividades sociais e culturais. A este nível macro, são apresentadas acções que se referem ao acompanhamento dos estudantes na construção de espaços de interação social, serviços de apoio às famílias, a universidade como ponte para a vida nas cidades e a promoção de ofertas culturais acessíveis.

3.2 Medidas ou recomendações

Ação 1: Acompanhar os estudantes universitários com deficiência intelectual:

Definição do fenómeno através das pessoas e das suas experiências de vida, tendo em conta as suas particularidades e desenvolvendo itinerários de formação, profissionais e de vida que respondam às suas vulnerabilidades e tenham em conta o impacto da vida universitária na sua vida pessoal, familiar e social.

- **Ação 1.1: Conhecer as pessoas através do acesso**

Os perfis dos estudantes universitários com deficiência intelectual são marcados principalmente pela sua experiência desfavorável em ambientes educativos, pelo que as universidades devem ter em conta esta questão e incentivar a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas suas salas de aula. A trajetória pessoal e académica da pessoa pode condicionar o seu acesso, permanência e promoção no meio universitário. Recomenda-se a criação de um Serviço Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual (SEEDI), que incorpore a atenção e se coordene com outros serviços. A criação deste serviço exige empenhamento e participação política.

O acesso à universidade pode ser diferenciado em relação a outros estudantes, bem como a escolha (ou não) de estudos, é neste ponto que a instituição deve fazer um esforço para conhecer o perfil do corpo discente, não só a nível quantitativo, mas também a um nível particular com estratégias qualitativas que nos permitem conhecer a pessoa e a sua experiência de vida. Propomos a construção de um protocolo de receção e acesso que acompanhe os alunos no processo de pré-inscrição e matrícula, permitindo a recolha de dados estatísticos e pessoais para começar a construir os seus itinerários personalizados.

Para garantir a permanência, especialmente na transição durante as primeiras seis semanas, será conveniente ajustar um itinerário personalizado no processo de acesso, que irá desde a formação até aos aspectos profissionais, incluindo itinerários de vida se os alunos o considerarem apropriado. A promoção será o resultado do êxito das duas etapas anteriores (acesso e permanência), embora deva ir mais além, estruturando um plano profissional no qual se realizará o seguimento e o acompanhamento (ver medida 2). Neste sentido, propõe-se uma coordenação entre os diferentes serviços das universidades, a partir de um especificamente especializado em deficiência intelectual (SEEDI).

○ **Ação 1.2: Co-conceção e gestão dos percursos de formação**

Os itinerários educativos dos estudantes com deficiência intelectual são por vezes enviesados por programas específicos que promovem a empregabilidade e a vida autónoma, sendo por vezes a única forma de estudo universitário, sem a capacidade de escolha com base nos seus gostos e preferências. No entanto, dentro destes programas específicos existem muitas oportunidades de adaptação às motivações e necessidades dos alunos, o que lhes permitirá manter o seu interesse e atenção.

Os programas de formação para pessoas com deficiência intelectual devem ser flexíveis e adaptados às necessidades individuais e dar aos formandos a oportunidade de escolherem diferentes opções de acordo com as suas motivações.

Um programa-quadro permitirá a configuração das disciplinas e dos elementos genéricos, mas a gestão e a execução quotidianas serão reconfiguradas no quadro da aprendizagem baseada nas pessoas.

Considera-se igualmente adequado incluir programas de intercâmbio inclusivos que envolvam estudantes com deficiência intelectual, a fim de enriquecer a sua experiência de aprendizagem e de vida. Tal implicaria a colaboração com instituições universitárias e do terceiro sector de outros países, a fim de garantir a acessibilidade dos programas e prestar o apoio adequado durante a experiência intercultural.

Os percursos de formação devem ser avaliados no início, a meio e no final. Desta forma, será possível reavaliar as expectativas, a forma como são alcançadas e se foram ou não finalmente atingidas. Esta estratégia Esta estratégia permitirá introduzir alterações no curso e em cursos futuros.

○ **Ação 1.3: Co-conceção e gestão dos percursos profissionais**

A universidade inclusiva deve procurar promover a empregabilidade, tal como o faz para o resto do corpo estudantil universitário. Recomenda-se a elaboração de itinerários profissionais personalizados pelos serviços de apoio e acompanhamento dos estudantes universitários com deficiência e/ou pelos serviços especializados em empregabilidade.

Está-se a trabalhar no acesso e na construção de itinerários de formação de acordo com as particularidades e interesses pessoais, para que a projeção do futuro possa ser orientada a partir deste conhecimento. Embora os serviços responsáveis possam variar consoante a instituição, a sinergia entre actores especializados em deficiência intelectual - e que conhecem a pessoa - e especialistas em empregabilidade será oportuna.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Os itinerários profissionais personalizados podem ser iniciados desde o início da estadia na universidade, a fim de complementar a criação e utilização de ferramentas e competências necessárias para o mundo do trabalho, tais como a presença em aplicações específicas, o registo em portais de empregabilidade para pessoas com deficiência, bem como a promoção de atitudes e competências para o mundo do trabalho. Recomenda-se a realização de campanhas de publicidade e de divulgação desta abordagem, a fim de atrair o maior número possível de estudantes.

○ **Ação 1.4: Concessão conjunta de trajetórias de vida: oportunidades e vulnerabilidades**

Compreender e desenvolver percursos de vida exige uma consciência das oportunidades e vulnerabilidades com que os alunos se deparam. É o início do desenvolvimento de uma vida independente, o que pode ser assustador e desafiante para aqueles que passaram a vida em ambientes escolares especiais e no modelo de cuidados oferecido por alguns prestadores de serviços.

A universidade inclusiva vai para além da educação e do trabalho, é uma instituição que está consciente do seu impacto na vida das pessoas, especialmente dos estudantes com deficiência intelectual. Será necessário estabelecer uma linha que respeite a privacidade dos estudantes, que considere as suas particularidades e até que ponto querem partilhar com a instituição. A própria instituição será encarnada por uma pessoa, normalmente do serviço especializado em estudantes com deficiência intelectual (SEEDI), mas também poderá ser do serviço especializado em psicologia e/ou serviço social, consoante a instituição.

Conhecer o potencial da pessoa pode constituir uma oportunidade de permanência e de promoção. Para o efeito, o trabalho será realizado de forma personalizada e individualizada. Em relação às suas vulnerabilidades, será também uma ferramenta necessária de conhecimento que lhes permitirá ultrapassar situações que, por exemplo, causem stress extremo ou que não sejam adequadas ou oportunas para a boa aprendizagem e/ou experiência de vida do aluno.

Os itinerários de vida alimentam os itinerários de formação e profissionais e estão intimamente relacionados com a construção do perfil. No entanto, entende-se que o acompanhamento nesta ação se realiza ao longo de toda a estadia do estudante na universidade, podendo ser uma fonte de aprendizagem para o desenvolvimento de outras acções, dependendo do caso concreto. Para o efeito, propõe-se um mínimo de duas entrevistas por ano letivo, que pode ser alargado em função das necessidades de cada estudante. Esta ação pode ser acompanhada pela criação de um serviço de tutoria entre estudantes com deficiência intelectual, veteranos ou licenciados, a fim de realizar um acompanhamento constante.

Além disso, propõe-se o acompanhamento de tutorias intergeracionais que coloquem os estudantes com deficiência intelectual em contacto com adultos mais velhos que tenham experiência em áreas relevantes do mundo do trabalho, da vida universitária ou da vida independente. Esta iniciativa não só daria um sentido prático à proposta, como, para além do apoio emocional mútuo, fomentaria uma maior compreensão e empatia entre as diferentes gerações, promovendo assim a inclusão social e a solidariedade na comunidade universitária.

Ação 2: Promover a empregabilidade dos estudantes com deficiência intelectual

○ **Ação 2.1: Promover a digitalização.**

Há que ter em conta que os estudantes universitários com deficiência intelectual desta geração são já nativos digitais, o que, somado a um mundo totalmente digitalizado e à expansão das inteligências artificiais, faz desta ação um elemento necessário para a construção de universidades inclusivas.

É necessário garantir que os canais de comunicação formal da comunidade universitária, tanto horizontais como verticais, sejam acessíveis, eficazes e conviviais para as pessoas com deficiência intelectual. Propõe-se como medida de base a promoção de material tecnológico adequado para o acompanhamento do curso, que permita aos estudantes melhorar as suas competências tecnológicas e que se possa refletir nas competências adquiridas com vista à sua empregabilidade. Para o



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

acompanhamento adequado desta questão, propõe-se a criação de um serviço de referência para aconselhamento sobre questões digitais que promova a co-criação de soluções tecnológicas inclusivas centradas na acessibilidade universal e na criação de campus universitários amigáveis. Este serviço poderia ser fomentado através da colaboração entre estudantes com deficiência intelectual, peritos em tecnologia e criadores de produtos, com o objetivo de criar soluções tecnológicas inovadoras que abordem barreiras específicas à educação e subsequente emprego. Esta ação terá um impacto em toda a comunidade universitária, uma vez que aumentará a acessibilidade, tornará o ambiente mais amigável, mais inclusivo, mais acolhedor e também capacitará os estudantes com deficiência intelectual, envolvendo-os no processo de conceção e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que respondam eficazmente às suas necessidades e contribuam também para a criação de ambientes de oportunidades reais de formação e emprego de qualidade.

○ **Ação 2.2: Promover estudos para o mundo digital, acessíveis a estudantes com deficiências intelectuais.**

É necessário criar planos de formação ambiciosos e personalizados que respondam à realidade de um mundo digitalizado. Desde a supervisão, criação e desenvolvimento de um sítio Web cognitivamente acessível, até ao desenvolvimento de programas ou aplicações que respondam aos interesses e motivações dos alunos com deficiência intelectual.

A criação de planos de formação específicos em digitalização é recomendada como uma possível porta de entrada para o mundo do trabalho, no qual não são apenas formados como técnicos, mas também como consultores com base no seu conhecimento experiencial. Nos cursos em que este não seja o seu objetivo, será aconselhável incorporar este ramo específico do conhecimento, uma vez que no mundo do trabalho será muito útil tanto na procura como no desenvolvimento do emprego.

○ **Ação 2.3: Colaborar com o tecido empresarial**

A Universidade deve também ser uma ponte com o mundo empresarial, desenvolvendo um trabalho de sensibilização e promoção dos estudantes com deficiência intelectual. Através da promoção de estágios, da dualização da formação e da criação de redes, pode conseguir-se uma interação entre o mundo do trabalho e o mundo da educação, permitindo conhecer as empresas e o potencial dos alunos que acabam por ficar ligados a elas. Os estágios podem ser uma porta de entrada para o mundo do trabalho para um grande número de estudantes universitários. Devem procurar-se estágios personalizados, com acompanhamento e aconselhamento adequados para a empresa e para os estudantes, em que exista a possibilidade de contratação e se promovam ambientes inclusivos e amigáveis. Para tal promoção, propõe-se a criação de um guia de boas práticas que sirva de roteiro para todas as partes envolvidas. Entre estas boas práticas, poderia ser implementado um período experimental nas empresas para testar se um tipo específico de deficiência se adapta às necessidades da empresa e pode ser efetivamente acomodado de forma a garantir o benefício mútuo. A segunda proposta nesta linha é a promoção da dualização da formação, com esquemas de formação que incluam simultaneamente formação e emprego. Tal como no caso dos estágios, será necessária a coordenação e colaboração entre ambas as entidades. Estes encontros, a coordenação prévia e a promoção do tecido empresarial inclusivo podem surgir a partir da criação de *net-works* anuais em que se cria uma rede de tecido empresarial inclusivo e se reconhece esse trabalho junto dos estudantes e da sociedade civil.

○ **Ação 2.4: Gerar ferramentas para estabelecer a ligação com a oferta de emprego**

A implementação de metodologias destinadas a promover a digitalização e a empregabilidade requer serviços especializados que liguem o tecido empresarial e estudantil, bem como uma análise progressiva dos nichos de emprego e da sua evolução.

Recomenda-se, em coordenação com o Serviço Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual (SEEDI), a criação de uma figura ou serviço de orientação para o mundo do trabalho. Já foram recomendadas ações a favor de projectos de emprego individualizados e, nesta ocasião, propõe-se a criação de uma figura de apoio a estes projectos.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Por outro lado, será necessário efetuar diagnósticos periódicos das possibilidades de empregabilidade, avaliando as oportunidades emergentes, bem como a evolução das já consolidadas no mundo do trabalho. Propõe-se também o desenvolvimento de plataformas online dedicadas a ligar os estudantes com deficiência intelectual a potenciais empregadores, facilitando o acesso a oportunidades de emprego e estágio de uma forma mais eficiente e inclusiva.

- ***Ação 2.5: Promover a inovação e o espírito empresarial que tenha em conta os estudantes com deficiência.***

A inovação e o empreendedorismo são uma possibilidade de empregabilidade cada vez mais promovida pelas universidades para os estudantes em geral. Será necessário, a partir das instâncias específicas e especializadas em pessoas com deficiência intelectual, acompanhar os processos de empreendedorismo, sendo esta uma alternativa laboral que por vezes não é contemplada para este grupo populacional. Estruturar sistemas de aconselhamento e promover este campo de trabalho através de seminários que permitam dar a conhecer oportunidades e/ou boas práticas de pessoas que empreenderam. Para além de prestar apoio e tutoria permanentes aos estudantes com deficiência intelectual que pretendam criar a sua própria empresa, disponibilizando recursos adicionais e assistência prática para garantir o sucesso dos seus empreendimentos.

- ***Ação 2.6: Desenvolver estratégias de liderança, empatia e interculturalidade para os alunos com deficiência intelectual. O mundo das aptidões e competências num mundo em mudança.***

Os planos de formação, bem como a atenção individualizada aos estudantes com deficiência intelectual, centrados sobretudo na promoção da sua empregabilidade, devem ter em conta as competências necessárias, como a liderança, a empatia e a interculturalidade. Propõe-se a realização de workshops com metodologias participativas específicas para o tema, nos quais haja uma troca de conhecimentos entre estudantes com e sem deficiência, mentoria intergeracional, bem como com profissionais de empresas inclusivas, permitindo-lhes saber o que se espera dos profissionais e como estas questões devem ser aplicadas.

- ***Ação 2.7: Sensibilizar e formar a comunidade empresarial***

A sensibilização do tecido empresarial é uma ação transversal a todas as anteriores, embora seja considerada específica pela oportunidade de valorizar este tema de forma unilateral. Propõe-se a promoção de encontros anuais que tornem visíveis as boas práticas e os conhecimentos do tecido empresarial, nos quais participem estudantes com deficiência intelectual, como peritos pela experiência. Isto implicará a sensibilização e a participação das empresas num sistema que facilite a aprendizagem colectiva e promova uma cultura empresarial mais inclusiva e atenta à diversidade.

Propõe-se um sistema de certificação para que as empresas avaliem e certifiquem as suas políticas, práticas e ambientes de trabalho no que respeita à inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Este sistema pode incluir formação específica para os trabalhadores sobre inclusão, adaptações ao trabalho e comunicação efectiva. A certificação servirá não só como reconhecimento do empenhamento da empresa na inclusão, mas também como um instrumento para melhorar as políticas e práticas internas. Além disso, o trabalho das empresas pode ser tornado visível através da atribuição de distintivos de "Empresa Inclusiva" às empresas que demonstrem cooperação e boas práticas, como referência para outras empresas.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Medida 3: Visibilização da deficiência intelectual.

- **Ação 3.1: Facilitar a investigação e a transferência do grupo populacional com deficiência intelectual para os sistemas científicos.**

A investigação sobre a deficiência tem vindo a reforçar-se no meio académico, como o comprova o crescente número de projectos científicos financiados e a existência de revistas de grande impacto especializadas nesta área. No entanto, este impacto precisa de ser reafirmado pelas instituições públicas, para que a questão da deficiência permeie toda a investigação e se torne um aspeto a incluir na mesma. Para construir universidades inclusivas, propõe-se a promoção da perspetiva da deficiência nos estudos gerais, e não apenas nos específicos sobre pessoas com deficiência, para o que será necessário estabelecer directrizes claras e obrigatórias. Para a sua incorporação, será possível premiar a investigação relevante, especialmente necessária e de grande impacto no sistema científico. A partir desta abordagem, será possível promover e aumentar progressivamente o número de estudos que respondam às múltiplas variáveis com que se confrontam e vivem as pessoas com deficiência intelectual.

A colaboração interinstitucional deve ser reforçada através da promoção de uma maior colaboração entre as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil que trabalham com pessoas com deficiência intelectual, facilitando a investigação e a transferência de conhecimentos.

- **Ação 3.2: Apoiar centros de investigação inclusivos sobre deficiência intelectual em que as pessoas com deficiência sejam simultaneamente sujeitos e investigadores.**

As pessoas com deficiência intelectual devem passar de sujeitos passivos a sujeitos activos, a sua opinião, os seus conhecimentos e a sua experiência devem ser tidos em conta. O primeiro passo poderia consistir em envolver as pessoas com deficiência intelectual nas actividades e nos trabalhos dos projectos científicos, nas suas diferentes fases. Propõe-se

a criação de centros de investigação inclusivos sobre a deficiência intelectual com financiamento estável, seguindo o modelo do [Centro de Investigação Viver com Deficiência](#) (Universidade La Trobe, Austrália), dirigido pela Dra. Christine Bigby. Neste centro, realiza-se uma investigação inclusiva em que as pessoas com deficiência fazem parte tanto do objeto de investigação como da equipa de investigação.

- **Ação 3.3: Incentivar a criação de grupos de investigação (integradores e interdisciplinares) que possam oferecer serviços científicos e tecnológicos especializados.**

Valorizar o conhecimento das pessoas com deficiência intelectual pode ser não só uma forma de investigação, mas também um exemplo e uma referência para o desenvolvimento de outras investigações. Assim, partindo da necessidade de promover a incorporação da realidade da deficiência em toda a investigação (ação 3.1) e dos centros de investigação inclusiva (ação 3.2), será possível partilhar este conhecimento com outras equipas de investigação que dele necessitem. Assim, ao posicionar a equipa de investigação inclusiva como especialista, esta poderá oferecer serviços de aconselhamento, apoio e avaliação em relação à investigação sobre a vida ou outras questões das pessoas com deficiência intelectual.

- **Ação 3.4: Gerar eventos científicos inclusivos.**

A comunicação dos resultados da investigação é um dos grandes desafios que se colocam às universidades inclusivas. Não só as que lidam com questões de deficiência, claro, mas também todas as outras. Em primeiro lugar, as que lidam com pessoas com deficiência intelectual terão de se esforçar por ser cognitivamente acessíveis, e construir uma investigação com uma equipa que inclua pessoas com deficiência intelectual pode ser o primeiro passo. Para além disso, e para não limitar o conhecimento, será conveniente que as instituições promovam eventos científicos cognitivamente inclusivos. Neste sentido, propõe-se, por um lado, uma avaliação para a criação e o desenvolvimento destes eventos, que pode ser coordenada pelo serviço responsável pela acessibilidade na universidade em coordenação com o serviço especializado (SEEDI) com directrizes claras para a acessibilidade e para a avaliação da sua implementação. Por outro lado, a promoção deste tipo de eventos com convites anuais à apresentação de propostas para financiar aqueles que cumpram os requisitos mínimos para a criação de um evento inclusivo.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

○ **Ação 3.5: Prémio Universitário para a Inclusão**

O objetivo é criar um sistema de reconhecimento e/ou prémios destinados a indivíduos, grupos de estudantes e/ou departamentos universitários e unidades de gestão que demonstrem um empenho excecional na promoção da inclusão e da diversidade. A seleção destes prémios envolverá necessariamente estudantes com deficiência intelectual, que apresentarão as suas experiências em diferentes domínios. O reconhecimento pode ter lugar num evento anual para certificar o trabalho realizado.

Empenho em actividades sociais e culturais para estudantes com deficiências intelectuais e respectivas famílias.

○ **Ação 4.1: Acompanhar os alunos com deficiência intelectual na construção de espaços de inovação e de interação social.**

Os espaços de inovação e interação social geridos e dirigidos por estudantes com deficiência intelectual, nos quais os seus interesses ou necessidades possam ser tidos em conta, são uma porta de entrada para o lazer e a participação cívica desta comunidade estudantil. As universidades devem proporcionar espaços de aconselhamento em que se acompanhe a construção de diferentes espaços de inovação e interação social, de interesses que reúnam diferentes modalidades (por exemplo, uma equipa de futebol inclusiva, clubes de leitura, grupos de música), da incorporação deste grupo de estudantes nos serviços já estabelecidos. Este espaço poderia ser um lugar de reflexão entre acções e consequências, bem como de introspeção sobre a importância da sua cidadania ativa e da sua contribuição para a sociedade em que vivem. Poderá ser feito um trabalho de colaboração em projectos que respondam a novos desafios sociais e tecnológicos.

Para que este trabalho seja efetivo, será necessário dotar financeiramente estes espaços, permitindo a sua manutenção ao longo do tempo. Para esta dotação, as universidades podem estabelecer medidas de autocontrolo e avaliação para medir os interesses dos estudantes com deficiência, bem como a utilização dos serviços uma vez criados.

○ **Ação 4.2: Promover serviços de apoio à família e ao ambiente**

A aprendizagem profissional e ao longo da vida que emana das universidades tem, sem dúvida, um impacto nos diferentes ambientes em que os estudantes interagem. Isto pode refletir-se nas actividades sociais e culturais em que participam os estudantes com deficiência intelectual, até agora organizadas pelas suas famílias.

Propõe-se a criação de um serviço de apoio às famílias para trabalhar nas diferentes fases da transição para a universidade, especialmente na fase de transição no início da universidade. No mínimo, será conveniente levar a cabo campanhas de promoção da vida universitária para as pessoas com deficiência intelectual antes da entrada na universidade. Também workshops ou aconselhamento individual no início e em momentos de mudança, como a integração no local de trabalho. Recomenda-se a promoção de espaços de interação entre estudantes com e sem deficiência intelectual, que podem partilhar experiências diferentes de forma informal. Recomenda-se também a criação de uma rede de famílias de alunos com deficiência intelectual, que constitua um espaço de partilha de experiências, de troca de informações e de apoio mútuo. Em todas estas acções, devem ser garantidos os direitos dos alunos com deficiência intelectual e deve ser evitada a dependência de prestadores de serviços e de modelos de caridade.

○ **Ação 4.3: Construir pontes entre a universidade e a cidade**

Tal como acontece com as questões de empregabilidade, as universidades inclusivas são elas próprias pontes entre realidades. Propõe-se alargar as parcerias comunitárias, estabelecendo relações com organizações comunitárias locais para ampliar as oportunidades de participação dos estudantes com deficiência intelectual em actividades culturais e sociais fora do campus universitário. Desta forma, tentar-se-á alargar a oferta cultural da universidade ao resto da



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

sociedade civil e vice-versa, fazendo parte da vida nas cidades. Será igualmente incentivada a organização de eventos conjuntos entre estudantes universitários e membros da comunidade (por exemplo, festivais culturais ou projectos de serviço comunitário), a fim de promover a interação e a integração social. Neste sentido, propõe-se a incorporação de grupos de lazer estudantis, compostos por estudantes com e sem deficiência, para assistir às diferentes actividades culturais promovidas nas cidades. A fim de alargar as propostas culturais, o serviço cultural da Universidade poderá divulgá-las. Poderá ser criado um canal de comunicação específico e acessível para a sua divulgação.

○ ***Ação 4.4: Ativar a oferta cultural e desportiva acessível***

Ligado à ação 4.3. o aconselhamento para uma oferta cultural e desportiva acessível pode ser dado quer pela avaliação dos que assistem a um evento, quer pela escolha e criação de uma oferta cultural e desportiva que procure a acessibilidade para todos os estudantes. Neste sentido, caberá ao serviço cultural e desportivo, em coordenação com o serviço especializado em estudantes com deficiência intelectual, oferecer espaços culturais acessíveis a partir da Universidade, quer incorporando um olhar inclusivo aos já existentes, quer criando espaços de inclusão e intercâmbio. Extensivamente, para a oferta cultural e desportiva da cidade, será necessário escolher os mais adequados. Estes processos deverão ser objeto de uma avaliação contínua por parte dos participantes.



3.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas

Domínio de acção 3 - Promover a consciência e a responsabilidade cívica e social					
MEDIDA	INDICADOR		DEFINIÇÃO DO INDICADOR	NÍVEL ATINGIR	A FONTE DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA MEDIR O INDICADOR
Acompanhar estudantes universitários com deficiências intelectuais.	Ação 1.1 Conhecer as pessoas através do acesso	Protocolo inicial de acesso e de transição e construção do perfil universitário	Existência de um protocolo	Sim/Não	Universidades - Serviço encarregado do acesso à universidade em coordenação com o Serviço Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual (SEEDI).
		Serviço Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual (SEEDI)	Existência do serviço e orçamento	Sim/Não Montante	Universidades
	Ação 1.2. Co-conceção e gestão dos percursos de formação	Desenvolvimento da aprendizagem centrada na pessoa	Coordenação entre o serviço especializado e outros actores	N.º de comunicações para a coordenação	SEEDI
		Avaliação prévia, intercalar e final	3 avaliações por formação	Sim/Não	Projeto de formação
	Ação 1.3 Co-conceção e gestão dos percursos profissionais	Percursos profissionais personalizados	Construção de PPIs de acordo com as potencialidades e motivações	1 PIP por aluno	Coordenação entre o SEEDI e o serviço de empregabilidade.
		Campanhas de publicidade e de sensibilização	2 campanhas por ano	SIM/NÃO	SEEDI

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 1.4 Conceção conjunta de trajectórias de vidas: oportunidades e vulnerabilidades	Entrevistas de acompanhamento	Pelo menos dois no curso	Sim/Não	SEEDI ou outro serviço especializado
		Mentoria com estudantes do último ano ou de pós-graduação	Existência de serviço	Sim/Não	Universidades
		Tutoria intergeracional	Existência de espaço	Sim/Não	Universidades
Ação 2: Promover a empregabilidade e dos estudantes com deficiência intelectual	Ação 2.1. Promover a digitalização	Disponibilização de equipamento tecnológico adequado	Programas de empréstimos tecnológicos	Sim/Não	Universidades
		Serviço de Acompanhamento Tecnológico de Co-Parcerias	Existência de serviço	Sim/Não	Universidades
	Ação 2.2. Promover estudos para o mundo digital, acessíveis a estudantes com deficiências intelectuais.	Criação de um plano de formação tecnológica específico para estudantes, professores e outro pessoal universitário.	Existência de um plano de formação	Sim/Não	Universidades
		Incorporação de tópicos específicos sobre digitalização	Integração de questões específicas	Sim/Não	Projeto de formação
	Ação 2.3.	Promoção de práticas especializadas	Existência do plano	Sim/Não	Coordenação entre o SEEDI



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Colaboração com a comunidade e empresarial		Guia de boas práticas		e o serviço de empregabilidade.
		Criação de ações de formação dual	Criação ou incorporação da dualidade na formação	Pelo menos uma experiência de pilotagem em dois anos	Projeto de formação e serviço de empregabilidade
		Reunião anual da rede de empresas inclusivas	Reunião anual	1 por ano letivo	Coordenação entre o SEEDI e o serviço de empregabilidade.
	Ação 2.4. Geração de ferramentas de ligação à oferta de emprego	Serviço de orientação profissional	Existência do serviço	Sim/Não	Universidades
		Diagnóstico do nicho de emprego e evolução	Avaliações e diagnósticos (pelo menos 2 por ano)	Sim/Não	Universidades
	Ação 2.5. Promover a inovação e o espírito empresarial, tendo em conta os estudantes com deficiência	Serviço de orientação profissional centrado na inovação e no espírito empresarial.	Implementação de regimes específicos de inovação e empreendedorismo	Aderir ao serviço	Coordenação entre o SEEDI e o serviço de empregabilidade.
		Seminários sobre as melhores práticas e oportunidades de inovação	Pelo menos 1 por ano	Sim/Não	Coordenação entre o SEEDI e o serviço de empregabilidade.



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 2.6. Desenvolver estratégias de liderança, empatia e interculturalidade para estudantes com deficiência intelectual.	Workshops com metodologia participativa sobre liderança, empatia e interculturalidade.	Pelo menos 3 por ano (um por tema)	Sim/Não	Universidades
	Ação 2.7. Sensibilizar e formar a comunidade e empresarial	Prémio Empresa Inclusiva	Reunião - Gala de negócios inclusiva	Atingir pelo menos 5 em dois anos	Universidades
		Certificação de empresas inclusivas	Programas de formação e de sensibilização das empresas	Existência de manual	Coordenação entre o SEEDI e o serviço de empregabilidade.
Medida 3: Visibilização da deficiência	Ação 3.1 Facilitar a investigação	Incentivar a realização de estudos que integrem a variável deficiência.	Prémio para o estudo mais relevante para pessoas com deficiência intelectual	Um prémio anual	Universidades



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

intelectual.	o e a transferên cia do grupo populacion al com deficiência intelectual para os sistemas científicos.				
---------------------	---	--	--	--	--

**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 3.2. Apoiar centros de investigação inclusivos sobre deficiência intelectual em que as pessoas com deficiência sejam simultaneamente sujeitos e investigadores.	Centro de Investigação Inclusiva	Existência de centro	Sim/Não	Universidades



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	<p>Ação 3.3 Incentivar a criação de grupos de investigação (integrados e interdisciplinares) que possam oferecer serviços científicos e tecnológicos especializados.</p>	<p>Grupos especializados de investigação de referência</p>	<p>Criação e promoção com financiamento universitário</p>	<p>Pelo menos um telefonema em dois anos</p>	<p>Universidades</p>
	<p>Ação 3.4 Gerar eventos científicos inclusivos.</p>	<p>Eventos científicos inclusivos</p>	<p>Conselhos para a criação de</p>	<p>Sim/Não</p>	<p>SEEDI</p>
		<p>Prémio para eventos científicos inclusivos</p>	<p>Convites à apresentação de propostas de financiamento para eventos inclusivos</p>	<p>Pelo menos um telefonema por ano</p>	<p>Universidades</p>
	<p>Ação 3.5: Prémio</p>	<p>Reconhecimento do trabalho inclusivo na comunidade universitária</p>	<p>Prémio anual</p>	<p>Pelo menos duas galas em</p>	<p>Universidades</p>



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Universitár io para a Inclusão			cinco anos	
Empenho em actividades sociais e culturais para estudantes com deficiências intelectuais e respectivas famílias.	Ação 4.1. Acompanhar os alunos com deficiência intelectual na construção de espaços de inovação e interação social.	Serviço de aconselhamento para a construção de espaços de inovação e de interação social.	Criação do serviço	Sim/Não	Universidades
		Promoção económica de espaços de inovação e de interação social	Avaliação e dotação financeira dos espaços	Sim/Não	Universidades
	Ação 4.2 Promover os serviços de apoio à família e o ambiente	Recrutamento de estudantes universitários com deficiência para as famílias	Campanhas centradas na família para promover a vida universitária	Pelo menos uma vez por ano	Universidades
		Serviço de aconselhamento para famílias	Aconselhamento em grupo e/ou individual em alturas de mudança	Pelo menos dois por ano letivo	SEEDI
		Criação de um espaço de acompanhamento comum entre estudantes universitários.	Existência de espaço	Sim/Não	Universidades



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 4.3 Construir pontes entre a universidade e a cidade	Grupos de lazer de estudantes	N.º de participantes	Valor mínimo: pelo menos 20 participantes	SEEDI e Serviço Cultural
		Criação de um canal de difusão das actividades culturais	Existência do canal	Sim/Não	SEEDI e Serviço Cultural
	Ação 4.4. Ativar a oferta cultural e desportiva acessível	Espaços culturais e desportivos acessíveis	Criação e participação em eventos inclusivos dentro e fora da universidade	Avaliação contínua	SEEDI e Serviço Cultural e Desportivo



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Referências

- [11] CERMI (2020). UNIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA A inclusão de pessoas com deficiência nas universidades espanholas. Propostas para maximizar a responsabilidade social das universidades de acordo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. Relatório de estado do CERMI sobre a reforma regulamentar relativa à inclusão de pessoas com deficiência no sistema universitário espanhol. Disponível em: <https://www.consaludintellectual.org/publicaciones/Universidad-discapacidad-cermi.pdf>

Domínio 4: Cooperação entre as instituições de ensino superior e o terceiro sector

José Luis Gordillo García

Asociación Paz y Bien

Sevilla; Espanha

institucional@pazbien.org

Resumo

Apresenta-se uma proposta de colaboração entre a universidade e o terceiro sector, entendendo este último como uma entidade organizada e ativa que constitui uma fonte de apoio significativa e contínua para as pessoas com deficiência intelectual e suas famílias ao longo da vida. Com o objetivo de promover uma política universitária comprometida com as funções significativas e defensora da responsabilidade social da universidade, propõem-se seis ações para desenvolver ainda mais esta relação significativa entre os dois sectores.

Introdução e justificação

A universidade, como principal produtora e difusora de conhecimento, enfrenta atualmente o desafio incontornável de se colocar ao serviço da sociedade, contribuindo para um desenvolvimento social e económico sustentável, promovendo uma sociedade inclusiva e diversificada, comprometida com os direitos dos grupos mais vulneráveis e constituindo um espaço de liberdade, de debate entre perspectivas culturais, sem hierarquias, baseado no desenvolvimento pessoal.

Neste sentido, a legislação espanhola reconhece como função do sistema de ensino superior a promoção da participação da comunidade universitária e dos cidadãos em actividades promovidas por entidades de voluntariado e do terceiro sector que estejam em consonância com os princípios e valores do sistema universitário.

Identifica também as pessoas com deficiência intelectual como objeto de atenção especial, procurando a sua inclusão no contexto universitário através de vários meios (por exemplo, promoção dos seus próprios estudos, quotas de acesso e recrutamento).

As organizações do terceiro sector, organizadas e activas em diferentes níveis territoriais e operacionais através de redes relacionadas, constituem um apoio significativo e contínuo para as pessoas com deficiência intelectual (PCD) ao longo das suas vidas e para as suas famílias. Para evitar a dispersão concetual, durante a redação desta secção, entenderemos o terceiro sector como um espaço de ação autónomo, diferente da Administração e das empresas privadas, formado por organizações ou associações sem fins lucrativos que respondem a necessidades sociais e comunitárias que não são satisfeitas por outros actores.

No campo da promoção da cooperação entre agentes de natureza tão desigual como os que estamos a tratar, entendemos que as relações entre a universidade e as entidades do terceiro sector devem também ter em conta aspectos mais exigentes.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Para além da ligação através da iniciativa de indivíduos específicos no meio universitário, esta deve tornar-se uma política ativa em que cada universidade é um catalisador do espaço comunitário que deve ocupar.

Trata-se também de promover uma política universitária que afecte as três funções substantivas: ensino, investigação e, sobretudo, transferência de conhecimentos. através do intercâmbio de informações e de dados..

Por outro lado, a responsabilidade social da universidade deve evitar ser sinónimo de "solidariedade" ou de uma retórica cómoda, em que as interações predominantes com o terceiro sector são de natureza assistencialista para reforçar a imagem e o posicionamento da universidade. Deve aspirar à resolução de problemas sociais reais, bem como ao reconhecimento das organizações não governamentais (ONG).

4.2 Medidas ou recomendações

Ação 1. cooperação

As universidades devem procurar ativamente parcerias e organizações nacionais e internacionais do terceiro sector que ofereçam oportunidades de iniciativas conjuntas para promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

- **Ação 1.1: Mapa das entidades do terceiro sector.**

A fim de promover iniciativas conjuntas, deve ser elaborado um mapa das entidades sociais que prestam atenção às pessoas com deficiência intelectual na esfera de influência da universidade. Além disso, é necessário identificar e planear os recursos necessários (humanos, financeiros, materiais) para levar a cabo as acções de forma eficiente e sustentável no tempo.

- **Ação 1.2: Diagrama de relações funcionais.**

Identificar as relações existentes, identificando aquelas com as quais existe uma relação positiva e a sua localização nos diferentes órgãos orgânicos da universidade.

- **Ação 1.3: Relações SWOT.**

Analisar estas relações através de uma análise SWOT com a participação dos seus referentes universitários e na perspectiva da sua contribuição operacional para a inclusão social das pessoas com deficiência.

- **Ação 1.4: Plano para manter e melhorar as relações.**

Desenvolver um plano realista para promover, manter e melhorar estas relações.

- **Ação 1.5: Estabelecimento de novas relações.**

Incentivar o encontro com novas instituições como fonte de oportunidades. Para o efeito, propõe-se a organização anual de eventos de ligação em rede que reúnam representantes das universidades e do terceiro sector para explorar oportunidades de colaboração, partilhar experiências e debater desafios comuns no domínio da inclusão. Estes eventos poderão incluir feiras de projectos, mesas redondas e workshops para facilitar a criação de novas parcerias e projectos conjuntos. Estas redes de apoio entre pares criarão e promoverão programas que reúnam estudantes com e sem deficiência, fomentando a amizade, a troca de experiências e o apoio mútuo. Estas iniciativas visam a integração social e o desenvolvimento pessoal, uma vez que se estenderiam para além do ambiente universitário e incluiriam actividades sociais, grupos de estudo e programas de tutoria entre pares para facilitar a inclusão.

Ação 2: Apoiar programas de reforço das capacidades

Disponibilizar recursos para programas de formação destinados a melhorar as competências e os conhecimentos dos educadores, do pessoal de apoio e dos membros da comunidade, tanto a nível universitário como do terceiro sector. nacionais e internacionais.

- **Ação 2.1: Programas de aprendizagem em serviço.**

Incentivar a incorporação de entidades do terceiro sector, e com elas as pessoas com deficiência, no ensino universitário, utilizando a metodologia de aprendizagem em serviço. Recomenda-se também a utilização de estratégias que envolvam ferramentas como a arte e a criatividade.



○ **Ação 2.2: Estágios universitários.**

Reforçar a figura do tutor académico e a sua ligação com o tutor profissional na formação prática dos estudantes de licenciatura, mestrado e mestrado realizado em entidades do terceiro sector, como um espaço para detetar as necessidades de formação de ambas as organizações.

● **Ação 2.3: Oferecer programas de formação adaptados às necessidades das organizações do terceiro sector.**

Colaborar com as organizações do terceiro sector para conceber e implementar programas de formação adaptados às suas necessidades, assegurando que abordam eficazmente as competências e os conhecimentos exigidos na comunidade em todas as áreas que o conhecimento universitário pode cobrir, não só as relacionadas com os serviços sociais, mas também na exploração de novas oportunidades em ambientes militares, religiosos, piscatórios e aeronáuticos. Tudo isto deve ser sustentável ao longo do tempo.

○ **Ação 2.4: Incentivos à aprendizagem ao longo da vida.**

Estabelecer um sistema de incentivos, prémios e reuniões para motivar a participação ativa em programas de reforço das capacidades, promovendo assim uma cultura de aprendizagem e de melhoria contínua no ensino superior e na comunidade.

Ação 3: Construir pontes para a continuidade de um percurso inclusivo para os estudantes com deficiência intelectual.

Promover a continuidade do apoio holístico em todas as fases da vida académica, desde o ensino secundário até à transição para o mundo do trabalho, através de parcerias com empresas e da criação de redes com sectores nacionais e internacionais sem fins lucrativos com experiência em inclusão. Estas parcerias actuarão como facilitadores, estabelecendo ligações significativas e fornecendo apoio prático e informação especializada.

○ **Ação 3.1: Acesso ao ensino superior.**

Colaborar com organizações do terceiro sector para conceber programas de acesso ao ensino superior para pessoas com deficiência intelectual que garantam um apoio centrado no indivíduo desde o início.

○ **Ação 3.2: Colaboração entre os serviços de Apoio.**

Incorporar o trabalho de colaboração com entidades do terceiro sector nos próprios serviços de aconselhamento académico e profissional da universidade, como fonte de recursos adaptados a diferentes situações e necessidades.

○ **Ação 3.3: Orientação da comunidade.**

Estabelecer parcerias com ONG e organizações de base comunitária para alargar as redes de tutoria durante o período de formação, proporcionando aos estudantes universitários com deficiência intelectual o acesso a tutores com experiência na integração de factores sociais e comunitários.

○ **Ação 3.4: Acompanhamento dos diplomados.**

Criar programas de acompanhamento pós-licenciatura em colaboração com organizações do terceiro sector, que permitam uma avaliação exaustiva do impacto da formação universitária na vida profissional e comunitária dos diplomados.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Ação 4: Incentivar a investigação em colaboração

Oferecer incentivos, como bolsas de investigação ou reconhecimento, para projectos de investigação em colaboração entre instituições de ensino superior e instituições nacionais e/ou internacionais nacionais e/ou internacionais organizações do terceiro sector que respondam às necessidades das pessoas com deficiência intelectual.

○ **Ação 4.1: Ligação a projectos de investigação.**

Estabelecer plataformas onlinededicadas à colaboração e ao intercâmbio de informações entre investigadores académicos e profissionais do terceiro sector, facilitando a ligação e o desenvolvimento conjunto de projectos de investigação.

○ **Ação 4.2: Consultoria social.**

Promover comités consultivos que incluam representantes de instituições académicas, organizações do terceiro sector e pessoas com deficiência intelectual para orientar e avaliar projectos de investigação em colaboração a partir de perspectivas diversas.

○ **Ação 4.3: Tutoria em matéria de investigação.**

Desenvolver programas de tutoria que liguem investigadores de instituições académicas a peritos de organizações do terceiro sector, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimentos para responder às necessidades específicas das deficiências intelectuais.

○ **Ação 4.4: Prémios de impacto da colaboração.**

Atribuir prémios específicos a projectos de investigação em colaboração que demonstrem um impacto significativo na melhoria da inclusão e da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual.

○ **Ação 4.5: Transferência de resultados.**

Estabelecer mecanismos de difusão dos resultados para garantir que as conclusões da investigação em colaboração cheguem tanto à comunidade académica como às organizações do terceiro sector, promovendo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Ação 5: Incentivar iniciativas inovadoras de participação comunitária

Apoiar esforços conjuntos para envolver a comunidade local em iniciativas de educação inclusiva, incluindo campanhas, eventos e programas que promovam a compreensão e o apoio às pessoas com deficiência intelectual.

○ **Ação 5.1: Sensibilização da comunidade.**

Criar e organizar campanhas de sensibilização através da criação de espaços inclusivos de encontro e diálogo, em colaboração com instituições educativas, organizações do terceiro sector, pessoas com deficiência intelectual, suas famílias, voluntários, profissionais e a comunidade local em geral.

Estes espaços permitirão a troca de ideias, experiências, preocupações e propostas, fomentando assim um ambiente inclusivo que reforça a participação da comunidade, a inclusão e o desenvolvimento de iniciativas colaborativas e transformadoras. Tudo isto com o objetivo de adquirir um conhecimento mais profundo sobre as pessoas com deficiência intelectual.

○ **Ação 5.2: Voluntariado.**

Facilitar programas de voluntariado que envolvam membros da comunidade em actividades e projectos específicos que apoiem a educação inclusiva, criando oportunidades de interagir diretamente com pessoas com deficiência intelectual.

○ **Ação 5.3: Espaço de Recursos Comunitários.**



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

São propostas duas iniciativas complementares para promover a inclusão e a participação da comunidade através de uma plataforma. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma plataforma em linha que funcione como um centro de recursos para a comunidade. Esta plataforma seria concebida para fornecer informações acessíveis sobre a deficiência intelectual, eventos e oportunidades de participação para todos os membros da comunidade. Serviria também como um espaço de partilha de recursos, ferramentas pedagógicas, investigação e boas práticas relacionadas com a educação inclusiva. Este repositório facilitaria o intercâmbio de informações e reforçaria a colaboração entre a prática académica e o terceiro sector. Em segundo lugar, propõe-se a implementação de estratégias de comunicação inovadoras e criativas através desta plataforma, utilizando meios e ferramentas digitais, audiovisuais e artísticos. Estas estratégias terão como objetivo divulgar mensagens relacionadas com a inclusão, a diversidade e a participação da comunidade.

Ação 6. Estabelecer mecanismos claros de informação e responsabilização e aderir às melhores práticas de colaboração.

Desenvolver sistemas de informação para acompanhar os progressos e os resultados dos projectos de colaboração e estabelecer medidas de responsabilização para garantir o cumprimento dos objectivos relacionados com a inclusão. Reconhecer as iniciativas de colaboração bem sucedidas que promovem a inclusão e partilhar essas boas práticas.

- **Ação 6.1: Padrões de excelência**

Estabelecer critérios claros e mensuráveis para a avaliação das melhores práticas, assegurando que estas abordam efetivamente os objectivos de inclusão e de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual.

- **Ação 6.2: Comité de Análise do Sucesso e da Replicabilidade**

Criar um comité de avaliação composto por peritos em inclusão, representantes de instituições académicas, organizações do terceiro sector, pessoas com deficiência e membros da comunidade para analisar e reconhecer iniciativas de colaboração bem sucedidas. e, por sua vez, promover a escalabilidade e a replicabilidade destas práticas de inclusão noutros contextos geográficos, culturais e sociais para maximizar o seu impacto e alcance.

- **Ação 6.3: Apoiar as boas práticas.**

Estabelecer um processo de feedback regular e de revisão das iniciativas reconhecidas, permitindo ajustamentos e melhorias contínuas para se adaptarem à evolução das necessidades da comunidade e da inclusão.

- **Ação 6.4: Prémios de excelência.**

Desenvolver um sistema de prémios ou de reconhecimento para destacar iniciativas de colaboração notáveis, incentivando a continuidade e a expansão de práticas bem sucedidas.

- **Ação 6.5: Divulgação de boas práticas.**

Promover a divulgação de informações sobre boas práticas através dos meios de comunicação social locais, nacionais e internacionais, gerando a sensibilização do público e o reconhecimento dos esforços de inclusão bem sucedidos.



4.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas

Domínio 4: Cooperação entre as instituições de ensino superior e o terceiro sector				
MEDIDA	INDICADOR	DEFINIÇÃO DO INDICADOR	NÍVEL A ATINGIR	FONTE DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA MEDIR O INDICADOR (se possível)
Ação 1. cooperação	Ação 1.1 Mapa das entidades do terceiro sector e lista dos recursos necessários	Existência de um mapa	Sim/Não	Universidades - Serviço responsável pelo acesso ao universidade em coordenação com o Serviço Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual (SEEDI).
	Ação 1.2. Diagrama de relações funcionais	Existência de um documento que enumere as entidades com as quais existe uma relação, distinguindo as alianças positivas e a sua contrapartida universitária.	Pelo menos 1 ou 2 por ano	Universidades
	Ação 1.3. SWOT das relações	Existência da análise	Sim/Não	SEEDle diferentes organismos universitários envolvidos
	Ação 1.4. Plano para manter e melhorar as relações	Lista de actividades com testes e resultados	Sim/Não	SEEDI e vários organismos universitários envolvidos

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Avaliação do plano	Pelo menos 1 por ano	SEEDie diferentes organismos universitários envolvidos
		Número de materiais, número de pessoas de apoio (recursos pessoais), adaptações efectuadas.	Avaliação anual	SEEDie diferentes organismos universitários envolvidos
	Ação 1.5 Estabelecer novas relações.	Número de novos contactos	Pelo menos 3 por ano	Universidades
Ação 2: Apoiar programas de reforço das capacidades.	Ação 2.1 Programas de aprendizagem em serviço.	N.º de actividades realizadas pelos novos serviços universitários	1 ou mais	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 2.2 Estágios universitários.	Número de reuniões de tutores nas áreas de formação onde os estágios são efectuados.	Pelo menos 1 por entidade/especialidade	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 2.3: Oferta de formação adaptada às necessidades das organizações do terceiro sector.	Existência desta oferta	Sim/Não	Universidades e organizações do terceiro sector
		São incorporadas outras áreas do conhecimento para além das ciências sociais.	Sim/Não	Universidades e organizações do terceiro sector



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Existência de fontes complementares de financiamento	Sim/Não	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 2.4 Incentivos à aprendizagem ao longo da vida.	Reconhecimento do mérito dos professores universitários participantes	Sim/Não	Universidades
		Diploma universitário	Sim/Não	Universidades
Construir pontes para a continuidade de um percurso inclusivo para estudantes com deficiências intelectuais.	Ação 3.1 Acesso ao ensino superior	Presença de entidades na conceção e execução do programa de acesso	Título de entidades no documento	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 3.2. Colaboração entre os serviços de Apoio	Lista das entidades envolvidas e tipos de apoio necessários	Presença desta relação	As universidades e o terceiro sector organizações
	Ação 3.3 Orientação comunitária	Percentagem de estudantes com deficiências intelectuais que têm uma comunidade de mentores	Mais de 80	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 3.4 Acompanhamento dos diplomados	Avaliação do estatuto dos estudantes diplomados	Existência aos 6 e 12 meses	Universidades e organizações do terceiro sector
		Percentagem de diplomados que têm algum tipo de apoio em organizações do terceiro sector	Mais de 80% dos que identificam que é necessário	Universidades e organizações do terceiro sector



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Ação 4: Incentivar a investigação em colaboração	Ação 4.1. Ligação com projectos de investigação	Criação de uma plataforma de intercâmbio de informações	Sim/Não	Universidades
		Aumento do número de profissionais das entidades organizações sociais que o utilizam	Igual a 10% p.a.	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 4.2. Aconselhamento social	Grupo de consultadoria que se dedica à investigação de interesse para as pessoas com deficiência intelectual promovida no meio universitário.	A existência, com todos ou pelo menos uma entidade constituída no sector	Universidades, pessoas com deficiência e organizações do terceiro sector
	Ação 4.3 Orientação da investigação	Número de profissionais de organizações do terceiro sector que desempenham o papel de mentor.	Valor mínimo: pelo menos 5 mentores	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 4.4. Prémios de impacto em colaboração	Criação dos prémios	Sim/Não	Universidades
	Ação 4.5. Transferência de resultados	Percentagem de investigação que é apresentada publicamente no terceiro sector ou em locais comunitários.	Igual a 100%.	As universidades e o terceiro sector organizações
Ação 5: Incentivar iniciativas inovadoras de participação comunitária	Ação 5.1. Sensibilização da comunidade	Campanha de sensibilização através dos meios de comunicação social locais	Um por ano	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 5.2 Voluntariado	Incorporação do voluntariado nas acções de apoio a estudantes universitários com deficiência intelectual.	Pelo menos um voluntário	Entidades do terceiro sector



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	Ação 5.3. Espaço de recursos comunitários	Repositório de recursos online acessível e gratuito	Existência, revista pelo menos duas vezes por ano	SEEDI
Ação 6. Estabelecer mecanismos claros de informação e responsabilização e aderir às melhores práticas de colaboração.	Ação 6.1. Normas de excelência	Existem critérios objectivos e mensuráveis para avaliar a aplicação das medidas de colaboração desenvolvidas pela universidade.	Sim/Não	Universidades
	Ação 6.2. Comité de avaliação do êxito e da capacidade de reprodução	Grupo intersectorial com participação de pessoas com deficiências intelectuais	A sua avaliação está disponível pelo menos uma vez por ano.	Universidades e organizações do terceiro sector
	Ação 6.3. Apoiar as boas práticas	Acompanhamento das acções de cooperação	Pelo menos um contacto anual com sobre	Universidades e
	Ação 6.4. Prémios de excelência	As melhores práticas de colaboração entre a universidade e o sector terciário são reconhecidas publicamente.	Sim, de dois em dois anos base	As universidades e o terceiro sector organizações
	Ação 6.5 Divulgação de boas práticas	Publicação destas colaborações nos meios de comunicação social	Pelo menos dois impactos nos meios de comunicação locais por ano	Universidades e organizações do terceiro sector



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Área 5: Investigação inclusiva

Alan Bruce, Imelda Graham

Universal Learning Systems,

Arklow, Irlanda

abruce@ulsystems.com ; igraham@ulsystems.com

Resumo

A investigação inclusiva refere-se a uma abordagem à investigação que visa envolver e capacitar comunidades ou grupos marginalizados e sub-representados no processo de investigação. O seu objetivo é dar voz àqueles que podem ter sido excluídos ou negligenciados pelos métodos de investigação tradicionais.

A investigação inclusiva envolve frequentemente a colaboração entre os investigadores e a comunidade para compreender as suas necessidades, perspectivas e experiências. O objetivo é assegurar que a investigação seja mais relevante, significativa e aplicável à comunidade que está a ser estudada. Esta abordagem pode conduzir a resultados mais equitativos, a uma melhor compreensão dos problemas sociais e a intervenções mais eficazes.

A investigação inclusiva pode ser particularmente importante em áreas como a saúde, a educação e os serviços sociais, onde as comunidades marginalizadas podem enfrentar desigualdades significativas e barreiras ao acesso. Ao envolver estas comunidades no processo de investigação, a investigação inclusiva pode conduzir a soluções mais eficazes e equitativas para estes problemas.

5.1 Introdução e justificação

A investigação inclusiva alcançará os melhores resultados quando for totalmente inclusiva, não só de pessoas com deficiência intelectual, mas também tendo em conta aspectos holísticos, interseccionais, transnacionais e internacionais. Estas considerações estão em consonância com os *Objetivos de Desenvolvimento Estratégico da ONU* (2015), como o Objetivo 10: Reduzir as desigualdades, e o Objetivo 4: Educação de qualidade, que visa "alcançar o acesso universal a um ensino superior de qualidade".

Nos últimos anos, o conceito de "nada sobre nós sem nós" (Oliver, 1992; Strnadová e Cumming, 2014), no que diz respeito à investigação relacionada com o sector da deficiência, tem vindo a ganhar destaque, e a conceção da investigação nesta área pode seguir princípios acordados, tais como:

- O problema ou o tema de investigação deve estar relacionado com as pessoas com deficiência intelectual, mesmo que não sejam elas as iniciadoras do processo.
- Deve ser do interesse das pessoas com deficiência intelectual e os investigadores não deficientes devem apoiar as pessoas com deficiência.
- Deve ser colaborativo: as pessoas com deficiência intelectual devem participar no processo com o apoio de pessoas sem deficiência.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

- As pessoas com deficiência devem poder exercer algum controlo sobre o processo e os resultados da investigação.
- A pergunta de investigação, o processo e os relatórios devem ser acessíveis às pessoas com deficiência (Walmsley e Johnson, 2003).

Com especial referência à inclusão no sector da deficiência, a conceção da investigação terá em conta a abordagem adequada, como a abordagem baseada nos direitos (Jiménez Lara, 2021), a abordagem das capacidades (Toboso e Arnau, 2008), a abordagem centrada na pessoa (Pallisera, 2013) e o Desenho Universal para a Aprendizagem (Figuerola, Ospina e Tuberquia, 2019).

Estão a crescer e a desenvolver-se centros de investigação e de boas práticas, para abordar questões e problemas emergentes na inclusão de estudantes com deficiência intelectual nos programas académicos e de aprendizagem das universidades, como na UE: "Observatórios da Deficiência, sediados em universidades, que estão ligados a políticas e boas práticas, bem como à investigação em curso, e nos Estados Unidos, onde a participação universitária de estudantes com deficiência intelectual é reconhecida como ensino pós-secundário" (IHES OTP 2023).

A justificação para uma investigação inclusiva inclui o seguinte:

A realização de investigação inclusiva é fundamenteal para o processo de investigação por razões éticas, científicas e sociais. Estas incluem:

- *Considerações éticas:* A investigação deve ser inclusiva porque é a atitude ética correcta a tomar. Não é ético excluir qualquer grupo dos potenciais benefícios da investigação ou do direito de participar em estudos de investigação.
- *Exactidão e generalização:* Os resultados da investigação inclusiva serão mais exactos e podem ser generalizados a uma população mais vasta. A exclusão de determinados grupos pode conduzir a resultados enviesados que não representam exactamente toda a população.
- *Representação e equidade:* As perspectivas, experiências e necessidades de diversos grupos são representadas e abordadas na investigação inclusiva. Isto, por sua vez, ajudará a resolver as desigualdades e disparidades em áreas como a saúde, a educação e os serviços públicos, o que terá um impacto tanto na política como na prática.
- *Soluções mais eficazes:* A inclusão de perspectivas diversas na investigação ajuda a gerar soluções mais inovadoras e eficazes para os problemas. Pode levar a uma compreensão mais completa de questões complexas e a melhores resultados.
- *Participação e capacitação da comunidade:* A investigação inclusiva pode capacitar as comunidades, envolvendo-as no processo de investigação, dando-lhes voz e abordando as suas preocupações e prioridades.

Em suma, a realização de uma investigação inclusiva é fundamenteal para a obtenção de resultados mais éticos e eficazes, conduzindo a melhores resultados para as pessoas e comunidades. A partir deste paradigma, e de forma transversal às acções aqui consideradas, apela-se à promoção de um enfoque na sustentabilidade e equidade na cadeia de fornecimento da investigação, que por vezes reproduz desequilíbrios e práticas injustas. Desde o aprovisionamento ético de materiais até à remuneração justa dos participantes e colaboradores em todas as fases do processo de investigação devem ser considerados. Desta forma, a investigação beneficiária não só de ser mais inclusiva nos seus métodos, mas também na sua inclusividade e credibilidade científica, permitindo a inovação



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

pedagógica e a qualidade. No entanto, esta prática deve ser reconhecida nos processos de acreditação e avaliação do trabalho dos investigadores e recompensada nos concursos públicos para projectos de investigação.

5.2 Medidas ou recomendações

Ação 1: Abordagem holística da investigação inclusiva

Uma abordagem holística aborda uma vasta gama de domínios que exigem uma atenção específica a cada um deles. A conceção da investigação terá em conta os determinantes sociais da saúde, como o estatuto socioeconómico, a educação e o acesso aos cuidados de saúde. Incluirá no processo de investigação diversas partes interessadas, como membros da comunidade, decisores políticos, educadores e profissionais de saúde. De forma crítica, envolver-se-á na investigação colaborativa e participativa com base na comunidade, a fim de garantir que a investigação responda às necessidades e prioridades da comunidade.

○ **Ação 1.1: Garantir a diversidade cultural nas equipas de investigação**

Incentivar as equipas de investigação a incluir pessoas de diferentes origens, como raça, etnia, sexo, idade e deficiências físicas e cognitivas. Estas perspectivas garantirão um processo de investigação mais rico, conduzindo a conclusões mais abrangentes e inclusivas.

Propõe-se o desenvolvimento de programas de formação e workshops para investigadores, estudantes de pós-graduação e pessoal académico em metodologia de investigação inclusiva, centrados na conceção de estudos acessíveis, em técnicas de comunicação eficazes e em abordagens éticas que respeitem a dignidade e a autonomia das pessoas com deficiência intelectual.

Assegurar que todos os documentos e resultados da investigação sejam acessíveis e amplamente divulgados a uma variedade de públicos, incluindo decisores políticos, profissionais e o público em geral. Utilizar linguagem clara e resumos de fácil leitura, múltiplos canais de comunicação e divulgação (como as redes sociais, apresentações à comunidade, resumos de políticas) e traduções para outras línguas, se necessário. É importante ter, pelo menos, uma frequência anual de publicação de dados/relatórios para divulgação à comunidade, às empresas e às partes interessadas. A ideia é ter um calendário pré-determinado para garantir que há sempre actualizações frequentes de conteúdos para divulgação.

○ **Ação 1.2: Co-criação de conhecimentos com entidades sociais ou organizações da sociedade civil**

Envolver as comunidades ou populações estudadas no processo de investigação. Isto pode incluir a colaboração com líderes da comunidade local, organizações ou indivíduos para co-criar os objectivos, métodos e resultados da investigação.

Desenvolver e promover a utilização de ferramentas digitais e tecnologias acessíveis que facilitem a participação de pessoas com deficiência intelectual em projectos de investigação, promovendo assim a co-criação de conhecimentos comunitários. Poderá ser considerada a utilização de software de comunicação aumentativa, aplicações de recolha de dados acessíveis e plataformas virtuais online para a colaboração na investigação. A inteligência artificial e a realidade aumentada podem também ser uma ferramenta para facilitar a investigação conjunta. Por exemplo, podem ser desenvolvidas plataformas de realidade virtual para criar ambientes simulados em que os participantes se sintam mais à vontade para partilhar as suas experiências.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

○ ***Ação 1.3: Garantir a equidade, a segurança e o respeito das considerações éticas no processo de investigação***

Ao construir a investigação, utilizar uma lente de equidade ao conceber as questões e objectivos da investigação e considerar o potencial impacto da investigação nas comunidades marginalizadas. Ao longo de todo o processo, fomentar um ambiente de segurança psicológica nas equipas e nos locais de investigação. Incentivar o diálogo aberto, a escuta ativa e o respeito mútuo. Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada. Abordar os desequilíbrios de poder e as desigualdades no processo e nos resultados da investigação. Por último, por um lado, garantir que os participantes na investigação, em especial os que pertencem a comunidades marginalizadas, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Pode ser útil considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades. Por outro lado, analisar os dados de acordo com vários factores demográficos para compreender melhor as experiências matizadas de diferentes grupos.

○ ***Ação 1.4: Sustentabilidade***

Desenvolver uma espiral reflexiva para assegurar a continuidade e a longevidade da investigação; avaliar periodicamente a inclusividade do processo e dos resultados da investigação. Recolher feedback de diversas partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer ajustes para melhorar a inclusividade e o impacto da investigação futura.

Ação 2: Investigação inclusiva com uma abordagem intersectorial

A interseccionalidade reconhece que as pessoas têm múltiplas identidades e experiências que interagem e se cruzam, moldando as suas vidas e perspectivas. Reconhecer a natureza interligada das identidades sociais, como a raça, o género e a sexualidade, e a forma como se cruzam para moldar as experiências das pessoas e os resultados em termos de saúde. Considerar os desafios enfrentados pelas pessoas com múltiplas identidades marginalizadas, como as pessoas de cor neurodivergentes. Incorporar a análise intersectorial na recolha, análise e interpretação de dados para captar a complexidade da vida das pessoas.

○ ***Ação 2.1: Assegurar a diversidade cultural nas equipas de investigação com uma abordagem intersectorial***

Assegurar que as equipas de investigação incluam pessoas de origens diversas, como raça, etnia, género, orientação sexual, estatuto socioeconómico, deficiência, idade e outras identidades. A diversidade de perspectivas pode enriquecer o processo de investigação e conduzir a resultados mais abrangentes e inclusivos.

Por outro lado, reconhecer e reconhecer os privilégios e a marginalização que existem nas equipas e ambientes de investigação. Incentivar o diálogo aberto sobre privilégios, dinâmicas de poder e experiências intersectoriais. Reconhecer e abordar preconceitos ou microagressões que possam surgir durante o processo de investigação, compreendendo as suas possíveis causas.

○ ***Ação 2.2: Envolver as comunidades e as partes interessadas***

Envolver as comunidades ou populações em estudo no processo de investigação. Isto pode incluir a colaboração com líderes comunitários locais, organizações ou indivíduos para co-criar os objectivos, métodos e resultados da investigação. Colaborar com organizações especializadas em questões intersectoriais, como organizações LGBTQ+, organizações de direitos dos deficientes, organizações de justiça racial e outras. Procurar obter orientações e contributos destas organizações para garantir que a investigação seja inclusiva e respeite as diversas identidades e experiências.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Propõe-se a organização de campanhas de sensibilização e de divulgação dirigidas às comunidades científicas e ao público em geral sobre a importância da investigação inclusiva. Estas campanhas poderão assumir a forma de webinars, conferências, publicações nos meios de comunicação social e eventos públicos que salientem os benefícios da inclusão de pessoas com deficiência intelectual na investigação.

○ **Ação 2.3: Incluir uma abordagem intersectorial nos processos de investigação**

Utilizar uma lente intersectorial na conceção das questões e objectivos da investigação. Considerar a forma como os diferentes aspectos da identidade se cruzam e influenciam os resultados. Esforçar-se por resolver os desequilíbrios de poder e as desigualdades no processo e nos resultados da investigação.

Recolher dados que tenham em conta a interseccionalidade das identidades individuais. Isto pode implicar a realização de inquéritos ou entrevistas que capturem múltiplas dimensões da identidade e da experiência. Analisar os dados em termos de vários factores demográficos para compreender melhor as nuances das experiências dos diferentes grupos.

Ao analisar os dados, desagregar os resultados por vários factores demográficos (como raça, sexo, idade, deficiência, rendimento) para examinar as diferenças e disparidades entre identidades interseccionais. Preste atenção às experiências intersectoriais que podem não ser captadas ao analisar os dados como um todo.

○ **Ação 2.4: Garantir a equidade e o respeito das considerações éticas no processo de investigação e sustentabilidade**

Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada.

Compensação e reconhecimento equitativos: Assegurar que os participantes na investigação, especialmente os que pertencem a comunidades marginalizadas, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades.

Avaliar periodicamente a inclusividade do processo de investigação e os seus resultados. Recolher as reacções das várias partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer ajustamentos para melhorar a inclusividade e o impacto dos futuros esforços de investigação.

Além disso, implementar um sistema de incentivos e reconhecimento para projectos de investigação que apliquem e promovam práticas integrativas.

Ação 3: Abordagem internacional da investigação inclusiva

Colaborar com investigadores de diferentes países para efetuar investigação que seja relevante e aplicável em diversos contextos. Ter em conta factores culturais e contextuais que possam influenciar os resultados da investigação e as suas implicações para cada país. Partilhar os resultados da investigação e as melhores práticas a nível internacional para contribuir para a base de conhecimentos global e promover a aprendizagem intercultural.

○ **Ação 3.1: Assegurar a colaboração intercultural**

Assegurar que as equipas de investigação incluam pessoas de diferentes países e origens culturais. Isto pode ser conseguido através da colaboração com instituições, investigadores ou profissionais internacionais. A diversidade de perspectivas pode enriquecer o processo de investigação e conduzir a resultados mais abrangentes e inclusivos.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Incentivar a colaboração entre investigadores de diferentes países e culturas. Incentivar o diálogo aberto, a escuta ativa e o respeito mútuo. Informar que a conceção da investigação reconhece as abordagens culturais que podem diferir consoante as culturas. Abordar quaisquer preconceitos culturais ou mal-entendidos que possam surgir durante o processo de investigação.

Considerar diversos contextos e sistemas. Reconhecer e ter em conta os diversos contextos socioeconómicos, políticos e ambientais dos diferentes países. Ter consciência das dinâmicas de poder e das desigualdades que podem existir nos países e entre eles.

A participação transfronteiriça da comunidade é um passo inclusivo importante. Envolver comunidades ou populações de diferentes países no processo de investigação. Tal pode incluir o envolvimento de líderes comunitários, organizações ou indivíduos locais na co-criação dos objectivos, métodos e resultados da investigação. Propõe-se a organização de campanhas de sensibilização e de divulgação dirigidas às comunidades científicas e ao público em geral sobre a importância da investigação inclusiva.

Parcerias com organizações internacionais: Colaborar com organizações internacionais, como ONG, agências da ONU ou instituições de investigação, para garantir que a investigação seja inclusiva e relevante para as questões globais. Procurar obter orientações e contributos destas organizações para enfrentar desafios interculturais e globais.

○ ***Ação 3.2: Incluir uma abordagem internacional nos diferentes processos de investigação.***

É importante adaptar os métodos de investigação para refletir a sensibilidade cultural. Reconhecer e adaptar os métodos de investigação para que sejam sensíveis às questões culturais. Isto pode implicar a tradução de inquéritos ou guias de entrevista para as línguas locais, a utilização de medidas e escalas culturalmente adequadas e a tomada em consideração das normas e práticas culturais.

Assegurar que os resultados da investigação sejam acessíveis e amplamente divulgados em diferentes países e culturas. Utilizar traduções, vários canais de comunicação e colaborações com instituições internacionais para chegar a públicos diversificados.

○ ***Ação 3.3: Garantir a equidade e o respeito pelas considerações éticas no processo de investigação***

Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação, especialmente quando se trabalha além fronteiras. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada.

Compensação justa e reconhecimento transfronteiriço: Assegurar que os participantes na investigação, especialmente os dos países de baixo e médio rendimento, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades.

○ ***Ação 3.4: Aprendizagem e melhoria contínuas***

Avaliar regularmente a inclusividade do processo de investigação e os seus resultados em diferentes países e culturas. Recolher as reacções das várias partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer os ajustamentos necessários para melhorar a inclusividade e o impacto de futuros projectos de investigação.

Ação 4: Abordagem transnacional da investigação inclusiva

Considerar o impacto de factores transnacionais na saúde e no bem-estar das pessoas, como a deslocação, o acesso a cuidados de saúde e a exposição a riscos ambientais. Reconhecer a interconexão global das questões sociais e de



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

saúde, como a migração, as alterações climáticas e as doenças infecciosas. Participar em colaborações transnacionais de investigação para enfrentar desafios comuns e promover a equidade e a justiça a nível mundial.

○ **Ação 4.1: Envolver diversas comunidades**

Incentivar a colaboração com indivíduos e comunidades que passaram por desafios transnacionais. Envolvê-los no processo de investigação desde o início, incluindo a conceção conjunta das questões de investigação, a recolha de dados e a interpretação dos resultados. Esta abordagem participativa garante que a investigação é relevante, respeitosa e sensível às necessidades e experiências das pessoas mais afectadas.

Promover a colaboração entre investigadores, profissionais, decisores políticos e líderes comunitários de diferentes países. Isto pode ajudar a identificar desafios comuns e soluções inovadoras que abordem a interconexão global dos problemas sociais e de saúde.

○ **Ação 4.2 Incluir uma abordagem transnacional nos diferentes processos de investigação.**

Utilizar métodos e quadros de investigação interdisciplinares para abordar a natureza multifacetada dos problemas sociais e de saúde transnacionais. Isto pode implicar a integração de conhecimentos de domínios como a saúde pública, as ciências ambientais, a sociologia, a antropologia e as relações internacionais.

Conceber investigação que inclua diversas perspectivas e experiências, incluindo as das populações marginalizadas e vulneráveis. Ter em conta os problemas específicos enfrentados por pessoas deslocadas, migrantes, refugiados e pessoas que vivem em zonas afectadas por riscos ambientais.

Recolha e análise de dados: Recolher e analisar dados que abrangem diferentes regiões geográficas e culturas. Utilizar abordagens de métodos mistos para recolher dados quantitativos e qualitativos, o que pode proporcionar uma compreensão mais matizada dos factores transnacionais. Desagregar os dados por vários factores demográficos (como a deficiência, a idade, o sexo, a etnia) para identificar disparidades e desigualdades.

Ampla divulgação dos resultados: Partilhar os resultados da investigação através de uma variedade de canais para atingir uma audiência global. Traduzir os resultados em várias línguas e colaborar com organizações internacionais, decisores políticos e grupos de defesa para promover a sensibilização e a ação em questões sociais e de saúde transnacionais.

○ **Ação 4.3: Garantir a equidade, a justiça e o respeito pelas considerações éticas no processo de investigação.**

Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação, especialmente quando a investigação é efectuada em vários países. Respeitar as normas e práticas culturais e garantir que os participantes compreendem o objetivo, os riscos e os benefícios da investigação.

Promover a equidade e a justiça: Defender políticas e práticas que promovam a equidade e a justiça à escala global. Isto pode implicar o apoio a iniciativas que melhorem o acesso aos cuidados de saúde, abordem os riscos ambientais e protejam os direitos das pessoas deslocadas e dos migrantes.

○ **Ação 4.4: Reforço das capacidades e partilha de conhecimentos através de um processo de reflexão.**

Investir em iniciativas de formação e partilha de conhecimentos que capacitem os indivíduos e as comunidades a enfrentar os desafios transnacionais. Partilhar boas práticas, criar redes e fornecer recursos que apoiem soluções sustentáveis.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

Criar um ciclo reflexivo, avaliando regularmente o impacto e a eficácia das intervenções de investigação e utilizando o feedback para aperfeiçoar as abordagens e melhorar os resultados. Manter-se informado sobre as questões emergentes e adaptar as estratégias de investigação para enfrentar a evolução dos desafios transnacionais.



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

5.3 Acompanhamento e avaliação das acções propostas

Área 5: Investigação inclusiva					
MEDIDA	INDICADOR		DEFINIÇÃO DO INDICADOR	NÍVEL A ATINGIR	FONTE DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA MEDIR O INDICADOR
<p>Ação 1: Abordagem holística da investigação inclusiva</p> <p>Uma abordagem holística aborda uma vasta gama de domínios que exigem uma atenção específica a cada um deles. A conceção da investigação terá em conta os determinantes sociais da saúde, como o estatuto socioeconómico, a educação e o acesso aos cuidados de saúde. Incluirá</p>	Ação 1.1	Assegurar que as equipas de investigação incluam pessoas de diferentes origens, tais como raça, etnia, sexo, idade e deficiências físicas e cognitivas.	Avaliar o leque de participantes	Sim/Não	Participantes da equipa
		Programas de formação e workshops sobre metodologia de investigação inclusiva	Desenvolvimento da formação	Pelo menos dois por ano	Universidades

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

<p>no processo de investigação diversas partes interessadas, como membros da comunidade, decisores políticos, educadores e profissionais de saúde. De forma crítica, envolver-se-á na investigação colaborativa e participativa com base na comunidade, a fim de garantir que a investigação responda às necessidades e prioridades da comunidade.</p>		<p>Assegurar que os resultados da investigação sejam acessíveis e amplamente divulgados a uma variedade de públicos, incluindo decisores políticos, profissionais e o público em geral. Utilizar linguagem simples ou resumos de fácil leitura, múltiplos canais de comunicação e divulgação (como as redes sociais, apresentações à comunidade, resumos de políticas) e traduções para outras línguas, se necessário.</p>	<p>Comunicações abertas, transparentes e regulares, com linguagem e métodos acessíveis.</p>	<p>Pelo menos uma vez por ano</p>	<p>Registo das comunicações</p>
--	--	--	---	-----------------------------------	---------------------------------



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	<i>Ação 1.2</i>	Envolver as comunidades ou populações estudadas no processo de investigação. Isto pode incluir a colaboração com líderes da comunidade local, organizações ou indivíduos para co-criar os objectivos, métodos e resultados da investigação.	Planos de participação	Vários grupos	Várias listas de convidados
		Promover um ambiente de segurança psicológica nas equipas e ambientes de investigação. Incentivar o diálogo aberto, a escuta ativa e o respeito mútuo.	Seguir os procedimentos adequados com os membros da equipa	Sim/Não	Actas de reuniões
	<i>Ação 1.3</i>	Utilizar uma perspetiva de equidade na conceção das questões e objectivos da investigação e ter em conta o impacto potencial da investigação nas comunidades marginalizadas.	Testar as questões de investigação para estabelecer objectivos e medidas justos e equitativos.	Testar e confirmar objetivamente	Documentos de revisão



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Prioridade às considerações éticas	Preparar o	Completo	Modelos
		e obter o consentimento informado dos participantes na investigação. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada.	formas	condições estabelecidas	
		Abordar os desequilíbrios de poder e as desigualdades no processo e nos resultados da investigação.	Controlo de eventuais desequilíbrios	Alterações efectuadas	Documentos de resultados acordados



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		<p>Assegurar que os participantes na investigação, especialmente os que pertencem a comunidades marginalizadas, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Pode ser útil considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades.</p>	<p>Condições acordadas para uma participação equitativa</p>	<p>Sim/Não</p>	<p>Provas documentais</p>
		<p>Analisar os dados em termos de vários factores demográficos para compreender melhor as nuances das experiências dos diferentes grupos.</p>	<p>Utilizar medidas adequadas em função dos grupos envolvidos</p>	<p>Sim/Não</p>	<p>Resultados da análise dos dados</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	<i>Ação 1.4</i>	Desenvolver uma espiral reflexiva para assegurar a continuidade e a longevidade da investigação; avaliar periodicamente a inclusividade do processo e dos resultados da investigação. Recolher feedback de diversas partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer ajustes para melhorar a inclusividade e o impacto da investigação futura.	Revisões e avaliações regulares dos progressos efectuados	Sim/Não	Provas documentais
Ação 2: Investigação inclusiva com uma abordagem intersectorial: A interseccionalidade reconhece que as pessoas	<i>Ação 2.1</i>	Assegurar que as equipas de investigação incluam pessoas de origens diversas, como raça, etnia, género, orientação sexual, estatuto socioeconómico, deficiência, idade e outras identidades.	Avaliar o leque de participantes	São inclusivos	Registos dos participantes na equipa



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

<p>têm múltiplas identidades e experiências que interagem e se cruzam, moldando as suas vidas e perspectivas. Reconhecer a natureza interligada das identidades sociais, como a raça, o género e a sexualidade, e a forma como se cruzam para moldar as experiências das pessoas e os resultados em termos de saúde.</p>		<p>Reconhecer e reconhecer os privilégios e a marginalização que existem nas equipas e ambientes de investigação. Incentivar o diálogo aberto sobre privilégios, dinâmicas de poder e experiências intersectoriais. Reconhecer e abordar quaisquer preconceitos ou microagressões que possam surgir durante o processo de investigação, compreendendo as suas possíveis causas.</p>	<p>Líderes de equipa e participantes informados e conscientes, seguindo os procedimentos acordados.</p>	<p>Comunicações honestas e abertas</p>	<p>Actas que reflectem os trabalhos</p>
<p>Considerar os desafios enfrentados pelas pessoas com múltiplas identidades marginalizadas, como as pessoas de cor neurodivergentes. Incorporar a análise intersectorial na recolha, análise e interpretação de</p>	<p><i>Ação 2.2</i></p>	<p>Envolver as comunidades e as partes interessadas: Envolver as comunidades ou populações em estudo no processo de investigação. Isto pode incluir a colaboração com líderes da comunidade local, organizações ou indivíduos para co-criar os objectivos, métodos e resultados da investigação.</p>	<p>Planos de sensibilização e participação</p>	<p>Vários grupos</p>	<p>Várias listas de convidados</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

dados para captar a complexidade da vida das pessoas.		Colaborar com organizações especializadas em questões intersectoriais, tais como organizações LGBTQ+, organizações de direitos dos deficientes, organizações de justiça racial e outras. Procure obter orientação e contributos destas organizações para garantir que a investigação é inclusiva e respeita as diversas identidades e experiências.	Plano de participação aberto com consulta	Preparação adequada	Acordos e contratos documentados
	Ação 2.3	Utilizar uma lente intersectorial na conceção das questões e objectivos da investigação. Considerar a forma como os diferentes aspectos da identidade se cruzam e influenciam os resultados. Esforçar-se por resolver os desequilíbrios de poder e as desigualdades no processo e nos resultados da investigação.	Ferramentas adequadamente concebidas	Ferramentas visíveis	Provas documentais



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		<p>Recolher dados que tenham em conta a interseccionalidade das identidades individuais. Isto pode implicar a realização de inquéritos ou entrevistas que captem múltiplas dimensões da identidade e da experiência. Analisar os dados em termos de vários factores demográficos para compreender melhor as nuances das experiências dos diferentes grupos.</p>	<p>Desenvolvimento de questionários e instrumentos analíticos adequados</p>	<p>Ferramentas concluídas</p>	<p>Modelos de inquérito</p>
		<p>Ao analisar os dados, desagregar os resultados por vários factores demográficos (como raça, sexo, idade, deficiência, rendimento) para examinar as diferenças e disparidades entre identidades interseccionais. Preste atenção às experiências intersectoriais que podem não ser captadas ao analisar os dados como um todo.</p>	<p>Análises claramente diferenciadas</p>	<p>Visivelmente preenchido</p>	<p>Provas documentais</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

	<p><i>Ação 2.4</i></p>	<p>Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada.</p>	<p>Procedimentos desenvolvidos de forma colaborativa com explicações claras e comprovadamente compreendidas.</p>	<p>Procedimentos elaborados</p>	<p>Provas documentais</p>
		<p>Compensação e reconhecimento equitativos: Assegurar que os participantes na investigação, especialmente os que pertencem a comunidades marginalizadas, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades.</p>	<p>Procedimentos acordados que reflectem uma participação equitativa</p>	<p>Procedimentos elaborados</p>	<p>Procedimentos documentados</p>



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		<p>Avaliar periodicamente a inclusividade do processo de investigação e os seus resultados. Recolher as reacções das várias partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer ajustamentos para melhorar a inclusividade e o impacto dos futuros esforços de investigação.</p>	<p>Desenvolvimento de um processo de reflexão consensual. Incentivar e reconhecer projectos de investigação inclusivos.</p>	<p>Compromisso acordado</p>	<p>Registos da análise reflexiva e das acções acordadas</p>
<p>Ação 3: Abordagem internacional da investigação inclusiva:</p> <p>Colaborar com investigadores de diferentes países para</p>	<p><i>Ação 3.1</i></p>	<p>Assegurar que as equipas de investigação incluam pessoas de diferentes países e origens culturais. Isto pode ser conseguido através da colaboração com instituições, investigadores ou profissionais internacionais.</p>	<p>Desenvolver e adotar um processo participativo</p>	<p>Idade</p>	<p>Participação documentada</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

<p>efetuar investigação que seja relevante e aplicável em diversos contextos. Ter em conta factores culturais e contextuais que possam influenciar os resultados da investigação e as suas implicações para cada país. Partilhar os resultados da investigação e as melhores práticas a nível internacional para contribuir para a base de conhecimentos global e promover a aprendizagem intercultural.</p>	<p>A colaboração intercultural é um elemento crucial. Incentivar a colaboração entre investigadores de diferentes países e culturas. Incentivar o diálogo aberto, a escuta ativa e o respeito mútuo. Informar que a conceção da investigação reconhece as abordagens culturais que podem diferir consoante as culturas. Abordar quaisquer preconceitos culturais ou mal-entendidos que possam surgir durante o processo de investigação.</p>	<p>Planos de participação e procedimentos de ação</p>	<p>Vários grupos</p>	<p>Listas de convidados variadas e procedimentos documentados</p>
	<p>A participação transfronteiriça da comunidade é um passo inclusivo importante. Envolver comunidades ou populações de diferentes países no processo de investigação. Isto pode incluir a colaboração com líderes comunitários locais, organizações ou indivíduos para co-criar os objectivos, métodos e resultados da investigação.</p>	<p>Uma consulta tão ampla e aberta quanto possível</p> <p>Planos de sensibilização e participação</p>	<p>Preparação adequada</p>	<p>Convites documentados e processo de contratação transparente</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		<p>Parcerias com organizações internacionais: Colaborar com organizações internacionais, como ONG, agências da ONU ou instituições de investigação, para garantir que a investigação seja inclusiva e relevante para as questões globais. Procurar obter orientações e contributos destas organizações para enfrentar desafios interculturais e globais.</p>	<p>Preparação exaustiva e abordagem aberta à consulta</p>	<p>Preparação visível</p>	<p>Acordos de nível de serviço e registos de colaboração</p>
	Ação 3.2	<p>É importante adaptar os métodos de investigação para refletir a sensibilidade cultural. Reconhecer e adaptar os métodos de investigação para que sejam sensíveis às questões culturais. Isto pode implicar a tradução de inquéritos ou guias de entrevista para as línguas locais, a utilização de medidas e escalas culturalmente adequadas e a tomada em consideração das normas e práticas culturais.</p>	<p>Projectos culturalmente informados e conscientes</p>	<p>Ferramentas desenvolvidas</p>	<p>Metodologia documentada</p>



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Assegurar que os resultados da investigação sejam acessíveis e amplamente divulgados em diferentes países e culturas. Utilizar traduções, vários canais de comunicação e colaborações com instituições internacionais para chegar a públicos diversificados.	Preparação adequada para a divulgação através de meios de comunicação abertos e acessíveis	Planos formais desenvolvidos	Registos dos planos e da divulgação
	<i>Ação 3.3</i>	Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação, especialmente quando se trabalha além fronteiras. Isto implica garantir que os participantes compreendem o objetivo da investigação, os potenciais riscos e benefícios e que a sua participação é voluntária e informada.	Formulários apropriados com informações adequadas e acessíveis.	Formulários preparados	Modelos e formulários preenchidos



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Compensação justa e reconhecimento transfronteiriço: Assegurar que os participantes na investigação, especialmente os dos países de baixo e médio rendimento, sejam compensados de forma justa pelo seu tempo e contribuições. Considerar formas de compensação para além das recompensas monetárias, como o reconhecimento em publicações ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades.	Desenvolver procedimentos e métodos adequados para uma compensação e reconhecimento justos.	Procedimentos acordados	Provas documentais dos procedimentos
	Ação 3.4	Aprendizagem e melhoria contínuas: Avaliar regularmente a inclusividade do processo de investigação e os seus resultados em diferentes países e culturas. Recolher feedback de várias partes interessadas, refletir sobre as lições aprendidas e fazer ajustes para melhorar a inclusão e o impacto de futuros esforços de investigação.	Processo de reflexão desenvolvido com mecanismos de feedback registados	Métodos acordados	Acções registadas



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

<p>Ação 4: Abordagem transnacional da investigação inclusiva:</p> <p>Considerar o impacto dos factores transnacionais na saúde e no bem-estar das pessoas, como a deslocação, o acesso aos cuidados de saúde e a exposição a riscos ambientais. Reconhecer a interconexão global das questões sociais e de saúde, como a migração, as alterações climáticas e as doenças infecciosas. Participar em colaborações transnacionais de investigação para enfrentar desafios comuns e promover a equidade e a justiça a nível mundial.</p>	Ação 4.1	<p>Envolver diversas comunidades: Incentivar a colaboração com indivíduos e comunidades que passaram por desafios transnacionais. Envolvê-los no processo de investigação desde o início, incluindo a conceção conjunta das questões de investigação, a recolha de dados e a interpretação dos resultados.</p>	<p>Desenvolver ligações de colaboração e praticar processos de conceção acessíveis e participativos.</p>	<p>Desenvolver políticas e procedimentos</p>	<p>Provas documentais</p>
		<p>Promover a colaboração entre investigadores, profissionais, decisores políticos e líderes comunitários de diferentes países. Isto pode ajudar a identificar desafios comuns e soluções inovadoras que abordem a interconexão global dos problemas sociais e de saúde.</p>	<p>Incentivar a comunicação e as oportunidades de partilhar os progressos e a investigação</p>	<p>Planos e respostas</p>	<p>Cartas de convite, actas de reuniões, soluções e ideias registadas</p>
	Ação 4.2	<p>Utilizar métodos e quadros de investigação interdisciplinares para abordar a natureza multifacetada dos problemas sociais e de saúde transnacionais. Isto pode implicar a integração de conhecimentos de domínios como a saúde pública, as ciências ambientais, a sociologia, a antropologia e as relações</p>	<p>Desenvolver uma abordagem global que inclua e integre os grupos relevantes.</p>	<p>Planeamento e execução</p>	<p>Registos de procedimentos e abordagens</p>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		internacionais.			
		Conceber investigação que inclua diversas perspectivas e experiências, incluindo as das populações marginalizadas e vulneráveis. Ter em conta os problemas específicos enfrentados por pessoas deslocadas, migrantes, refugiados e pessoas que vivem em zonas afectadas por riscos ambientais.	Considerar e desenvolver investigação que seja acessível e tenha em conta grupos específicos	Investigação adequadamente concebida	Rever as provas documentais
		Recolha e análise de dados: Recolher e analisar dados que abrangem diferentes regiões geográficas e culturas. Utilizar abordagens de métodos mistos para recolher dados quantitativos e qualitativos, o que pode proporcionar uma compreensão mais matizada dos factores transnacionais. Desagregar os dados por vários factores demográficos (como a deficiência, a idade, o sexo, a etnia) para identificar disparidades e desigualdades.	Desenvolvimento informado e consciente de métodos relevantes	Métodos adequados desenvolvidos e seguidos	Ver registos de dados



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Partilhar os resultados da investigação através de uma variedade de canais para atingir uma audiência global. Traduzir os resultados em várias línguas e colaborar com organizações internacionais, decisores políticos e grupos de defesa para promover a sensibilização e a ação em questões sociais e de saúde transnacionais.	Desenvolver planos de divulgação abrangentes, utilizar os canais existentes e criar novos canais.	Planos de divulgação	Provas documentais e obras publicadas
	<i>Ação 4.3</i>	Dar prioridade às considerações éticas e obter o consentimento informado dos participantes na investigação, especialmente quando a investigação é efectuada em vários países. Respeitar as normas e práticas culturais e assegurar que os participantes compreendem o objetivo, os riscos e os benefícios da investigação.	Desenvolver ferramentas e modelos que conheçam e respeitem as normas éticas de qualidade a uma escala transnacional.	Ferramentas de investigação desenvolvidas	Ver formulários e modelos



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

		Defender políticas e práticas que promovam a equidade e a justiça à escala mundial. Isto pode implicar o apoio a iniciativas que melhorem o acesso aos cuidados de saúde, abordem os riscos ambientais e protejam os direitos das pessoas deslocadas e dos migrantes.	Desenvolver políticas e aumentar as oportunidades para novas iniciativas	Políticas planeadas e desenvolvidas	Provas documentais analisadas
	<i>Ação 4.4</i>	Investir em iniciativas de formação e partilha de conhecimentos que capacitem os indivíduos e as comunidades a enfrentar os desafios transnacionais. Partilhar boas práticas, criar redes e fornecer recursos que apoiem soluções sustentáveis.	Assegurar o apoio financeiro e outros apoios para garantir a longevidade das iniciativas.	Garantir o financiamento e a colaboração	Revisão das Políticas e planos estratégicos desenvolvidos
		Incorporar um processo de ciclo de reflexão. Avaliar regularmente o impacto e a eficácia das intervenções de investigação e utilizar o feedback para aperfeiçoar as abordagens e melhorar os resultados. Manter-se informado sobre questões emergentes e adaptar as estratégias de investigação para fazer face à evolução dos desafios transnacionais.	Desenvolver análises informadas que mantenham o conhecimento e a atualidade.	Planos aplicados e revistos	Revisões periódicas das Provas documentais



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

--	--	--	--	--	--



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

Referências

- [12] Bibliografia sobre a produção científica na investigação universitária inclusiva (esta ligação permite aceder à bibliografia referenciada neste domínio).
https://docs.google.com/document/d/1jOj9yeJ_shkRQHnIbNM1xvr4ehUE6az6/edit?usp=share_link&oid=114141862036513600730&rtpof=true&sd=true
- [13] Conceptualização da investigação inclusiva com pessoas com deficiência intelectual
<https://doi.org/10.1111/jar.12083>
Este artigo apresenta uma concetualização da investigação inclusiva através de uma revisão da literatura. Esta concetualização pode servir de enquadramento para a investigação conjunta, bem como permitir-nos abordar potenciais problemas associados à mesma.
- [14] Figueroa Zapata, L. A., Ospina García, M. S., & Tuberquia Tabera, J. (2019). Práticas pedagógicas inclusivas a partir do desenho universal de aprendizagem e do plano individual de acomodação razoável. *Inclusão e Desenvolvimento*, 6(2), 4-14. <http://dx.doi.org/10.26620/uniminuto.inclusion.6.2.2019.4-14>.
<http://dx.doi.org/10.26620/uniminuto.inclusion.6.2.2019.4-14>
- [15] Jiménez Lara, A. (2021). El enfoque de Derechos Humanos y la Discapacidad. *Documentación social*, (8), 3. Obtido em: <https://documentacionsocial.es/8/ciencia-social/el-enfoque-de-derechos-humanos-y-la-discapacidad>
- [16] Oliver, M. (1992): Changing the social relations of research production? *Disability, handicap and society*, 7(2), 101-114. <https://doi.org/10.1080/02674649266780141>
- [17] Pallisera Díaz, M. (2013). Planeamento centrado na pessoa (PCP): uma forma de construir projetos personalizados com pessoas com deficiência intelectual. *Revista Iberoamericana de educación*, 56 (3) Retrieved from: http://riberdis.cedid.es/bitstream/handle/11181/3962/la_planificacion_centrada_en_la_persona.pdf?sequence=1&rd=0031944453107155
- [18] Strnadová, I.; & Cumming, T. M. (2014). "Editorial. Pessoas com deficiência intelectual a realizar investigação: novas direcções para a investigação inclusiva". *Journal of Applied Research in Intellectual Disability*, 27, 1-2.
- [19] Toboso Martín, M., & Arnau Ripollés, M. S. (2008). A deficiência na abordagem das capacidades e funcionamentos de Amartya Sen. *Araucária. Revista Ibero-americana de Filosofia, Política e Humanidades*, 10(20), 64-94.
- [20] Objectivos de Desenvolvimento Estratégico da ONU (2015) <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>
- [21] Walmsley, J. & Johnson, K. (2003). *Inclusive Research with People with Learning Disabilities: Past, Present and Future* [Investigação Inclusiva com Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem: Passado, Presente e Futuro]. Londres, Jessica Kingsley Publishers.